

Santa Rita do Pardo A caminho do desenvolvimento

nteressa	do:
Assunto:	PROC. ADM. N.º 0123/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 055/2020
Observaç	ções:
	OBJETO: Aquisição de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal sem contato corporeo homologado em adultos e crianças (situação de emergência em saúde pública) .
	EMPRESA CLASSIFICADA : ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 591-1123 - FAX (067) 591-1133 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Fis 02

LEI N.º- 640/00 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESIGNAR ÓRGÃOS DA IMPRENSA ESCRITA, FALADA OU TELEVISIONADA, PARA PUBLICAR ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a designar órgãos da imprensa escrita, falada ou televisionada, para publicação de atos oficiais do município de Santa Rita do Pardo – MS.

ARTIGO 2º- Toda alteração ou substituição que eventualmente venha a ocorrer quanto ao órgão encarregado de publicação de atos oficiais do município, deverá ser comunicado à Cámara Municipal para conhecimento.

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigør na data de sua publicação.

ARTIGO 4º- Revogam-se as disposições em/contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2000.

Prof. Antonio Arednio dos Protesto Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL, NA DATA ACIMA E AFIXADA NO LOCAL DE COSTUME

Sullo Stores Fillso Secretario Gerea



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000- SANTA RITA DO PARDO – MS

DECRETO N.º 045/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2.016.

"DESIGNA ÓRGÃO DA **IMPRENSA** PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS".

Cacildo Dagno Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica designado o jornal "JORNAL DA CIDADE", Empresa Osmar da Silva Mello ME da cidade de Brasilândia - MS - como órgão da imprensa oficial para publicidade de atos oficiais do Poder Executivo Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, de acordo com o Resultado do Processo nº13 Modalidade Pregão nº 08.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Abril de 2.016.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão na data acima e afixado no local de costume

Secretario de Controle e Gestão

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISOS DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMIMISTRATIVO Nº 28/2016 PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N 16/2016 O Municipio de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de

O Município de Santa Rita do Pardo-MS, por intermedio de seu Pregotero Oticial do Município e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interesados que fran realizar licitação na Modalidade Pregão PresenculPregusto de Pre-sor il 1620/de, qui objeto e OR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS TIPO PRÂNIME, PLACOS E SANTARIOS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PREFEITURA. Das da Aberma CONSTILIO SERVIDA DE PROPERTION DE SERVIDADOS DE SERVIDADOS PELA PREFEITURA. Das da Aberma CONSTILIO SERVIDADOS PELA PREFEITURA. DAS CONSTILIO SERVIDADOS PELA PREFEITURA. DAS CONSTILIONES PELA PREFEITURA PELA PREFE PATROCINADOS PELA PREFEITURA. Don de Abortum OAA674016 às 09 (O Brans florario oficial do estado de Abra Grosso do Sul) O Edifiel e sua Anexos poderão ser retirados no sede do Prefeitura de Sona Rita do Pardo-NIS, situada no Rue A bercela Planiano Pecanos 1910. Centro, informações polo fone 67 3591 1123 ou anaveis de solicitação pelo ENAIL lici-tacios pro simunicolopando na goube. Sanas Rita do Pardo-NIS, 11 de Abril de 2016. ADEAIIR BEZERRA DA SILVA - PREGCEIRO

DECRETO N.º 045/2016 DE 13 DE ABRILDE 2.016.
"DESIGNA CRGÃO DA INFRENSA PARA PUBLICA-ÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MU-NICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-NIS".

Partia De partia Nila Do Partido Nila.

Cacildo Dagno Perera, Prefeito Musicipal de Santa Riin do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercicio de seu cargo, usando das arribuições que lhe são conferidas por

DE C.R. ET A: ARTIGO 1º - Fica designado o jornal "JOR-NAL DA CIDADE", Empresa Osmar da Silva Mello - ME da cidade de Brasilándia - MS - como órgão da imprensa cricial para publicidade de atas oficiais do Foder Evecunto Naturajnal de Santa Rita do Pardo - MS, de acordo com o Resultado do Processo nº13 Modalidade Pregão nº vis. ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua pu-

blicação. ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário Gabinete do Prefeito, em 13 de Abril de 2016. CACILIDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Secretaria de Controle e Gestão na

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2016 TOMADA DE PRECOS Nº (1)2/2016

TOMADA DE PRE, OS Rº (1920) OManicipio de Santa Ria do Pardo-MS, atravês da CPL, tomo público para conhecimento dos interessados que fara realizar licitação na Modalidade Torrada de Preço nº (1920) (6, cigo licitação na Modalidada Tornada de Preço n^{er}002/2016, cujo objeto e a courrateção de impresa de engendaria para excessão de côm de ampliquida da Unidade Balsica de Stade — Matum, em atendimento a Portaria ner 359 de 04 de março de 3013 do Afrinasida no Satolá, Proposa nº 170/2027/400/11493. Data de Abornario 163/05/2016 as 104 (Otheras thoridio oficial do es-parado de Mario Grossa do Sillo Golinal e suas Anexos potentia-dos retinados na sede da Prefeitura de Sonta Rita do Pardo-NIS, Jáncida na Rua Marcelali Floranco Pecívos 9110. Curaro, utór-muyêse pelo forte o 73591 1123 ou atravest de solitoriação polo EMAIL licitaciosopi é atuativa do para vesta de solitoria do EMAIL licitaciosopi é atuativa do para de solitoria Sana Rita do Pardo-NIS, 13 de Abril de 2016. EMAIL licinacios più santariadopardo insigot br Santa Ria do Pardo-MS, 13 de Abril de 2016 ADEMIR BEZERRA DA SILVA Presidente da Comissão de Licinação

AVISOS DE LICITAÇÃO
PROCESSO A DMINISTRATIVO N° 30/2016
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N°

17/2016

O Municipio de Santa Rita do Pardo-MS, por intermédio de seu Pregocio Cficial do Manacipio e Equipe de Apoia, terma público para conhecimento das interesados que firá realizar hiciação no Madelhada Pregio PresentaliRegisto de Prevos nº 16/2016, cujo objeto e o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO 105 REALIZADOS OU PATROCINADOS PELA PRE-FETTURA. Data de Abertuar (445/2016 às 6976 beras thorino orient da emake de Mato Grosso do Sun. O Edital e sous Anexos poderño sor returados na sode da Prefattura de Santa Rita do Parda-MS, situada na Rua Marectal Floriano-Percoto 910, Centro, informações pelo feme (67.591/1123 ou atravis de solicitação pelo EMAIL heititeacospiá saturariado-mado us servir.

Prefeitura Municipal de Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul (12007) 285 de 1000 de 100

improment no CTRT sel, a of 40-518-723-649-65 major no impresenta pola neilas sundosto husvitus del 5- vallado al Ves sugnadas tempos, costo, denha, BERFELD ROMANDO LA VANCENCE ALVAS ARRIBARAS EGANICA, correla, contra, correla, contra, correla, contra contra al terminata y e- real contra al terminata Physical Communication of the Communication of the State of the State

> والمال مع الموارك للمراجع المنافقة المن VACABLE ALVES GORADO A Guardia Marca de la Adrigación de Sucrada Falesca de Francisco Roberto Regional de Production Roberto Regional de Roberto Roberto Regional de Roberto Robert

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO ATTATOTO DA 6 ATTRATABITE - 1 DA DATENO DE ATTAURILÂNA

CONTRACIANTE A PORTREDO DE ACAMENTADO DE ACA

REPRAZ 35 A SOCIALISTA EVERTO DO TENCERO TELOIO ADITIVO AO CONTRATO N' 485 DEL 18 A CESSAD DE SERRATIVO N' 650 DA CONTRATO DE SERRATIVO N' 650 DA CONTRATO DE LE REDICTIO DE ACOURTÂN 18 A MESTA DE LA CONTRATO 18 A MESTA DE LA CONTRATO DE ACOURTÂN DE ACOURTÂND DE ACOURTÂN DE ACOURTÂN DE ACOURTÂN DE ACOURTÂN DE ACOURTÂN DE

DISTRIBUTE DE ACACREÁN COMERCIADO - DE ASSESSORIA COMANIL LIDARIO CERETO-CUELO (**) LIDACEP

CHETO: O dijas de present adicio e apronquello per mas il ottaro accomo del 30 de junto de 2006 de como competibilità del 30 de junto de 2006 de control conpetibilità delle une so parte ser il depunito de 2018 VALONI EL SAL ES 1450/10).

DATO/AN

DOTAÇÃO MACAMENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMENISTRAÇÃO adsenistração Un 122 unos dad Servições de consultoria

ASSETA VAGITER ALVES GURADO E ASTOLIO ESTRIVÍA DE SE DE CENTRE ASSER VALUES AUTSTORAGE SERVOUS
ENTRAIGODO PRIMERO TERMO AUTIVO.
PROFESSO AMBRISTRATIVO NO COMERCIO AMBRISTRATIVO NO COMERCIA AUTORITADO AUTORI

CAGINATION SANDAMONIO DE SANDAMONIO DE CAGINA DE CAGINA

ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTANCE AND ASSISTANCE AND ASSISTANCE AND ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTANCE ASSISTANCE ASSISTANCE AND ASSISTANCE ASSISTAN

en de the March (1966) are the National Acceptance of the Residence of solid and interestions cannot all english english to terminals. de 2° più frent du Britania (1966) ber an de 1960 are 1970 ber an de 1960 are 1970 ber an de 197

DIA-BIS CONTRATADO, HAVICAR COMERCIO DE VEN-CIRCOSTIDA

CONTRACTOR DEVICES CONTRACTOR TO THE CONTRACTOR

AGOLDONO
ASSOCIA VAGINA ALVISAGUI RAGIO
ANDO DE LICTUAÇÃO
HEODE LICTUAÇÃO
HEOLOGO PEROCULAN MEDIOLE
BEATERION MARIA OF PAÑASOCIA POPULAÇÃO
HEOLOGO PEROCULAN MEDIOLE
HEOLOGO PEROCANA MEDIOLE
HEOLOGO PEROCULAN MEDIOLE
HEOLOGO PE

Comments of the Missish Wilds of the Hardwood Processing of the State of the Hardwood Processing of the Missish Wilds of the Hardwood Processing of the Missish Wildson of the Hardwood Processing of the Hardwood

Observed CHUZE Micro berestigners. Com Primite in on overlandisk out or Polyco de Engelezia. Engelezia de los Conseguias Finales en la Conseguia de Engelezia de los Conseguias Finales en accessibilità de la Conseguia de Engelezia de la Conseguia de Marcia de la Conseguia de Marcia de la Conseguia de L

PROCESSO NºGO DIA CONTRIBUNTE: DE DICEPO DE ACAURILAN-DO DE

CONTRACTION OF THE PROPERTY OF THE CONTRACTION OF T

FEATA, ATE 11-1-200.

DETAG FIN OF AND STATE A

IN ADMINISTRATION OF THE APPLICATION OF A STATE OF THE APPLICATION OF Prefeitura Municipal de Brasilândia - Estado de Mato Grosso do sul

AUSO TERMANISMENTING

ON COMPANISMENT AND COMPANISMENT COMPANISMENT COMPANISMENT COMPANISMENT COMPANISMENT C

And The Life And Anna Service Control of the Contro

Refine (Jaisepie Bourne de la Herier Friespe Living) — Service de la Colonia del Colonia del Colonia de la Colonia del C

Articulatura (1995) (19

Production of Confidence in Manhama Philametrical and an A. N. of the Regular of Confidence of Confidence in Confi

han Shaur From Anna
Falancia Francisco (FAMPA A PONDINI BINDE BIS Para
Falancia Francisco (FAMPA A PONDINI BINDE BIS Para
FAMPA PI A PONDINI BINDE PARA PONDINI BINDE BIS PARA
FAMPA PI A PONDINI BINDE PARA PONDINI BINDE BIS PARA PI BINDE BIS
FAMPA PI A PONDINI BINDE PARA PI BINDE BIS PARA PI BIN

Facebook (APP) FER CAMPANESE CREASITOA Name AS 1980 of equational analogy campaigness of Parallelan SE 1991 May

Line de Langue Pregaudierand in 1810 - Praesion für Nin

Fundad England tandada GEF-laff - Treater E. 2017 -\$21570 care milesatures equi-18033 un milesatures e mum UBSERFE SEE CASSINGE

handge madeil debageitendade de personne. Confidites Objet agraço de una democretación de consider e discrepcia an defenda

Consider Services 150 (1981) 150

or two 11 deli tur la famição Programanta (18 listo procupare Sas Tolo Objeto contração de arguna para proteção de arrayo tendence e ou testim tem aplicação de

19 de la la Manago Pago Personalis II del Person

Control of the Contro

nacional de l'angre Prigas Pransación 41-2015 - Processor 3580-3015 giornagio production del des qualite de la con-ciación langua construción del con-ciación la construción del construción del con-ciación del construción del con-ciación del con-

II. del File Control C

on F-11st anothi paramis Mais lank contras a capitatina loftetion filent dos septatores as transferential a sur factor Souther beauty de Eticuja Calari

Esperature
LONGROTHURSCONGRO LONGROPETIVA

Enter to the Control of Control o

PRETRIEND ACCOUNTS (1997) AND THE CONTROLLED AND THE CONTROLLED ACCOUNTS (1997) AND THE CONTROL ACCOUNTS (1997) AND THE CONTR

The Bolt and the active care facilities. If addition to the active care for the active care facilities and the active care facilities. If active care facilities are active to the active care facilities and the active care facilities are active care facilities and the active care facilities and the active care facilities are active care facilities. In the active care facilities are active care facilities are active care facilities and the active care facilities are active care facilities. In the active care facilities are active care facilities are active care facilities and the active care facilities are active care facilities. In the active care facilities are active care facilities are active care facilities and active care facilities are careful to the active care facilities and active care facilities are careful to the active care facilities and active careful to the active care facilities are active careful to the active carefu

contains a construction of the Section Philips in registration has Decision of the Section Philips in registration and experience on Construction Philips in registration and Construction Philips in registration in the Section Philips in registration in the Section Philips in Registration Philips in Registration Philips registration Philips registration are registrated by the Markov philips registration Ph

And I find antison comes materials better than the plant of perfect of the materials and the perfect of the materials and the perfect of the

Control of the Contro

Transfer of the Control of the Contr

Phino Managed
Market American Control of Market American Control
Market Control of Market American
Market Control of Market American
Market Control of Market Control
Market Control of Market Control
Ma

PARK ELECTROLIS CONTROLOGO DE CONTROLOGO DE

SOME LATER OF MACHINERY OF THE PARTITION SPECIAL AND ADMINISTRATION OF THE PARTITION OF THE

Rubrica



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 FONE (067) 3591-1123 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

FIS CS Rubrica

Decreto nº 040/2020, de 20 de fevereiro de 2020.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Nomeia-se de acordo com os termos do artigo 6º, inciso XVI, artigo 51 e seguintes da Lei 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, para o exercício de 2020, ou até ulterior modificação.

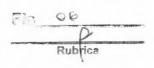
ARTIGO 2º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, fica constituída pelos seguintes membros e suplentes, dos quais segue abaixo a nomeação:

- > MEMBROS:
- 1- Maiany Santos da Silva
- 2- Cristiana dos Santos Silva
- 3- Roberto Gomes da Silva
- > SUPLENTES:
- 1- Lidiane dos Santos Nascimento
- 2- Denair Raimundo Lino

ARTIGO 3º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, terá como Presidente a Sentrora Maiany Santos da Silva.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 FONE (067) 3591-1123 CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS



ARTIGO 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Fevereiro de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

Publicado na imprensa oficial do Município.

OZIEL DIAS LEAL
Secretário de Administração e Governo

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Pre-goeira Oficial, torna público aos interessados o seguinte resultado: PROCESSO Nº: 0016/2020 MODALIDADE/Nº: PREGO Nº 0005/2020

OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa para administração visando à seleção de proposta mais vantajosa para administração visando à contratação de empresa no sistema registro de preços para sauto a comitanção de empresa no sistema registro de preços para a prestação de serviço de fotocopias com formecimento de máquinas copiadoras multifuncionais monocromáticas, scanner de produção e copiadoras colorida dejiral em regime de comodato, incluindo ma-nuturenção e tonner, para atender a administração pública municipal. Vencedor(es): JJ IMPRESSORASEIRELI - EPP. no Anexo l/Lote venceon(es): JI IMPKESSURASEIRELI - EPP. no Anexo I/Lote
0001 - items: 3A, totalizando 82 526,580,00 (duzentos e sessenta
e cinco mil e oitenta reais); MARLENE ROSA DE LESUS PRE-SIDENTE PRIDENTE - EPP. no Anexo I/Lote 0001 - itens: 1.2,
totalizando R\$ 66,000.00 (sessenta e seis mil reais);

Santa Rita do Pardo/MS, 21 de fevereiro de 2020 MAIANY SANTOS DA SILVA

Pregoeira Oficial
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Em decorrência do exposto no Processo Administrativo a mim apre-sentado, HOMOLOGO o resultado do julgamento da licitação em referência, devidamente adjudicado pela Pregoeira.

Santa Rita do Pardo/MS, 21 de fevereiro de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o

segunte resultado:
PROCESSO N°. 0007/2020
MODALIDADEN*: TP (OBRAS) № 0001/2020
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para realización de reforma e ampliação do centro de vetores de Santa Rita do Pardo - MS.
Vencedor(es): JAMIR ALVES RODRIGUES & CIA LTDA EPP, no

Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando RS 198.217,05 (cento e noventa e oito mil e duzentos e dezessete reais e cinco centavos); Santa Rita do Pardo/MS, 19 de fevereiro de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA
Presic Comissão Permanente de Licitação
DEST DE HOMOLOGAÇÃO

PEST DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMO-LOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s)

empresa(s) venecedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 19 de fevereiro de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 407/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 025 proc 142/2019 CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS CONTRATADAS:CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS

LTDA.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as unidades básicas de saúdedo Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Publica 10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.3.90.30.00 - Material consumo
VALOR:1.660,00(Um mil seiscentos e sessenta reais)

DATA: 06 fevereirode 2020

FORO: Comarca de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 406/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 025 proc 142/2019
CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS
CONTRATADAS: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

DBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as unidades bá iteas de satúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

13.13 – Secretaria de Saúde Publica0.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

:3.90.30.00 - Material consumo

/ALOR:457.10(Quatrocentos e cinquenta e dois reais e dez centa

ATA: (...eiro de 2020
ORO: Comarca de Bataguassu – MS
IGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante.
EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 403/2020

ROCESSO ADMINISTRATIVO Nº, ATA 025 proc 142/2019 ONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS
ONTRATADAS:MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS

BJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as unidades bá-cas de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS. OTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

.13 - Secretaria de Saúde Publica

.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.90.30.00 - Material consumo

LOR:76,00(Setenta e seis reais) VTA: 06 fevereiro de 2020

RO: Comarca de Bataguassu – MS 3NATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante. TRATO DA NOTA DE EMPENHO 408/2020 OCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 025 proc 142/2019

NTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS NTRATADAS:CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALA:

JETO: Aquisição de Medicamentos para atender as unidades háis de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.
TAÇÃO ORÇAMENTARIA:

13 - Secretaria de Saúde Publica

101.0014-2.047 Bloco atenção Basica 90.30.00 - Material consumo

OR: 1.040.00(Um mil e quarenta reais)

TA: 06 fevereiro de 2020

IA: 06 Evereiro de 2020

O: Comarca de Bataguassu – MS

NATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante.

FRATO DA NOTA DE EMPENHO 399/2020

CESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 025 proc 142/2019

ITRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS

ITRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO CIRURGICOS

CIRURGICOS

de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS AÇÃO ORÇAMENTARIA:

- Secretaria de Saúde Publica 11.0014-2.047 Bloco atenção Basica

VALOR:551,40(Quinhentos e cinquenta e tim e quarenta centavos)
DATA: 04 fevereiro de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. CacidáoDagno Pereira pola Contratante. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 382/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Parde - MS
CONTRATADAS:DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMEN-

OBJETO: Aquisição de materiais hospitalares para atender as uni-

ODDETO. Actional de materials inospitalares para atender as t dades básicas de saude do Municipio de Santa Rita do Pardo/MS DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 03.13 – Secretaria de Saúde Publica

10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.5.90.30.00 – Material consumo
VALOR:3.002,18(Tres mil c dois reais c dezoito centavos)
DATA: 04 fevereiro de 2020

DATA: 04 fewereiro de 20/20
FORO: Comarca de Bunguassu - MS
S'GNATÁRIOS: S: Cacidad Dagno Pereira pela Contratante.
EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 383/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°, ATA 029 proc 187/2019

ROCESSO ADMINISTRATIVO N°, ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS
CONTRATADAS: DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO-HOSP

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as unidades bá-sicas de saúdo do Município de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Publica

10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica 3.3.90.30.00 — Material consumo VALOR:3.480,00(Tres mil quatrocentos e oitenta reais) DATA: 04 fevereiro de 2020

DATA: On reverent de 2020
FORO: Comerça de Bataguessu – MS
SIGNATARIOS: Sc. Cacido-Dagno Pereira pela Contratante.
EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 384/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. ATA 029 proc. 87/2019

CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS CONTRATADAS:BRIATO COMERCIO MEDICO HOSPITALAR

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as un sicas de saúde do Municipio de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

03.13 – Secretaria de Saúde Publica 10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica 3.3 90.30.00 - Material consumo

VALOR:458.70(Quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta cen

FORO: Comarca de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. CacidoDagno Pereira pela Contratante. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 387/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO No. ATA 029 proc 187/2019

CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo - MS
CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo - MS
CONTRATADAS:MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as u sicas de saúde do Município de Santa Rita de Pardo/MS. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Publica 10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.3.90.30.00 - Material consumo VALOR:2,730,38(dois mil setecentos e trinta reas e trinta e oito

centavos) DATA: 04 fevereiro de 2020

FORO: Commerce de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. Caciddo Dagno Pereira pela Contratunte. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 388/2028 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029 proc 187/2019

CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo - MS CONTRATADAS:CIRURGICA PARANAVAI EIRELI . OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as usidades básicas de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA 03.13 - Secretaria de Saúde Publica

10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.3.90.30.00 – Material consumo
VALOR:2.961,36 (Dois mil novecentos e sessenta e um reais e trinta

DATA: 04 fevereiro de 2020

FORO: Comarca de Bataguasu – MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Bagno Pereira pela Contratante.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 389/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029 proc 187/2019
CONTRATANTE: Municipio de Santa Riza do Pardo – MS CONTRATADAS:CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS

LTDA . CBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender is sicas de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS DOTAÇÃO ORCAMENTARIA-

03.13 - Secretaria de Saúde Publica 10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.3.90.30.00 - Material consumo VALOR:1.508,52(Um mil quinhentos e oito reais e cinquenta e dois

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 253/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 029 proc 1/7/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS CONTRATADAS: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSP

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as un fi des ba sicas de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Publica 10.301.0014-2.047 Bloco atenção Basica

3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR: 594.14(Quinhentos e noventa e quatro reais e quatorze DATA: 24 Janeiro de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: St. CacildoDagno Pereira pela Contratante

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 249/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 029 proc 18/1/2619
CONTRATANTE: Município de Sante Rita do Pardo – MS
CONTRATANAS: BRIATO COMERCIO MEDICO HOSEITALAR

OBJETO: Aquisição de Material Hospitelar para atender 1 un mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS

... Secretaria de Saude Pablic.
... Secretaria de Saude Pablic.
... 22-2.034 Bloce metta e álta complexidade - MAC
3-0.30.00 - Material consumo
sLOR1.0.4 x.60 (1 m m.) vinic o dito trais o sessenta centar

arca de Rubrica

SIGNATARIOS: Sr. Carlino Dagno Pereira peta Cor EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 252/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°, ATA 829 proc 187/2019
CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS
CONTRATADAS: CIRURGICA PARANAVAI - EIRELI CONTRATADAS: CIRURGICA PARANAVAI - EIRELI OR/ETO: Aquisição de Material Hospitalar para atender a u mista de spida do Manacinio de Santa Pita do Pardo MS

misia de salada do município de santa Rita de Pardo/MS.

DOTACÃO ORCAMENTARIA:

03./3 - Secretaria de Saúde Publica

10.302.0014-2.054 Bioco media e alta complexidade - MAC

10.312.0014-2.054 libroc media e filia complexidade - MAC 3.39.03.002 - Material consumo VALOR-001.00 (Novecentos e um reais)
DATA: 24 janeiro de 2020 - SOFO: Comarca de Bataquiassa - MS STGNATARIOS: Sr CacildoDagno Pereim pela Contratante. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 250/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°, ATA 029 proc 187/2019 CONTRATA NTEL Munistrativo N°, ATA 029 proc 187/2019 CONTRATA NTEL Munistrativo N°, ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo - MS ONTRALADAS: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMEN

TOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Matenal Hospitalar para atender a unic mista de saúde do Municipio de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTACÃO ORCAMIENTARIA:

03.13 – Secretaria de Saúde Publica

10.302.0014-2.054 Bioco media e alta complexidade - MAC 90.30.00 - Material consumo

VALOR:446.50 (quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta

FORO: Comarra de Balaguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. CacildoDagno Pereira pela Contratante. EXERATO DA NOTA DE EMPENHO 251/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS

CONTRATADAS: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMEN-OBJETO: Aquisição de Material Hospitalar para atender mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA DOIACACOR, AMENIARIA.

03.13 - Secretaria de Saúde Publica
10.302.0014-2.054 Bloco media e alta complexidade - MAC
3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR 2.007.00 (Dois mit e sete reais)

DA1A: 24 janeiro de 2020 FORO: Comarca de Bataguassa – MS SIGNATARIOS: Sr. CacudoDagno Pereira nela Contratante EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 248/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. ATA 029 proc 187/2019
CONTRATANTE: Municipio de Sania Rita do Pardo – MS
CONTRATADAS: DU BOM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

OBJETO: Aguisição de Material Hospitalar para atender a unidade mista de saúde do Município de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saude Publica 10.302.0014-2.054 Bioco media e alta complexidade - MAC 3.3.90.30.00 - Material consumo VALOR:300.00 (Trezentos reais)

DATA: 29 Janeiro de 2020 FORO: Comarca de Bataguasa – MS SIGNATARIOS: Sr. Cuenciolizgno Pereira pela Contratante. EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 254/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029 proc 187/2019
CONTRATATITE: Municipio de Santa Rita do Pordo — MS
CONTRATADAS: CLA DISTRIBUIDORA DE PROD. HOSPITA-

LAKES EIRELI OBJETO: Aquisição de Material Hospitalar para atender a unidade mista de saude do Município de Santa Rita do Pardo/MS.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Publica 10.302.0014-2.054 Bloco media e alta complexidade - MAC

3.3.90.30.00 - Material consumo VALOR:2.051.57 (Dois mil cinquenta e um reais e cinquenta e sete

FCRO: Comaren de Battiguassu - MS SIGNATÁRIOS: Sr. CacidoDagno Pereira pela Contratante. EXTRATO BA NOTA DE EMPENHO 255/2020

PROCESSO ADMINISTRATI''O Nº, ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipie de Sante Rita de Pardo - MS
CONTRATANTE: Municipie de Sante Rita de Pardo - MS
CONTRATACAS. C. A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.

OS/ETO: A quisição de Material Hospitalar para atender a umista de saúde do Municipio de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

03.13 - Secretaria de Saúde Pública 10.302.0014-2.054 Bloco media e alta complexidade - MAC

3.3.90 30.00 - Material consumo VALOR:176.40 (cento e setenta e seis reais e quarenta centavos) DATA: 24 janeiro de 2020

FORD Commende Recigiosem – MS SIGN ATARIOS, Sr. Cacilda Dagno Pereira pola Contratante. FXTR ATO DA NOTA DA EMPENHO 249/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ATA 029 proc 187/2019 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS CONTRATADAS: DU BOM DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS

C-HOSP CBJETO: Aquisição de Material Hospitalar para atender a unidade mata de señac do Municipio de Santa Rita do Pardo/MS. DOTAÇÃO ORÇAMENTARÍA.

03.13 - Secretaria de Saúde Pública 10.302.0014-2.054 Bioco media e alta complexidade - MAC 3.3.90.30.00 - Material consumo

VALOR:1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) DATA:03 fevereiro de 2020 FORO: Comarca de Bataguassu - MS SIGNATA ALIO: S. C. DIADE POPE PER LA CONTRAINTE BROS HE ON MARIZON, HE SO DE PEVERSIRO DE 2010. "POSTOR SIGNAS A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMA-NENTE DE LICITACÃO E JULGAMENTO, E DÁ OUTRAS

CACIL DO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita de l'ardo, Estado de Maio Grosso do Sul, em niene exercício de seu cargo, asando das atribuições que ine são conferidas por Lei.

DFCRETA:
ARTIGO 1º- Nomeia-se de acordo com os termos do artigo 6º, inciso XVI, artigo 51 e seguintes da Lei 8,666/1993, a Comissão Permanente de Licitação e Julgamento de Prefeitum Municipal de Sauta Rim do Pardo – MS, para o exercicio de 2020, ou até ulterior

modificação. ARTIGO 2º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo - MS, fica constituída pelos seguintes membros e suplentes, dos quais segue abaixo a no-

Majany Santos da Silva Cristiana dos Santos Silva Roberto Gomes da Silva SUPLENTES:

Lidiane dos Santos Nascin

Denair Raimundo Lino
 ARTIGO 3º- A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento da
 Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, terá como Presi-

Protettura Municipal de Santa Kita do Pardo – MS, terà como Presi-dente a Senhor Maiany Santos da Silva. ARTIGO 4º- Este Decreto entrarà em vigor na data de sua publica-ção, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 20 de Fevereiro de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA.

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo
na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa OZIEL DIAS LEAL

Secretário de Administração e Governo DECRETO Nº. 041/2020 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020. "Dispôs sobre a nomeação de Pregoira Oficial e Equipe de Apoio para realização das Licitações na Modalidade de Pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Pública

Municipal e dá outras providências."

CACILDO DAGNO PEREIRA, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo. Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei. DECRETA:

ARTIGO 1º Fica nomeada, nos termos da Lei 10.520/2.002 e do art. 5º do inciso I, do Decreto Municipal nº 044/09, a servidora municipal MAIANY SANTOS DA SILVA, para exercer a função de PREGO-EIRA OFICIAL, nas licitações na modalidade Pregão no municipio de Santa Rita do Pardo – MS, no exercício de 2020, e seguintes, até disposição em contrário.

ARTIGO 2° - Ficam nomeados os servidores municipais Cristians

dos Santos Silva e Roberto Gomes da Silva para comporem EQUIPE DE APOIO na modalidade de licitação mencionada, no município de Santa Rita do Pardo - MS. ARTIGO 3° - Fica instituido como SUPLENTES os servidores mu-nicipais Lidiane dos Santos Nascimento e Denair Raimundo Lino. ARTIGO 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa

oficial do Municipio OZIEL DIAS LEAL



SELVICION SELVA SEMESTRE ALMON MINISCO SANTINGO LA POSERTO GOMES DA SALVA

Antonio Cenji Costa, Presidenta da Consissão de Pináncia e On 1981 de Santo Rito do Pardo-MS, Borna pública e convesa a l des, que fair realizar no dia 27 de feverairo de 2020, se 07:00 la Manticipal de Santa Dita do Parto-MS, AUDIÓRICA RIGUELA Visitar e realiza e comocimento der Marcia de Nuelogia.



Presidência da República

Secretaria-Geral

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Fis 08	
0	
Rubrica	and the

LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Texto compilado

Regulamento

Regulamento

(Vide ADI nº 6341)

(Vide ADI nº 6347)

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a sequinte Lei:

- Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
 - § 1º As medidas estabelecidas nesta Lei objetivam a proteção da coletividade.
 - § 2º Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta Lei.
 - § 3º O prazo de que trata o § 2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde.
 - Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:
- I isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e
- II quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Parágrafo único. As definições estabelecidas pelo Artigo 1 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber.

- Art. 3º Para enfrontamente da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as intos modidas:
- Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020) âmbito de suas competências, dentre outras, as seguintes medidas:
 - I isolamento:
 - II quarentena;
 - III determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
 - e) tratamentos médicos específicos:
 - IV estudo ou investigação epidemiológica;
 - V exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- restrição excepcional e temporária de entrada e saída de País, conforme recomendação técnica e fu ria (Anvisa), por rodovias, portos ou acroportos;
- VI restrição excepcional e temporária, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por rodovias, portos ou aeroportos de: (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - a) entrada e saída do País; e

(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) locomoção interestadual e intermunicipal;

- (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020) (Vide ADI 6343)
- VII requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e
- autorização excepcional e temporária para a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa, dosde que:
- VIII autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, desde que: (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)

a) registrados por autoridade sanitária estrangeira: e

- a) registrados por pelo menos 1 (uma) das seguintes autoridades sanitárias estrangeiras e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países: (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - 1. Food and Drug Administration (FDA); (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - 2. European Medicines Agency (EMA); (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - 3. Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (PMDA); (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - 4. National Medical Products Administration (NMPA); (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)

b) provistos em ato de Ministério da Saúdo.

- b) (revogada). (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)
- § 1º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.
 - § 2º Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:
 - I o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento;
 - II o direito de receberem tratamento gratuito;
- III o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o Artigo 3 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020.
- § 3º Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.
- § 4º As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.
 - § 5º Ato do Ministro de Estado da Saúde:
 - I disporá sobre as condições e os prazos aplicáveis às medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo; e
 - II concederá a autorização a que se refere e ineise VIII de caput deste artigo.
 - II (revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - § 6º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Justiça e Segurança Pública disporá sobre a medida prevista no incise VI de caput deste artigo.
- § 6° Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e da Infraestrutura disporá sobre a medida prevista no inciso VI do caput. (Redação dada pela Medida Provisória nº 927, de 2020) (Vide ADI 6343)
- § 6º-A O ato conjunto a que se refere o § 6º poderá estabelecer delegação de competência para a resolução dos casos nele omissos. (Incluído pela Medida Provisória nº 927, de 2020)
 - § 7º As medidas previstas neste artigo poderão ser adotadas:
 - l pele Ministério da Saúde;
 - I pelo Ministério da Saúde, exceto a constante do inciso VIII do caput deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - II peles gesteres lecais de saúde, desde que autorizados pelo Ministério da Saúde, nas hipóteses des incisos I, II, V, VI o VIII de saput deste artigo; ou
- II pelos gestores locais de saúde, desde que autorizados pelo Ministério da Saúde, nas hipóteses dos incisos I, II, V e VI do caput deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020) (Vide ADI 6343)
 - III pelos gestores locais de saúde, nas hipóteses dos incisos III, IV e VII do caput deste artigo.
 - IV pela Anvisa, na hipótese do inciso VIII do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - § 7°-A. (VETADO). (<u>lincluído pela Lei nº 14.006, de 2020</u>)
- § 7°-B. O médico que prescrever ou ministrar medicamento cuja importação ou distribuição tenha sido autorizada na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo deverá informar ao paciente ou ao seu representante legal que o produto ainda não tem registro na Anvisa e foi liberado por ter sido registrado por autoridade sanitária estrangeira. (Incluído pela Lei nº 14.006, de 2020)
- § 8º As medidas previstas neste artigo, quando adotadas, deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais. (<u>Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020</u>)
- § 9º O Presidente da República disporá, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais a que se referem o § 8º. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 10. As medidas a que se referem os incisos I, II e VI do **caput**, quando afetarem a execução de serviços públicos e atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas, somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia com o órgão regulador ou o Poder concedente ou autorizador. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 11. É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, definidas nos termos do disposto no § 9º, e cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população. (Incluído pela Medida

FIE 10

- Art. 4º Fica disponsada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúdo destinados ao enfrontamente da emergência de saúdo finados enfrontamente da emergência de saúdo finados enfrontamente da exercica de saúdo finados enfrontamente de saúdo finados enf
- Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
- § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.
- § 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 4º Na hipótese de dispensa de licitação de que trata o **caput**, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade, o sistema de registro de preços, de que trata o <u>inciso II do **caput** do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,</u> poderá ser utilizado.

 (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)
- § 5º Na hipótese de inexistência de regulamento específico, o ente federativo poderá aplicar o regulamento federal sobre registro de preços. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)
- § 6º O órgão ou entidade gerenciador da compra estabelecerá prazo, contado da data de divulgação da intenção de registro de preço, entre dois e quatro dias úteis, para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar do sistema de registro de preços nos termos do disposto no § 4º e no § 5º. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)
- Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o necedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926 de 2020)
 - I ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - II necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- III existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - IV limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4°-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4°-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - I declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - II fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - III descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - IV requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - V critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - VI estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - VII adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do **caput** não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

 (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4°-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

- Art. 4°-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluido pela Medida Provisória
- § 1º Quando o prazo original de que trata o **caput** for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - § 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- § 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o <u>art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,</u> para as licitações de que trata o <u>caput.</u>
- § 4º As licitações de que trata o **caput** realizadas por meio de sistema de registro de preços serão consideradas compras nacionais, nos termos do disposto no regulamento federal, observado o prazo estabelecido no § 6º do art. 4º. (<u>Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020</u>)
- Art. 4°-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- Art. 4º-l Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
 - Art. 5º Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de:
 - I possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus;
 - II circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus.

- Rubrica
- Art. 6º É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.
- § 1º A obrigação a que se refere o caput deste artigo estende-se às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade anitária.
- § 2º O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.
- Art. 6º-A Ficam estabelecidos os seguintes limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa, para as aquisições e contratações a que se refere o **caput** do art. 4º, quando a movimentação for realizada por meio de Cartão de Pagamento do Governo: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- I na execução de serviços de engenharia, o valor estabelecido na <u>alínea "a" do inciso I do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;</u> e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)
- II nas compras em geral e outros serviços, o valor estabelecido na <u>alínea "a" do inciso II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.</u>

 Medida Provisória nº 926, de 2020)

 (Incluido pela
- Art. 6°-B Serão atendidos prioritariamente os pedidos de acesso à informação, de que trata a Lei nº 12.527, de 2011, relacionados com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata esta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020) (Vide ADI nº 6347) (Vide ADI nº 6351) (Vide ADI 6353)
- § 1º Ficarão suspensos os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes e que, necessariamente, dependam de: (Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020)
 - I acesso presencial de agentes públicos encarregados da resposta; ou (Incluído pela Medida P

(Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020)

- II agente público ou setor prioritariamente envolvido com as medidas de enfrentamento da situação de emergência de que trata esta Lei. (Incluído a Medida Provisória nº 928, de 2020)
- § 2º Os pedidos de acesso à informação pendentes de resposta com fundamento no disposto no § 1º deverão ser reiterados no prazo de dez dias, contado da data em que for encerrado o prazo de reconhecimento de calamidade pública a que se refere o <u>Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020</u>. (<u>Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020</u>)
- § 3º Não serão conhecidos os recursos interpostos contra negativa de resposta a pedido de informação negados com fundamento no disposto no § 1º. (Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020)
- § 4º Durante a vigência desta Lei, o meio legítimo de apresentação de pedido de acesso a informações de que trata o <u>art. 10 da Lei nº 12.527, de 2011,</u> será exclusivamente o sistema disponível na internet.(<u>Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020</u>)
- § 5º Fica suspenso o atendimento presencial a requerentes relativos aos pedidos de acesso à informação de que trata a <u>Lei nº 12.527, de 2011.</u> (<u>Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020</u>)
- Art. 6°-C Não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o <u>Decreto Legislativo nº 6, de 2020.</u> (<u>Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020</u>)
- Parágrafo único. Fica suspenso o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.112, de 1990, na Lei nº 9.873, de 1999, na Lei nº 12.846, de 2013, e nas demais normas aplicáveis a empregados públicos. (Incluído pela Medida Provisória nº 928, de 2020)
- Art. 6°-D Fica suspenso o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Incluído pela Medida Provisória nº 951, de 2020)
 - Art. 7º O Ministério da Saúde editará os atos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.
 - Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019.
- Art. 8° Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4°-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de fevereiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO Sérgio Moro Luiz Henrique Mandetta

Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.2.2020

FIS 12
Rubrica

DECRETO № 15.391, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

FIS 13

Dispõe sobre as medidas temporárias a serem aquiadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-matogrossense.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual, e

Considerando a situação de emergência causada pela pandemia mundial do coronavírus (SARS-CoV-2) e as projeções de contaminação realizadas por especialistas para os próximos dias;

Considerando o disposto no art. 196 da Constituição Federal, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

Considerando as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos no Estado de Mato Grosso do Sul e a imprescindibilidade de a Administração Pública adotar ações coordenadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como estar preparada para oferecer respostas rápidas às demandas que possam ser geradas pela pandemia,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense.

Art. 2º Ficam suspensos, salvo mediante autorização expressa do Governador do Estado:

I - a realização de atividades de capacitação, de treinamento ou de qualquer evento coletivo pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II - a participação de servidores ou de empregados públicos em eventos oficiais em outros Estados da federação e a realização de viagens internacionais ou interestaduais custeadas pela Administração Pública Estadual;

III - o gozo de férias pelos servidores da área da saúde e dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, durante a vigência deste Decreto.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Saúde expedirá orientações técnicas à inciativa privada quanto à não realização de eventos coletivos que impliquem a aglomeração de pessoas e a outras ações preventivas.





Art. 4º Os agentes mencionados no art. 3º deste Decreto que, antes da vigência da presente norma ca regressaram ou tiveram contato direto com pessoas que regressaram de locais com transmissão comunitária do vírus da COVID-19, conforme dados do Ministério da Saúde e boletins epidemiológicos das Secretarias de Saúde, independentemente de apresentarem sintomas, deverão comunicar este fato à chefia imediata para que seja analisada a conduta a ser tomada.

Art. 5º Aos agentes mencionados no art. 3º deste Decreto que venham a regressar, durante a vigência desta norma, de locais com transmissão comunitária do vírus da COVID-19, conforme dados do Ministério da Saúde e boletins epidemiológicos das Secretarias de Saúde, bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I - os que apresentem sintomas (sintomáticos) da COVID-19 deverão procurar um serviço de saúde e ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias ou conforme determinação médica; e

II - os que não apresentem sintomas (assintomáticos) da COVID-19 deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno ao Estado, as funções determinadas pela chefia imediata, respeitadas as atribuições do cargo ou do emprego, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública.

§ 1º De forma excepcional, na hipótese do inciso I deste artigo, não será exigido o comparecimento físico para a perícia médica daqueles que forem considerados como caso suspeito ou diagnosticados com a doença e receberem atestado médico externo.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* deste artigo, o agente deverá entrar em contato telefônico com o setor de recursos humanos do órgão ou da entidade de lotação e enviar cópia digital do atestado por e-mail a ser divulgado internamente pelo respectivo titular.

§ 3º Os atestados serão homologados administrativamente.

§ 4º O servidor, empregado público, terceirizado, colaborador, trainee, estagiário ou aprendiz que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.

§ 5º O retorno ao trabalho presencial, no caso de inciso II deste artigo, poderá ser antecipado caso seja apresentado resultado negativo para o teste de COVID-19.

Art. 6º Os gestores dos contratos de prestação de serviços à Administração Estadual deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários que ingressam nas dependências dos órgãos e das entidades estaduais quanto aos riscos da COVID-19, e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou de sintomas respiratórios, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte prejuízo à Administração Pública.

Parágrafo único. O modelo padrão da notificação de que trata o *caput* deste artigo será elaborado pela Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD/MS) e disponibilizado a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação deste Decreto.

Art. 7º Fica vedada a participação em reuniões presenciais, no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Estadual Direta ou Indireta, de qualquer pessoa que:

I - tenha regressado, nos últimos 7 (sete) dias da data da reunião a que se refere o *caput* deste artigo, de locais com transmissão comunitária do vírus da COVID-19, conforme dados do Ministério da Saúde e boletins epidemiológicos das Secretarias de Saúde; ou





II - apresente quaisquer sintomas da COVID-19.

Art. 8º Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; e/ou
- e) tratamentos médicos específicos;
- IV estudo ou investigação epidemiológica;
- V exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- VI requisição de bens e de serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior com base na "tabela SUS", quando aplicável, ou mediante justa indenização a ser definida pela Administração Pública Estadual em processo administrativo próprio.
- § 1º Para fins de aplicação deste Decreto, serão consideradas, no que couber, as definições de "isolamento" e de "quarentena" previstas na Lei Federal nº 13.979, de 2020, assim como as definições estabelecidas pelo art. 1º do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto Federal nº 10.212, de 2020.
- § 2º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, sendo limitadas, no tempo e no espaço, ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.
- § 3º O descumprimento das medidas previstas neste artigo deverá ser comunicado pela chefia máxima do órgão ou da entidade à Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS), para a adoção das medidas judiciais cabíveis.
- \S 4º Ficam asseguradas às pessoas afetadas pelas medidas constantes deste artigo todas as garantias previstas na Lei Federal nº 13.979, de 2020.
- Art. 9º O processo de compra/contratação emergencial, por dispensa de licitação, de bens, serviços e de insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, conforme autorizado pelo art. 4º da Lei Federal n^{α} 13.979, de 2020, deverá ser instruído com justificativa técnica, parecer jurídico e, no que couber, com os elementos indicados no art. 26, parágrafo único, incisos I a IV, da Lei Federal n^{α} 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 10. O setor responsável pela fiscalização e pelo controle dos serviços de manutenção do respectivo prédio de cada órgão e entidade deverá aumentar a frequência de limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de providenciar a aquisição dos insumos de limpeza necessários para essas medidas.
 - Art. 11. A Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS) deverá:
- I organizar campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio da COVID-19;
- II divulgar as ações contidas no Plano Estadual de Contingência contra o coronavírus e as medidas e normativas do Centro de Operações de Emergência (COE/MS);





III - publicar boletins diários de acompanhamento do cenário da doença e das diretrizes para vigilância, prevenção e controle desenvolvidas pelo Governo do Estado.

Parágrafo único. As medidas de que trata o *caput* deste artigo constarão do sítio oficial da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 12. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual deverão priorizar o atendimento ao público externo, dentro do possível, por meio eletrônico ou telefônico e, preferencialmente, realizar reuniões administrativas não presenciais, utilizando os meios tecnológicos disponíveis.

Parágrafo único. Fica a critério do Governador, dos Secretários de Estado, dos Secretários Especiais e dos Diretores-Presidentes adotar, no âmbito de seus gabinetes, as restrições que entender necessárias ao atendimento presencial do público externo ou à visitação a sua respectiva área.

- Art. 13. A Superintendência de Gestão da Informação (SGI/SAD) e o setor de informática, de cada órgão e entidade, deverão auxiliar as demais unidades quanto à adoção de videoconferência para a realização de reuniões e de atendimentos.
- Art. 14. O dirigente máximo do órgão ou da entidade da Administração Estadual fica autorizado a adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do coronavírus, inclusive:
- I a concessão de férias e/ou de recesso a servidores que não se enquadrem nas categorias a que se refere o inciso III do art. 2º deste Decreto; e
- II a redução temporária do quantitativo de pessoas que podem permanecer, simultaneamente, em ambiente de uso coletivo nas dependências do prédio do órgão ou da entidade.

Parágrafo único. As medidas a que se refere o *caput* deste artigo devem ser previamente submetidas à análise do Secretário de Estado de Administração e Desburocratização.

Art. 15. Os agentes mencionados no art. 3º deste Decreto que, cumulativamente, tenham mais de 60 (sessenta) anos e sejam portadores de doenças crônicas que compõem grupo de risco, deverão executar suas atividades por trabalho remoto, cujos critérios serão firmados com o representante de sua unidade de lotação.

Parágrafo único. A condição de portador de doença crônica mencionada no *caput* deste artigo dependerá de comprovação por intermédio de relatório médico.

- Art. 16. As ações de apoio do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS) na região fronteiriça do Estado, as regras de visitação de parentes e advogados nos presídios estaduais, e os protocolos de transferência de presidiários deverão ser ajustados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS), de forma a possibilitar e a garantir o atendimento das medidas dispostas neste Decreto.
- Art. 17. As normativas do Ministério da Saúde, aplicáveis aos Estados da Federação, já publicadas quando da edição deste Decreto e aquelas que venham a ser editadas ao longo de sua vigência, ficam automaticamente internalizadas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Art. 18. Os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública Estadual poderão, nos limites de suas atribuições, expedir atos infralegais em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS) para regulamentar o presente Decreto.
- Art. 19. O prazo de vigência deste Decreto dar-se-á até a edição de outro ato normativo em sentido contrário.
 - Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 16 de março de 2020.

REINALDO AZAMBUJA SILVA Governador do Estado

GERALDO RESENDE PEREIRA Secretário de Estado de Saúde







		FIS 17
RUA MARECHA	L FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCC	A A
	FONE (067) 3591-1123	Rubrica
CEP 79.690-000	- SANTA RITA DO PARDO - M	IS '

DECRETO Nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020.

Declara Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O REFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavirus – *covid-19*;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavírus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o vírus *coronavirus (COVID-19)* transita livremente no território brasileiro;

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Ida 8



	FIS_	18	
A		Pubrica	

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da coronavirus (COVID-19):

Considerando que o coronavírus (COVID-19) é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo coronavirus (COVID-19);

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Eurgência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública;



FIS_

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

- Art. 1° Fica declarada e decretada **Situação de Emergência em Saúde Pública** no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus SRAS-CoV-2 1.5.1.1.0, e, por consequência, recomendado, a partir desta data, preventivamente e temporariamente, aos munícipes a adotar providências de profilaxias, principalmente, evitando aglomerações de pessoas, com atividades sociais, culturais, esportivas e artísticas em ambientes fechados.
- A 2° Autoriza-se à Secretaria Municipal de Saúde e os demais órgãos da Administração Pública Municipal, no âmbito de suas atribuições, a adotar todas as medidas que se fizerem necessárias ao restabelecimento da situação de normalidade, devendo os diversos setores da Administração Municipal desencadear as medidas de prevenção, combate e mobilização da comunidade relativamente ao problema, devendo todos os órgãos municipais atuar sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, nas ações de resposta ao momento e reabilitação do cenário da normalidade.
- Art. 3° Ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no período de 23 de março a 06 de abril de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade escolar.

Parágrafo único. Ato da titular da Secretaria Municipal de Educação regulamentará o disposto no caput deste artigo.

- Art. 4° Determino à Secretaria Municipal de Saúde, e aos demais órgãos da Administração Pública Municipal, no âmbito de suas atribuições, a providenciarem o implemento das ações necessárias ao reconhecimento da situação de emergência junto a jórgãos competentes, caso necessário.
- Art. 5° Nos termos do §7° do inciso III, do art. 3°, da Lei Federal n° 13.979, de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:
- I determinação de realização compulsória de:
- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas;
- e) tratamentos médicos específicos;
- II estudo ou investigação epidemiológica;

III – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipóteses em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

10 8



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

FIS

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 6° - Fica dispensada a licitação para aquisição, bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata este Decreto, nos termos do art. 4° da Lei Federal nº 13.979, de 2020.

Parágrafo único. Com base no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízos das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta exclusivamente à situação emergencial de prestação de serviços e aquisição de insumos destinados à reabilitação do cenário da situação de emergência.

Art. 7° - Recomenda-se:

I a redução das atividades até 06 de Abril de 2020, de locais onde haja alta rotatividade diaria de pessoas;

II – aos órgãos de saúde pública e às clínicas privadas que organizem seus horários de atendimento de forma a evitar aglomerações de pessoas, reforçando as medidas de higienização com a disponibilização de álcool gel 70% e EPIs, respeitando as peculiaridades de cada serviço e o risco envolvido em cada atendimento;

III – que sejam reforçadas as medidas de higienização e disponibilizados álcool gel 70% em locais de grande circulação de pessoas nos órgãos públicos pelo poder público municipal, competindo à iniciativa privada o implemento de ações nesse sentido e por disponibilizarem álcool em gel em seus respectivos estabelecimentos;

IV - a suspensão dos bailes da 3ª idade tradicionalmente realizados nesta cidade;

V – a suspensão das atividades do serviço de fortalecimento de vínculos, serviço de convivência criança e adolescente, e serviço de convivência da terceira idade, bem como reuniões do PAEF;

Art. 8° - Ficam suspensas:

I - a realização de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais,
 p 'ticos, científicos, comerciais e religiosos);

II – as reuniões de Conselhos Municipais ou outras formas de colegiados, salvo situações específicas devidamente justificáveis.

Art. 9° - Os serviços de alimentação, restaurantes, lanchonetes e bares deverão adotar medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19.

Art. 10 - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando às penalidades previstas em ambos os normativos.

Parágrafo único. O Procon, no âmbito de sua atuação, deverá realizar fiscalizações para coibir o aumento arbitrário de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19.

Art. 11 – Os Gestores dos Contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade em adotar os meios necessários para conscientizar empregados sobre medidas de enfrentamento ao COVID-19, bem como sobre a necessidade de informar a ocorrência de sintomas respiratoras ou de febre, sob pena de responsabilidade contratual em caso de omissão.



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 12 – Ficam suspensas até 06 de Abril de 2020, as viagens com veículos oficiais do Município, para procedimentos eletivos, consultas não urgentes, bem como compromissos adiáveis, de modo a mitigar a possibilidade de transmissão do vírus.

Art. 13 – Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do Coronavírus (COVID-19), os órgãos da Administração Pública Municipal adotarão as orientações e recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde, bem como das entidades de saúde estadual e local, com o objetivo de proteção da coletividade.

Art. 14 – Deverão ser comunicados imediatamente do teor do presente ato, as Secretarias Ladual de Saúde e Educação, todas as Secretarias Municipais e todos os setores da Municipalidade, Câmara de Vereadores, Igrejas, Associação Comercial, Sindicatos e outros órgãos ou associações.

Art. 15 – A realização de missas, cultos religiosos e shows ao ar livre, deve providenciar a tomada de medidas de proteção a serem sugeridas pelas autoridades sanitárias e de saúde.

Art. 16 – Durante a vigência deste Decreto, ficam suspensas as concessões de afastamentos aos profissionais vinculados às Secretarias de Estado de Saúde Pública, incluídos os afastamentos já deferidos, cuja fruição não se tenha iniciado.

Art. 17 -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, por igual período, caso persista a epidemia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

nta Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 17 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIR

Prefeitø

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

22

Pinanças e Planejamento

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Ha-

- Outros soften price - Pessoa Ju-

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 661/2028, OE 17-DE MARÇO DE 2,828. Declara Suuação de Emergência em Saúde Pública de im-portância internacional decorrente do coronaviras responmarmacional decorrente do coronaviras responsável pelo auto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidat de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronaviras (COVID-19).

(COVID-19).

O PREPEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO. ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas sutribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, nicios 1, 10, funicios le artigo 37 o seguintes da Constituição Federal, bem cumo Lei Orgánica Municípal,

mais dispositivos legais, siderando o dever de o Município zelar pela saúde pú-

considerando over a defesa sanitária, nos termos do inciso L. do artigo 172, da Lei Orgânica Manteipal:
Considerando, nos termos do artigo 10, incisos 1 e II, e artigos 171, 172, inciso 1, e 173, todos da Lei Orgânica do angos 1711.72, messo (1 °17), notos en Lor organica os Municipio, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes

sanistria e epidemiológica, sendo occessario o comuon o medidas preventivas gamdo alcançam fieros alarmanies ou postraciamente prejudiciais; Considerando competir ao Municipio combater às mulés-tors especificas, contagiosas e infecto-contagiosas; Considerando que as apões preventivas e de acompanha-mento também devem ser entendidas como de emergên-

ndo que a Administração Municipal deve se an-

Considerantes que a Antenimente por Antenimento de Very ex-teripar e prever apões que condisem a evitar o condegio la população pelo coronas-virus - covid-19. Considerando que grande parte da população Santarilense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a tabellão, estudo on pessario, locais estes em que 36 foram conflima-dos essos destar applica, como Campo Grande, Presidente Prudente e detrais cidades do estorno;

Considerando a noticia de primeiro óbito confirmados em considerando a coronaviras (COVID-19) no Brasil ocorri-do na data de 16-03-2020.

Considerando a confirmação cicutifica de que o viras co-ronaviras (COVID-19) transita livremente no território

undo a necessidade de serem tomadas decisões e ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar nente tal enfermidade no âmbito da Municipa-

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orça-

mento municipal: Considerando a imperiosa necessidade de integrar recurnos, técnicos e financeiros com os governos Es-

Federais; indo que a promoção da saúde e a prevenção dos inecavelmente as melhoses formas de combate iscos são inegavelmente as melhores o virus da coronavirus (COVID-19);

ao virta de corcenviras (COVID-19);
Considerando que o conoraviras (COVID-19) é mais prequidicial às pessoas que já softem de ouras enfermidades
e grapos de risco lidades, obestos, gestuaries e crianças
com menos de dois anos de lable, tiabelitos, hipertenso,
pessoas portadoras de doerque respirantiras, portadores de
excitopatias. (umantes, pessoas em tratamento como quimistengias ou terpante que aportam en baixa da imunidade, insuficiência renal criorica, entre outras;
Considerando que o anual período de outenor/furreno etimulas o abrigo de pessoas em toasis fechados, ainda que
contra as regras de combate ao viras, e que o viras tem
aptidido de permanecer vivo en locais e umbientes mais
frior.

Considerando que a atual estrutura física do pronto aten-dimento não comporta o asmento da demanda de atendi-

ndo a confirmação a nivel mundial de nandemia

Considerando a confirmação a nivel mundial de pandemia provocada pelo consavirus (CVIVII-19): Considerando estar o Município desprovido de instrumen-tus e materiais exigidas para ambientes fechados, especial-mente escolas e transporte escolar; Considerando especialmente a Declaração de Emergência

ndo especialmente a Declaração de Emergência Pública de Importância Internacional pela Orga-undial de Saúde em 30 de jameiro de 2020, em a da Infecção Humana pelo novo coronavirus

decomença ea monografica (COVID-19):
Considerando a Portaria nº 188/GM/MS. de 4 de fevereir
Considerando a Portaria nº 188/GM/MS. de 4 de fevereir 9. que Declara Emergência em Saúde Pública de dincia Nacional (Espiri) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavi-na (COVID-19): Considerando a Les Federal nº 13.979, de 2020, que dispode de la constitución de la constitución de la constitución de constitución de la constituci

nus (COVID-19):

Considerando a Let Federal nº 13.979, de 2030, que dispõe de modidas para enfrentamento da emergineia de saúde pública decumento de concessivame.

Considerando a Portaria nº 156, de 11 de março de 2020, que dispõe subre a regulamenteado e oporacionalização de disposto na Let Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando a DECRETO NORMATIVO DECRETO N° 15.399, De 17 DE MARCO DE 2020, que sersecuta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.399, de 16 março de 2020, que dispõe sobre sa medidate temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Súl, para a prevenção do contigio da denaga COVID-19 e enfremamento da envergência de saúde pública de importância internacional decortente de construiras (SASCO-V2.), no tertifica sub-mato-gonsentes, onde feram stapeneas sa subas no período de 23 de março de 6 estado de 2020;

Considerando a necessidade de mítigação de disseminação.

Considerando a necessidade de mítigação de disseminação.

ondo foram staspeneas as misas no persono de 22 os mitros do de sabril de 2020;
Considerando a nocessidade de mitigação de disseminação de document made do colorado riscos de satido pública;
D E C R E T.A:
Art. 1º Fiera declarada e decertada Situação de Baserinia; em Sando Pública no Municipio de Santa Rita do Paudo-NS, em razão de opidemio de documen infecciosa unit respiradario — COVID-19, casasada pelo agente Novo Contanvirus — SRAS-CoV2 — 1,5,1,1,0, c., por consequentes, recomendado, a partir desta data, proventivamente e temporarramente, soo municipor a adotar providências de proditavia, principalmente, evitando data, proventivadora personas, com atrividades sociais, culturais, esporitivas e artisticas em ambientes fectudos.
Art. 2º - Autorian-se a Secretaria Municipal de Saúde e os demais órgulos da Administração Pública Municipal, os ámbito de suas ambolições, a adotar totas as municipal, os ámbito de suas ambolições, a adotar totas as municipal.

commente e monutarquo da commendade retativamente ao problema, devendo todos os órgãos municipais atuar sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, nas ações de resposta ao monuento e reabilitação do cenário da nor-

malidade.
Art. 3º - Frican suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no período de 23 de março a 06 de abril de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade acesadas

Partigrafo único. Ato da titular da Socretaria Municipal de Educação regulamentará o disposto no capat deste arrigo. Art. 4º - Determino à Secretaria Municipal de Saúde, e demais organs da Administração Pública Municipa no âmbito de suas atribuições, a providenciarem o in mento das acões perestárias ao monhecimento da sinuação de emergência junto aos órgãos competentes, caso

ação de emergiana puesa-necessária.

Art. 5º - Nos termos do 5ºº do inciso III, do art. 3º, da Lei Foderal o' 13,479, de 2020, para enfrentamento da emergiancio de suside pública, decorrente do coronavirus, poderão ser adotades as seguintes mediabri: 1 - determinação de realização compulsária de:

I – determinação de realização compulsória de:
a) exames médicos:
b) estes laboratorias;
c) coleta de amostras clínicas;
d) vacineção e outras medidas profitácias;
e) roleta de amostras clínicas;
d) retamento medidos especialeos;
II – estudo ou investigação epidemiológica;
III – requisição de banes e envições de pestosas naturais e juridicias, hipóteres em que será gazantido o pagamento posterior de indenticação justos.
Art. 6º – Fine disposanda a hichação para aquisição, bens, serviços e instumos de sadde dectinados ou enfrentamento.

serviços e insumos de sañde destinacios ao enfrentamento da emergência de sañde pública de importância internacional decorrente do Coronavirnos de que tras este Decreto, aos termos de art. 4º da Lai Federal nº 13,979, de 2020. Parágrado único. Com base no inciso IV. do art. 24. da Lai Federal n. 6666, de 21 de junho de 1993, sem prejuizos das restrições da Lari de Responsabilidade Fiscal (Lri Complementar n. 101/2001), ficuam disponsados de licitação os contratos de aquisição de bera necessários às atividades de responsa exclusivamente a simunção emergencial de prestação de serviços e aquisição de insumos destinadors à reabilitação do certafo de situação de insumos destinadors à reabilitação do certafo de situação de insumos destinadors à reabilitação do certafo de situação de enorgência. Art. 7º - Recomenda-sea:

I – a redução das atividades sú 60 de Abril de 2020, de locais onde higa alta restarbidade disis de pessoas;

I — a recuçar osa sarvisantes sec do ce Aden de Auro, de locais onde haj alta rostavidade clásia de pessoas; II — aos órgãos de seúde pública e às elimicas privadas que organizem seus horários de atendimento de forma a e vitar aplicomerações de pessoas, reforçando as medidas de higio-nização com a disposibilização de álcool gal 70% e EPIs. espeitando as peculiaridades de cada serviço e o risco en rolvido em cada atendimento:

respeitando as poculiaridades de cada serviço e o naco en-cuivido em cada astendirezato. III — que sejam reflorçades as medidas de higientação e disponibilizados facos jas l'Ox- em locais de grande cir-culação de pessoas nos óraplas públicas pelo poder público municipal, competindo à iniciatira privado i implemento de póses nesse sentido e por disponibilizamen áleval em gel em seus respectivos estabelectimentos: |V-z| asseptantilo dos bulhes da 3º idode tradicionalmente

IV – a suspensión dos comes da 3º souce transcionamente realizados nesta cidade;
 V – a suspensión das atividades do serviço de fortaleci-mento de vinculos, serviço de convivência criança e ado-lescente, e serviço de convivência da terceira idade, bem

ides do PAEF; Art. 8" - Ficam suspensas

- 2 realização de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, co-

esportrust, Missacos, Camana, Journal de moreciais e religiosos); Il – as remiñes de Conselhos Municipais ou outras formas de culegiados, salvo sinações específicas devidamente

instructions and simulation experiences unwanteness another participation.

Art. 9"- Os serviços de alimentação, restaurantes, lanchocate o bares deverão adocta medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19.

Art. 10 - Considerar-ace à abuso do poder econômico a elevação de preces, sem junta casas, com o objetivo de numentar arbitrariamente no preços dos instanos e serviços relacionados ao enfrentamento de COVID-19. A mismo e serviços relacionados ao enfrentamento de COVID-19. A 12 do Docteto Federal nº 12.053, de 20 de maio de 1963, sujeitudados penalidades previstas em ambos os normanivos.

Parigando função. O Procen, os habitos de sua stuacio, deverá realizar disculsivas para combir o sumento arbitrário de propos dos insumos e serviços relacionados so enfrentamento dos insumos e serviços relacionados so enfrentamento dos COVID-19.

amento do COVID-19. Art. 11 - Os Gestores d ca prayes das instantes à sur logis tratacata de d'activitation de COVID-19.

Art. 11 – Os Gestores dos Courzians de prestação de serviços deverán ordiforar se empresas contrataslas quanto à responsabilidade em adotar os meios necessários para conscientirar empregados sobre medidax de enfirentamento ao COVID-19, bem como sobre a encessidade de informar a cocorreixo de sintomas responsabilidade contrantal em casa de omissão.

Art. 12 – Ficam suspenses são 65 de Abril de 2000, as visquem com Vectudo oficais de Município, para procedimentos eletivos, consultas não ungentes, bem como compromissos adávivia, de modo a mitigar a possibilidade de transmissão do vírtus.

mentos electrico, consessa, ao ungenier, ao en cuano com-promissos adivivisa, de modo a migra y a possibilidade de trasemissão do vírtus. Art. 13 — Para o enfineitamento da emergência de saúde pública de importancia mesional cianternacional, decorren-te do Caronavirus (COVID-19), os árgãos da Administra-to Páblica. Municipal adoxatio as orientações or econom-dações do Ministério da Saúde e da Organização Municipal de Saúde. Dem como das emidades de saúde estadanal e local, com o objetivo de proteção da rolectividade. Art. 14 — Deventa se or comunicados inmulistramente do toor do presente año, as Secretarias Fasachal de Saúde e Educa-ção, todas as Secretarias Municipals e todan os arconas do Municipaldose. Clamar de Verendores, Igrajas, Associa-ção Comercial, Sindicator e outros órgãos ou associaçãos. Art. 15 — A realização de missas, cultos religioros e situ-vas ou livre, deve providenciar a tomada de medidos de protecção a secreta sugeridas pelas autoridades sanitárias e de saúde.

sas as concessões de afinstamentos aos profissionai rolados às Secretarias de Estado de Saúde Público

Art. 17 -Este Decreto entra em vigor na data de sua publi-ARL 1: —ente Detento entra em vigor da data de sta ap-cação, com vigitacia per 90 (neventa) dias, podendo renovado, por igual periodo, caso persista a epidemia. Publique-te. Registre-te. Cumpra-se. Santa Rita do Pardo. Mato Grosso do Sul, ans 17 de m

de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Santa Rita do Pardo, MS, 19 de Março de 2020

Prefeito
GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Seinde Pública - SESP
KATIA CRISTINA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

DULCE APARECIDA MARQUES

SEASTH

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO N°. 088/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 048/2019

CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do P.

MS
CONTRATADA: llume Arquitetura Eireli -EPP.
OBJETO: Cláusula Primeira - Fica prorrogado por n
120 (cento e vinte) dias, o prazo, a vigência contratual,
tabelocido na Cláusula Sétima - do Itom 7.6 do Instrum to Original, sobretulu elevanda o vencimento 04 da Março de 2020 para 02 de Julho de 2020 DATA: 02.03.2020.

DATA: 12.03.2020.
FORO: Comarca de Bataguassu - MS.
SEGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagao Pereira pela Contra-tama. - Sr. Elias Sib da Silva Lima pela Contratante. Sra. Izaibella Mercante Pereira pela Contratada. EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO ACCONTRATO Nº HAMAS

AO CONTRATO N. 118/2819

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 06/2018

CONTRATANE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS - CONTRATANE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS - CONTRATADA: Forthe Lux Comercin e Serviços Lufa - ME.

OBJETO: C'issusala Primeira – Fica prorrogado por mais ti umi mãa, u parza. a vigância coorantal, estabelecido na Cláusula Primeira do Primeiro Termo Adátivo do Instrumento Original, sobreudos clavando e vencimento prevista de Od de Alaron de 2709 nar Od de Abril de 2020.

DATA: 0.05.2020.

DATA: 0.05.2020.

PORO: Comarca de Bataguasou - MS. SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagne Pereira pela Cor

Sra, Duke Aparecida Marques pela Contratante. Sr. Fernando Augusto Conez Calux pelo Contratodo. EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº. 277/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 162/2018 CONVITE Nº. 001/2818

DISTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo – MS DISTRATADA: Constep – Construtora Epitaciana – Ltda. - EPP CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto deste termo de rescisão amigável è o Contrato nº. 277:2018, de 26 de Novembro de 2018, Processo vo nº. 162/2018, amorizado no desnacho do Sr. Prefeito de Santa Rita do Pardo/MS, no processo licita iório, modalidade Carta Convite nº, 801/2018. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

CLÁLISULA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

1. Pieta restinida de comum acentre citur as gartes o Contrao nº, 277/2018, de 26 de Novembro de 7018, par Peresção de Serviços de Engenharia Civil para e Elaboracio de Prestação de Serviços Técnicos de Elaboracio de Prestação de Serviços Técnicos de Elaboracio de Projetos de Engenharia, assessoria Tecnica. Coestiloria en Projicio de Ocermon Federal e Estadasta, acompañamento e Gestão de Obras, Comrénios. Constatos de Repassar, Transferências Fundo a Pundo e Vibratis de Acontigualamento e Medição de Obras, em vituate da movimos de constante de Acontigualamento e Medição de Obras, em vituate da movimos de constante de ma medicativa do companyo de constante de ma medicativa do de constante de ma medicativa do de constante de ma medicativa de descripcios. ação exposta pela contratada em sua manifestação, de edo a que haia o estrito cummrimento da lei.

DATA: 09.03.2020

DATA: 89.5.3020
SIGNATÁRIOS: Sc. Cacido Dagao Pereira pela Distratario: St. Ates Batissa de Sonza Junior pela Distratada.
EXTRATO DO CONTRATO N°. 6837828
PROCESSO ADMINISTRATUYON. 9122020
CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
Sc. CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
Sc. CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
MS. CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
DS. CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
POS-CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Parde
de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipio de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de Secretaria de Educação, para ministrar sultas de municipios de Secretaria de ca secretaria de Editração, para ministra atasse o so projeto cultura, mila para participantes do pra-farra – do município de Sama Rita do Pardo/MS. VIGÊNCIA: 06.03.2020 a 06.01.2021.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

2 - Poder Execu 02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 13.392.0009.2.014 - Implementação das Atividades Es-

portivas e Culturais 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Ju-VALOR: RS 21.700.00 (vinte um mil e setecentos regis)

DATA: 06.03.2020 DATA: 06.03.2020 FORO: Comarca de Bataguassu – MS - SIGNATÀRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratuta. - Sr. Helio Gois Vieira 28753 | 5986 | pela Commatada.

EXTRATO DO CONTRATO 864/292 SO ADMINISTRATIVO Nº. 016/2020 CONTRATANTE: Município de Sama Rita do Pardo -

MS
CONTRATADA: JI Impressoras Eireli - EPP
OBJETIO: Prestação de Serviço de Fotocópias com fornecimento de máquinas copiadoras monocromático digital
em regime de comodato, incluindo manutenção e tonner,
para stender a Administração.

VIGÉNCIA: 09 de Marco de 2020 a 09 de Setembro de

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

02 – Poder Executivo 02.04 – Secretaria de Administração e Governo 04.122.0002-2.004 – Mamm, das Atividades Secr 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pesson Ju

mação 08.122.0085-2.071 - Bloco de Financiamento da Gestão 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pe

do Municipal de Assistència Social

10.122.0014-2.052 - Bloco Gestão SUS 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Tenceiro - Pe

02 - Fonest Executivo 02.10 - Secretaria de Educação, Cultum, Esporte e Lazer 12.361.0010-2.018 - Manutenção do Ensino Fundamenta 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessas Ju ridies 02 - Poder Executiv 02 10 - Securitaria d

02.10 - Sceretario de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.365.0074-2.026 - Manutenção do Ensino Infantil Cre-

che 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Ju-02 - Poder Executive

02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.365.0074-2.066 - Manutenção do Ensino Infantil Pré 3.3.90.39.00 - Outros Servicos de Terreiros - Pessoa Ju-

02 - Poder Executiv

02.12 - Secretaria de Infraestr. Meio Amb. e Dese mento economico 15.452.017-2.035 - Manut. Ativ. da Gerencia de Des. Ur-bano e Estradas Vicinais 3.3.90.39.00 - Ontros Serviços de Terceiros - Pessos Ju-

ndica VALOR: R\$ 145.940,00 (cento e quarenta cinco reais i

VALDE: RS 145,5491.01 (cento e quarenza carico reasi nu-vecentos e quarenta reais) DATA: 69 de Março de 2020 FORO: Comarco de Batagenseu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira peia Centra-

tante Sr. Oziel Dias Leal pela Contratante Sr. Emerson Peralta Figueiredo pela Contratante Sra. Duke Aparecida Marques pela Contratante Sra. Gabriela Maria Rodrigues de Lima pela Cor Sr. Elias Sib da Silva Lima pela Contratante. Str. Juliene Persira Ivo Sobrinho pela contentada. EXTRATO DO CONTRATO 0652230 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 916/2928 CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Par

CONTRATADA: Marlene Rosa de Jesus Presidente Pru-

CONTRATADA: manere riosa de seus resogner re-onte: EPP OBJETO: Prestação de Serviço de Fotocópias com forna-cimento de máquinas copiadoras monoceronático digital em regime de comodata, incluíndo manutemção e toener, para atender a Administração. VIGENCIA: 09 de Março de 2000 a 09 de Sacembro de

2020. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

02 – Poder Executivo
02.04 – Secretaria de Administração e Governo
04.122.0002-2.004 – Manut. das Atividades Secreta

rídica 02 - Poder Executivo 02.08 - Secretaria de Finanças e Planejamento 04.123.0802-2.008 - Manut. Ativ. Gerencia de Finanças

3.3.90.39.00 - Outros serviços de Terceiro - Pessoa Ja-05 - Fundo Municipal de Assistência Social 05.11 - Secretaria de Ass etência Social Trabalho e Ha-

bitação 08.122.0085-2.071 - Bloco de Financiamento da Gestão

3.3.90.39.00 - Otteros Serviços de Terceiro - Pessoa Juridica 03 – Fundo Municipal de Saúde

63.13 - Secretaria de Sande Pública 10.122.0014-2.052 - Bloco Gentio SUS 3.3.90.39.00 - Outros Servicos de Terreiro - Pessoa In-02 - Poder Execut

02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.361 0010-2.018 - Manutenção do Ensino Fundamental 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoc Inridica 62 – Poder Executivo

02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.365.0074-2.026 - Manutenção do Ensino Infantil Cre-

che 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 02 - Poder Executivo

02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazar 12.365.0074-2.066 - Manutenção do Ensino Infantil Pré Escola 1.3.90.39.00 - Outros Serviços de Tereciros - Pessoa Ju-

62 - Poder Executive 62.12 - Secretaria de Infraestr. Vicio Amb. e Desens mente Econômico 15.452,017-2.035 - Manut. Ativ. da Gerencia de Des. Ur-

bano e Estradas Vicinais 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Ju-

VALOR: RS 33,000,00 (trinta e très mil reais) DATA: 09 de Marco de 2020 FORO: Consarva de Bataguassu – MS SIGNATÁRIOS: St. Cacildo Dagno Pereira pela Co

Sr. Oziel Dias Leni pela Contratante Sr. Emerson Peralta Figueiredo pela Con-

Sra. Dulce Appreción Marques nela Conparua. Unabriela Maria Rodrigues de Lima pela Contratunte Serta. Kanta Cristina da Silva pela Contra-tante erta. Gabriela Maria Rodrigues de Lima

EXTRATO DO CONTRATO 966/2829
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 993/2819
CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo

CONTRATADA: Comercial de Lubrificantes Ofiveira Lida - EPP OBJETO: Aquisicio de Lubrificantes para os Veiculos da Frota Municipal

VIGÉNCIA: 12 de Março de 2020 a 12 de Derer

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

DOTACAO ORCAMENTRAIA:

12 - Poder Escustivo

12.81 - Cabinete do Prefeito

12.81 - Cabinete do Prefeito

13.95.03 - Masterial de Consumo

13.95.03 - Masterial de Consumo

12 - Poder Escusivo

20.4 - Socterativo de Administração e Governo

14.122.0002-3.004 - Manut. das Atividades Socretaria de Camerola Galera.

04.122/0002-2009 — NUMBER GER ANY NUMBER SOCIETAINS OF CONTROL OF CREEK GER ANY NUMBER SOCIETAINS OF CONTROL OF CREEK GER ANY NUMBER SOCIETAINS OF CREEK GER AND NUMBER SOCIETAINS OF CREEK GER

Vicinals
3.3.90.30.00 - Material de Consumo

02 - Poder Executivo 02.12 - Secretaria de Infraestr. Meio Amb. e Deserrento Econômico

23.542.0021-2.676 - Manut Ativ Meio Amb e Des oco

nômico
3.3,90,30,00 - Material de Consumo
05 - Fundo Municipal de Assistência Social
05.11 - Secretaria de Assistência Social, Traball 08.122.0085-2.071 - Ricco de Financiamento da Gestis

SILAS

SUAS
3.390.30.00 - Material de Consumo
03 - Fundo Municipal de Sainte
03.13 - Secretaria de Sadot Pública
10.301.0014-2.052 - Bloco Gestão SUS
04 - Fundo
04.10 - Secretaria de Edmenção, Cultura, Esporte e Lazer

- Fundeb 12.361.0062-2.023 - Despesas c/manus, do Ensino Fun-12.361.0002-2.043 — unspensa ermano, no estono i au-damentia 40%.
33.39.00 — Material de Consumo
02 — Poder Excentivo
02.10 — Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
12.361.0010-2.018 — Material de Consumo

3.3.90.00 - Material de Consumo 02 - Poder Execus 02.10 - Secretaria

02 - Poder Executivo 02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.361.0011-2.019 - Manutenção do Transporte Escolar 3.3.90.00 - Material de Consumo
VALOR: RS 79.315.90 (setenta nove mil cento quinze re-

pis e noventa censavos) DATA; 12 de Março de 2020 FORO: Comarca de Bataguasse - MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Degno Pereira pela Contra

nante.
Sr. Oziel Dias Leal pela Contratante.
Sr. Elias Sib da Silva Lima pela Contratante.
Sra. Dulce Aparecida Marques pela Contratante.
Sra. Gabriela Maria Redrigmes de Lima pela Contrat ino da Silva pela Con St. Educ Elias Camero pela contratata.

EXTRATO DO CONTRATO 867/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 693/2019

CONTRATANTE: Memicipio de Santa Rita do Pardo

CONTRATADA: Podium Lubrificantes e Soluções Lúda

- MF., OBJETO: Aquisição de Lubrificantes para os Velculos da Fruta Municipal. VIGÊNÇIA: 12 de Março de 2020 a 12 de Dezembro de

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02 - Poder Executivo 02.01 - Gabinete do Prefeito

02.VI - Cashine de Prefeito 3.3.90.00 - Material de Consumo 02 - Poder Executivo uria de Administração e Governo 04.122.0002-2.004 - Manut. das Ati

Controle e Gestio 3.3.90.30.00 - Material de Constimo 02.12 - Se retaria de Infraestr. Meio Amb. e Desenvolvi

mento Econômico 15.452.0017-2.035 - Manust. Ativ. Ger. Des. Urb. e estr.

Vicinais

3.3.90.30.00 - Material de Consumo 02 - Poder Executive 02.12 - Secretaria de Introestr. Meio Amb. e Desenvolvimento Econômico 23.542.0021-2.076 - Manut. Ativ. Meio Amb. e Des. eco-

númico 3.3.90.30.00 - Material de Consumo 05 - Fundo Municipal de Assistência Social 05.11 - Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Ha-

bitação 08.122.0085-2.071 - Bloco de Financiamento da Gestão SUAS

3.3.90.30.00 - Material de Consu 03 - Fundo Municipal de Soude 03.13 - Secretaria de Sadde Pública 10.301.0014-2.052 - Bloco Gestão SUS

04 - Fundeb 04.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

12.361.0062-2.023 - Desresas e/manut. do Ensino Fun-3.3.90.00 - Material de Consumo

- Poder Executiv 02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 17.361.0010-2.018 - Manutenção do Ensino Fundamenta 12.361.0010-2.018 - Manutenção 3.3.90.00 - Material de Consumo

02 - Poder Executive 02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.361.0011-2.019 - Manutenção do Transporte Escolar 3.3.90.00 - Material de Consumo

VALOR: RS 104.080.70 (cento quatro mil oitenta reais e setenta centavos.) - DATA: 12 de Março de 2020 FORO: Comarca de Batagnassu - MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contra-

Sr. Oziel Dias Leal pela Contrat Sz. Oznel Dras Leal peia Contratante.

Sr. Elias Sib A Silva Limu pela Contratante.

Sra. Dulce Aparecida Manques pela Contratante.

Sra. Gabritan Maria Rodrigues de Lima pela Ce

Sra. Kaia Cristian da Silva pela Contratac.

Sr. Valter Alexandre da Silva nela contratada.

Boltor Gerals Csmar de Silva Mellio - DRT/MS 001 - Diogramacilis, Boerni Silva Editor Gerais Ganar da Silva Mello - DRIJMS 091 - Diagramação boemi silva
Jornalista Respondável: Osmar da Silva Mello - DRIJMS 091
Endereça Rua João Fereira da Silva 1255 - Centro - CEP 75 590-009
Santa Rita do Pardos - Estado de Mato Grosso do Sul
Periodicidade: Sisemanal - Tragem: 1500 exemplares
E-malf Jornaldacidade bra@uol.com.br - contatojornaldacidade@gmail.com
te arriane accinarios circular inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Contatos: (67) 98143-9894 (67) 99682-4675

Sr. Elias Sib da Silva Lima pela Contra-Sr. Marcs Antonio Marisno de Jerus pela



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

- SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020.

CEP 79.690-000

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade acerca de medidas complementares e ações em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus – *covid-19*;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavirus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que o virus eoronavirus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;

Dod



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da *coronavírus (COVID-19)*;

Considerando que o coronavírus (COVID-19) é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19);

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da

1

-Ad



Fig. 25 COA Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO-A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio do qual se <u>DECLAROU</u> no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, <u>situação de emergência</u> em razão da <u>pandemia</u> por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal diante da pandemia de coronavírus, já reconhecida pela Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado Federal;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1° - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 06 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores onde seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico.

Parágrafo único. A determinação contida no caput deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF – Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmácia Básica, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.

- Art. 2° Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 06 de abril de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município.
- Art. 3° As receitas médicas passam a ter validade por 90 dias.
- Art. 4° Fica estabelecida a restrição das visitas no âmbito do Complexo Hospitalar Municipal, sendo permitida uma pessoa por dia para cada paciente em horário préestabelecido, conforme a diretriz da unidade hospitalar dispuser.

§1º A troca de acompanhante em caso de pacientes que necessitam de acompanhamento serão feitas em horário de visita, sem exceção, e na forma estabelecida no respectivo regulamento;

DA



Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 -

- SANTA RITA DO PARDO - MS

§2º Fica proibido o consumo e compartilhamento de tereré e chimarrão e congêneres ou assemelhados em ambientes públicos e privados, assim como o compartilhamento de utensílios de uso pessoal, como copos, garrafas, talheres, como forma de evitar a proliferação do vírus;

- §3º Os exames laboratoriais ficam restritos à urgência e emergência enquanto vigorar a situação de emergência em saúde pública;
- §4° Todos os exames, consultas eletivas e atendimentos não emergenciais, ficam suspensos.
- Art. 5° Às Instituições de Longa Permanência aplicam-se os mesmos critérios de visitação estabelecidos para o Hospitalar Municipal, e serão fiscalizadas pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação SEASTH.
- Art. 6° O atendimento e o registro de manifestações ou solicitações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação poderão ser realizados por meio telefônico ou eletrônico, e ficam disponíveis nos canais de atendimento do Município, notadamente e-mails, telefone e ouvidoria, disponíveis no site deste Município. (https://www.santaritadopardo.ms.gov.br https://www.santaritadopardo.ms.gov.br/contato/ http://www.xsic.com.br/santaritadopardo/ouvidoria.php)
- Art. 7° Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do *coronavírus*, ficam suspensos:
- I todas as atividades situadas em galerias ou pólos comerciais;
- II todas as atividades em clubes, academias, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas;
- III demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções e congêneres;
- §1°. As atividades em feiras, inclusive feiras livres, poderão ser mantidas, devendo ser observada a não aglomeração de pessoas, devendo ser também mantida distância de pelo menos 2,00m (dois) metros entre um e outro comerciante, de modo a evitar a propagação do vírus;
- §2°. Os bares e restaurantes, assim como estabelecimentos de hospedagem, para atendimento exclusivo dos hóspedes, deverão observar, na organização de suas mesas, a distância mínima de dois metros entre elas.
- §3°. Os supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, quitandas e centros de abastecimento de alimentos e demais estabelecimentos congêneres, deverão limitar o quantitativo de itens de um mesmo produto por pessoa, conforme sua capacidade de estoque, garantindo o acesso ao maior número de pessoas possível aos produtos, sendo sujeitos à fiscalização do Município.

Art. 8° Aos estabelecimentos afetados pelas medidas estabelecidas nesse decreto abre-se a possibilidade de concessão de férias coletivas nos termos do decreto-lei nº 5.452, de 1º de Janeiro de 1943 (CLT).



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 9°. Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, dos parques municipais, notadamente da "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Ginásio de Esportes FLAVIO DERZI".

Art. 10. Ficam suspensas as licitações até dia 06 de abril, devendo serem realizadas apenas aquelas que tenham por objeto à aquisição de bens e serviços destinados à contenção do coronavirus.

Art. 11. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

GABRIELA MARA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

Katia Cristina da Silva

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

Dulce Aparecida Marques

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Santa Rita do Pardo, MS, 21 de Março de 2020

DECRETO Nº 063/2020, DE19 DE MARÇODE 2020.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO 050/2017DE 04 DE ABRIL DE 2017, DESTINADO ÀS SUBSTITUIÇÕES E NOMEA-CÕES DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSE-LHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES-CENTE DE SANTA RITA DO PARDO-MS".

CacildoDagno Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pieno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

ARTIGO 1°-O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Santa Rita do Pardo-MS, passa a ser composto dos aguintes membros de conformidade com os segmentes a seguir relacionados:

1-PELO GOVERNO MUNICIPAL

a) Secretaria de Saúde Pública:

Titular: Alexandro Sousa Manso Vicira

Suplente: Mary Campos da Silva

b) Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação:

Titular: Yara Cristhyna Alves Lima Suplente: Solange Regina Telles Martins

c) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Titular: Cleudelice Ferreira de Freitas Patussi Suplente: Adriana Pereirade Souza Oliveira

II- PELAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Associação de País e Mestres - Escola Municipal "Ruimundo Cândido de Aratiro":

Titular: Sidnei Aparecido Nunes Alves Suplente: José Mario Pereira

b) Associação Pestalozzi - Escola Especial "Agripino da Costa Lima":

Titular: Weldecy Ferreim da Costa Suplente: Liane Cibele da Silva Lima

c)Conselho de Pastores Evangélices de Santa Rita do Pardo-MS, "CO-PES"

Titular: Roberto Gomes da Silva

Suplente: Gracilene Carvalho de Almeida Thedin Costa

ARTIGO 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2020

CacildoDagno Pereira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume.

Oziel Dias Leal

Secretário de Administração e Governo

DECRETO N.º 064/2020 DE 19 DE MARÇO DE 2020.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUÍ COMISSÃO MU-NICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CON-CURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA PLTA DO:

PARDO-MS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CACILDO DAGNO PEREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA

Artigo 1° - Fica constituída a Cornissão Municipal de Fiscalização e Acompanhameuto do Concurso Público do Municipie de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, integrada pelos seguintes servires públicos municipais: Paulo Rogério Figueiredo, Cristiano Vieira

Freitas e Alexandro Sousa Manso Vieira

Artigo 2º - sob a presidência do servidor Paulo Rogério Figueiredo
cabe a Comissão, supervisionar, acompanhar e fiscalizar, a execução
do Concurso Público destinado ao provimento de cargos e função em
caráter efetivo, das categorias funcionais pertinentes do Quadro Permanente da Prefeitura do Município de Santa Rita do Pardo, Estado de
Mato Grosso do Suí.

Artigo 3º - No cumprimento das atividades mencionadas neste Decreto, a Comissão observará as disposições da legislação pertinente.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Pardo - MS, 19 de Março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 066/2.028, DE 20 DE MARÇO DE 2.028.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade acerca de medidas complementares e ações em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2619/2020, no Municipio de SANTA RITA DO PARDO, destinadas ao enfrontamento de pandemia provocada pelo novo coronavirus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ES-TADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23. inciso 11, 30. inciso 1. e

artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso 1. do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, aos termos do artigo 10. incisos 1 e II, e artigos 171, 172, inciso 1, c 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações da vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais:

Considerando competir ao Município combater às moléstias especificas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência:

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavirus – covid-19;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades de entorno;

Considerando a noticia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavirus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020; Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavirus (CO-VID-19) transita livremente no território brasileiro;

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e trutar oportunamente tal enfermidade no ámbito da Municipalidade:

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação de saúde e de recursos não previstos no orgamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao virus da coronavirus (COVID-19);

Considerando que o coronavirus (COVID-19) é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grapos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois enos de idade, diabéricos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, furnantes, pessoas em tratamento como químioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre cutras):

Considerando que o atual periodo de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao virus, e que o virus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios:

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nivel mundial de pandemia provocada pelo coronavirus (COVID-19):

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional peta Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo nevo coronaviras (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana peto novo coronavirus (COVID-19);

considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus:

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2º-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença CO-VID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavirus (SARSCOV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020:

Considerando, especialmente DECRETO ESTADUAL. DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio de qual se DECLAROU no âmbito de Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1,5.1.1.0):

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal diante da pandemia de coronavirus, já

reconhecida pela Camara dos Deputados e em apreciação pelo Senado Federal;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de accumações para evitar a proliferação do coronavirus; **Rubrica** DECRETA:

Art. 1° - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 06 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores ondu seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico.

Paragrafo único. A determinação contida no caput deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF – Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmâcia Básica, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.

Ari, 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, ai incluidas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o día 06 de abril de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em agiomeração de pessoas no âmbito do Municipio.

An. 3" - As receitas médicas passam a ter validade por 90 días.

Art. 4º - Fica estabelecida a restrição das visitas no âmbito de Complexo Hospitalar Municipal, sendo permitida uma pessoa por dia para cada paciente em horário pré-estabelecido, conforme a diretriz da unidade hospitalar dispuser.

§ l^a A troca de acompanhante em caso de pacientes que necessíram de acompanhamento serão feitas em horário de visita, sem exceção, e na forma estabelecida no respectivo regulamento;

§2º Fica proibido o consumo e compartilhamento de tereré e chimarrão e congêneres ou assemelhados em ambientes públicos e privados, assim como o compartilhamento de utensilios de uso pessoal, como copos, garrafas, talheres, como forma de evitar a proliferação do virus; §3º Os exemes laboratoriais ficam restritos à urgência e emergência enquanto vigorar a situação de emergência em saúde pública;

§4º Todos os examos, consultas eletivas e atendimentos não emergenciais, ficam suspensos.

Art. 5º - As Instituições de Longo Permanência aplicam-se os mesmos critérios de visitação estabelecidos para o Hospitalar Municipal, e serão fiscalizadas pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Art. 6º - O atendimento e o registro de manifestações ou solicitações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação poderão ser realizados por meio telefônico ou eletrônico, e ficam disponíveis nos canais de atendimento do Município, notadamente e-mails, telefone e ouvideria, disponíveis no site deste Município, (https://www.santariadopardo.ms.gov.br/conteto/ - http://www.santariadopardo.ms.gov.br/conteto/ - http://www.santariadopardo/ouvidoria.php)

Ari. 7º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavirus, ficam suspensos:

I - todas as atividades sinuadas em galerias ou pólos comerciais;

II – todas as atividades em clubes, academias, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas;

 III – demais estabelecimentos dedicados à realização de festas, eventos ou recepções e congêneres;

§1º. As atividades em feiras, inclusive feiras livres, poderão ser mantidas, devendo ser observada a não aglomeração de pessoas, devendo ser também mantida distância de pelo menos 2.00m (dois) metros entre um e outro comerciante, de modo a evitar a propagação do virus;

§2º. Os bares e restaurantes, assim como estabelocimentos de hospedagem, para atendimento exclusivo dos hóspedes, deverão observar, na organização de suas mesas, a distância mínima de dois metros entre elas.

§3º. Os supermercados, mercados, mercearias, açougues, peixarias, horifintigranjeiros, quitandas o centros de abastecimento de alimentos e demais estabelecimentos, congeneres, deverão limitar o quantitativo de itens de um mesmo produto por pessoa, conforme sua capacidade de estoque, garantindo o accesso ao maior número de pessoas possível aos produtos, sendo sujeitos à fiscalização do Município.

Art. 8º Aos estabelecimentos afetados pelas medidas estabelecidas nesse decreto abre-se a possibilidade de concessão de férias coletivas nos termos do decreto-lei nº 5.452, de 1º de Janeiro de 1943 (CLT).

Art. 9". Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, dos parques municipais, notadamente da "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Ginásio de Esportes FLAVIO DERZI".

Art. 10. Ficam suspensos as licitações até dia 06 de abril. devendo serem realizadas apenas aquelas que tenham por objeto à aquisição de bens e serviços destinados à contenção de cotonavirus.

Art. 11. –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de março de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Saúde Pública – SESP KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECEL DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Editor Gerat: Osmar da Silva Melio - DRI/MS 891 - Diegramação Noemi Silva
Jornalista Responsáveh Osmar da Silva Melio - DRI/MS 091
Endeveço: Rua João Ferreira da Silva, 1265 - Centro - CEP 78,690-000
Santa Rita do Pario - Estado de Mato Gresso do Sul
Periodicidade: Sisemanal - Tragent: 1500 exemplares
E-malti Jornalisacidade braevol combr - contactormalifacidade germalicom
Os articos assinados são de Inteira responsabilidade de seus idealizadores.

(67) 98143-9894 (67) 99682-4675

Contatos:



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETO N° 067/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2.020.

Dispõe de medidas complementares destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavirus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavirus – *covid-19*;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a pliferação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1° - Fica proibida a realização de velórios em residências, igrejas, clubes de serviço, associações de bairro, ou qualquer outro local que não o destinado pelo Município para esse fim, devendo os velórios ocorrerem exclusivamente no local autorizado pelo Município – Casa de Velório.

Parágrafo Único. Os velórios serão realizados apenas no período diurno, com duração não superior a 8 horas e com sepultamento imediato, respeitado o horário de funcionamento do Cemitério Municipal.

G



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 2° - Os sepultamentos, no cemitério, devem ser imediatos, sendo vedada a abertura de caixões para despedidas finais, como forma de evitar a disseminação do vírus.

Art. 3º - É permitido no máximo 05(cinco) pessoas, simultaneamente, na sala/câmara de velório onde se localiza o corpo e a respectiva urna funerária, devendo a família ou responsável pelo velório organizar o revezamento de modo a evitar a aglomeração de pessoas, bem como ser mantida distância mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que estiverem dentro do recinto onde ocorra o velório, e, na parte de fora da casa de velório, igualmente, deve ser respeitada a distância de segurança mínima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que aguardam para adentrar ao recinto fechado.

Art. 4° - Fica proibido o fornecimento de chás, cafés, chimarrão, tererés ou quaisquer bebidas, bem como a alimentação, nos velórios, como forma de evitar a proliferação do vírus.

Art. 5°. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 23 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeit

GABRIELA MARIA ROBRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 867/2020, DE 23 DE MARCO DE 2.020.

Dispõe de medidas complementares destinadas so entremamento da pandemis provocada pelo novo coronavirus (CUVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II. 30, inciso I. e artigo 37 e reguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgánica Municipal, e demais dispositivos legais

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública o promover a defeso sanitário, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica

Considerando, nos termos de artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I. e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencinimente prejudiciais:

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acumpanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se apiecinar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo caronavirus -

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do compavirus:

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a realização de volórios em residências, igrejas, clubes de serviço, associações de bairro, ou qualquer outro local que não o destinadu pelo Municipio para esse fina devenda os velários ocurrerem exclusivameste no local amorizado pelo Municipio - Casa de Velório.

Paragrafo Unico. Os velórios serão realizados apenas no período diarno. com duração não superior a 8 horas e com sepultamento intediato, respeitado a horario de funcionamento da Cemitério Municipal

- Os sepultamentos, no cemitério, devem ser imediatus, sendo vedada ertura de caixões para despedidas finais, como forma de evitar a disseminação do virus.

Art. 3º - È permitido no máximo Osícinco) pessoas, siguilianeamente, na sala/câmara de velório onde se localiza o corpo e a respectiva uma funerária, devendo a familia ou responsável pelo velório organizar o reveza modo a evitar a aglomeração de pessoas, hem como ser mantida distância minima de 2.00m (dois metros) entre as pessoas que estiverem dentro do recinto ende ocorra o velório, e, na parte de fora da casa de velório, igualmente, deve ser respeitada a distância de segurança minima de 2,00m (dois metros) entre as pessoas que aguardam para adentrar ao recinto fechado.

Art. 4º - Fice proibido o torreccimento de chás, cafés, chimarrão, tererés ou quaisquor bebidas, bem como a atimentação, nos velórios, como forma de ovitar a proliforação do vinis.

Art. 5°. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrinio.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, pos 23 de março de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Saude Pública - SESP

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo MS, através da Comissão Permanente de Licitação, toma público aos interessados o seguinte resul-

PROCESSO Nº: 0033/2020

TIDADEAN DISP Nº 0011/2020

AQUISIÇÃO DE DETECTOR FETAL DE MESA PARA ATEN-

DER AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS MÉDICOS DA UMS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.

Vencedor(es): MC PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME. no Auexo I/Lote 0001 - item: 1. totalizando R\$ 2.330,00 (dois mil e trez e trima resis):

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Majany Santos da Silva

Presidente da Cornissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(x).

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020.

Cacildo Dagno Pereira

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interestados o seguinte resul-

PROCESSO Nº: 0035/2020

MODALIDADE/Nº: DISP. № 0013/2020

OBJETO: AOUISICÃO DE UM KIT MODULO DE INJECÃO ELETRÔ-NICA DO VEICULO FIAT DUCATO, PARA ATENDE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, EM SANTA RITA DO PARDO-MS

Vencedor(exi: RAFAEL E IBARA - ME, no Anexo I/Lote 000] - item: 1. totalizando RS 8,200,00 (pito mil e duzentos reais):

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de marco de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanen DESPACRO DE HOMOLOGAÇÃO Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

supra-relacionada(s). Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2009. Prefeito Municipal

Rubrica AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resul-

PROCESSO Nº: 0034/2020

MODALIDADE/N": DISP. Nº 0012/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARALOCAÇÃO DE SISTE-MA DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO PONTO ELETRO-NICO SECULLUM4 OU MARCA SUPERIOR.

Voncedories): VANESSA PARIS PIRONDI PRESIDENTE PRUDENTE -ME, no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando RS 5,436,00 (cinco mil u quatrocortos e trinta e seis reais).

Santa Rita do Pando/MS, 23 de março de 2020

Maiany Santas da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que censta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto cesta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 23 de março de 2020

CacildoDagno Pereira Prefeita Municipal



Comunicado

A Coordenadoria de Contratos do Municipio de Santa. Rita do Pardo/MS, comunica que a pantigdo dia 23/03/2020 estará reduzindo a carga noraria de trabalho até as 14hs (BR). O motivo é pela pandemia que está em nosso país e no mundo, de tal modo presenvar a saude de nossos funcinarios e a quem atendemos: Mas nos colocamos a disposição através dos telefones Valdin (Didi) (67) 9.9687-4548, Alani (67) 1949 87.9-2948 Cassia (67) 9.99954-1091 e José (67) 99935-4944

> Atenciosamente: Valdir Porfirio - Coordenador de Contratos

Agro Comercial Otsubo Lida.







Frutas e Verduras, Açougue, Padaria, Bebidas, Latarias e



1 (67) 3541-12**00**

Rua Itanhagá, 133 - Centro - CEP 79.780-000 - Bataou



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO-A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO N° 085/2020, DE 29 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe sobre a antecipação do recesso escolar do ano letivo de 2020, nas escolas da rede municipal de ensino, decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavirus (COVID-19), e dá outras providências.

Rubrica

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública;

Considerando a necessidade de ampliação das medidas de prevenção do contágio da doença COVID-19, e as recomendações do Centro Operacional de Emergências; e

Considerando o disposto no art. 18 e 32, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996,



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

DECRETA:

Artigo 1°. Alteram-se os calendários das escolas municipais do Município de Santa Rita do Pardo-MS, aprovados pelos Decretos nº 022/2020, de 27/01/2020, nº 023/2020, de 27/01/2020, nº 025/2020, de 27/01/2020, e nº 026/2020, de 27/01/2020.

Artigo. 2º. O recesso de 15 dias, previsto no art. 82, da LC nº 012/2007, para os profissionais da Educação Básica nas funções de docência, excepcionalmente, neste exercício letivo, terá início em 04 de maio, e estender-se-á até 18 de maio de 2020.

Artigo 3º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, adotará medidas complementares para a adequação do Calendário Escolar para o ano letivo de 2020.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência por 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, por igual período, caso persista a epidemia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 29 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PERETRA

Prefeito

Katia Cristina da Silva

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCÓ A Rubrica FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando competir ao Município combater às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência;

Considerando que a Administração Municipal deve se antecipar e prever ações que continuem a evitar o contágio da população pelo coronavírus – *covid-19*;

Considerando que grande parte da população Santaritense transita pelos Municípios vizinhos, quer seja a trabalho, estudo ou passeio, locais estes em que já foram confirmados casos desta espécie, como Campo Grande, Presidente Prudente e demais cidades do entorno;

Considerando a notícia de primeiro óbito confirmados em razão do vírus coronavirus (COVID-19) no Brasil ocorrido na data de 16/03/2020;

Considerando a confirmação científica de que orirus coronavirus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro;



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade;

Considerando a necessidade de mobilização dos meios de preservação da saúde e de recursos não previstos no orçamento municipal;

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Estaduais e Federais;

Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelmente as melhores formas de combate ao vírus da *coronavirus (COVID-19)*;

Considerando que o *coronavirus* (COVID-19) é mais prejudicial às pessoas que já sofrem de outras enfermidades e grupos de risco (idosos, obesos, gestantes e crianças com menos de dois anos de idade, diabéticos, hipertensos, pessoas portadoras de doenças respiratórias, portadoras de cardiopatias, fumantes, pessoas em tratamento como quimioterapias ou terapias que importam na baixa da imunidade, insuficiência renal crônica, entre outras);

Considerando que o atual período de outono/inverno estimula o abrigo de pessoas em locais fechados, ainda que contra as regras de combate ao vírus, e que o vírus tem aptidão de permanecer vivo em locais e ambientes mais frios;

Considerando que a atual estrutura física do pronto atendimento não comporta o aumento da demanda de atendimentos gerada;

Considerando a confirmação a nível mundial de pandemia provocada pelo coronavirus (COVID-19);

Considerando estar o Município desprovido de instrumentos e materiais exigidos para ambientes fechados, especialmente escolas e transporte escolar;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus/(COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus;

irus;



Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2°-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio do qual se <u>DECLAROU</u> no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, <u>situação de emergência</u> em razão da <u>pandemia</u> por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional diante da pandemia de coronavirus;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavírus;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, a necessidade de estabelecimento da medida de acordo com as recomendações das autoridades sanitárias a nível nacional e internacional;

Considerando que as ações a serem implementadas deven zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavirus e objetivando a proteção da coletividade;



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1°. Fica instituído "**TOQUE DE RECOLHER**" no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo, a partir de 02 de abril, até o dia 03 de maio de 2020, das 22h00 às 05h00 – Horário Oficial de Brasília / 21h00 às 04h00 – Horário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único. A circulação de pessoas durante o horário estabelecido no caput deste artigo somente será permitido para profissionais de saúde em deslocamento para o trabalho, pessoas que busquem atendimento de urgência na rede de saúde, profissionais rinculados às demais atividades consideradas essenciais e trabalhadores em deslocamento para as atividades cujo funcionamento estiver permitido durante o período de Emergência em Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus (COVID 19), ou deslocamentos devidamente justificados.

- Art. 2°. Durante o período do "toque de recolher", deve ocorrer em tempo integral o confinamento domiciliar obrigatório em todo o território da sede do Município, ficando terminantemente proibida a circulação de pessoas na sede do Município, suas ruas, parques, praças, espaços públicos, vias de circulação e trânsito, exceto a circulação necessária para acesso aos serviços essenciais e sua prestação na forma prevista neste Decreto e salvo nos casos de comprovada necessidade ou urgência, devendo esta ser realizada pelo indivíduo "preferencialmente" de maneira individual (sem acompanhantes), e sem aglomeração, de modo a evitar o contato entre as pessoas.
- Art. 3°. Poderá ocorrer apreensão de veículos e condução forçada de pessoas, pelas autoridades municipais ou de polícia, em decorrência do descumprimento do disposto no caput deste artigo e nos demais artigos deste Decreto.
- casos de descumprimento das normas excepcionais previstas neste Decreto, e sujeitará o infrator às sanções previstas em Lei, especialmente o disposto no artigo 10 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977¹, e notadamente nos artigos 267 e 268², e também 330³ do Código Penal Brasileiro, devendo a autoridade competente, verificado o descumprimento do presente Decreto, comunicar às polícias militar e polícia civil para lavratura do flagrante delito, bem como, sendo o caso, ao Ministério Público do Estado para tomada das medidas cabíveis, sem prejuízo da tipificação das medidas sanitárias aplicáveis.

Art . 10 - São infrações sanitárias: . . .

Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos. Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública operar a profissão de médico, farmacéutico, dentista ou enfermeiro.

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. DX-

8



FIS 38

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 5°. A Policia Militar e fiscais da prefeitura municipal, fiscalizarão o cumprimento deste decreto, sem prejuízo das demais autoridades investidas de suas prerrogativas e respectivas funções de fiscalização e execução da lei.

Art. 6°. Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, espetinhos, trailers, foodtrucks, carrinhos, ambulantes e afins e congêneres, bem como sorveterias e estabelecimentos congêneres, terão seu horário de funcionamento ao público limitado até as 22:00 horas do Horário Oficial de Brasília / 21:00 horas do Horário Oficial de Mato Grosso do Sul, devendo ser fechados a partir deste horário, não mais podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após este horário o consumo de quaisquer produtos, bebidas, alimentação e afins em suas dependências ou defronte ou nos arredores de onde estejam estabelecidos, não podendo em hipótese alguma haver aglomeração de pessoas nestes estabelecimentos, podendo ser mantidas exclusivamente as atividades de delivery (entrega dos pedidos até a casa ou trabalho da pessoa), bem como podendo haver a retirada do pedido no estabelecimento, a qualquer horário, desde que observado uma pessoa por vez para cada atendimento de entrega e que seja guardado distância mínima de 2,00m (dois) metros de uma pessoa para outra na hipótese de coincidir a entrega.

- Art. 7°. Ficam proibidas aglomerações de pessoas nas calçadas, logradouros públicos, terrenos, praças ou qualquer espaço público ou particular aberto no Município.
- Art. 8°. A proibição prevista no caput estende-se ao consumo de bebidas, alimentação, ou compartilhamento de bens e objetos em frente e ao entorno de residências e ao comércio em geral, de modo a evitar qualquer espécie de possibilidade de aglomeração de pessoas.
- Art. 9°. Salões de beleza, clínicas estéticas ou de saúde, estabelecimentos de saúde, manicure, pedicure, depilação, e demais estabelecimentos congêneres, somente podem realizar 01 (um) atendimento por vez, não sendo possível que os clientes/pacientes aguardem no próprio estabelecimento, devendo observarem preferencialmente o atendimento mediante agendamento, com medidas de profilaxia (uso de máscaras, álcool gel 70°, e demais utensílios e EPI's equipamentos de proteção individual, ou a disponibilização de espaço com água corrente e sabão para a devida higienização) e assepsia (processo de limpeza após o atendimento, bem como limpeza diária do estabelecimento), de modo a evitar a proliferação do vírus.
- Art. 10. Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

px

8



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

- IV estudo ou investigação epidemiológica;
- V exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- VI Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.
- § 1°- Para os fins deste Decreto, considera-se:
- I Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;
- II Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavirus;
- III Eventos: todos os acontecimentos prévia e esporadicamente planejados, organizados e coordenados, de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal.
- § 2°- A requisição administrativa, nos termos do Artigo 5°, inciso XXV da Constituição de 1988, do inciso XIII do art. 15 da Lei Federal n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do art. 3° da Lei Federal n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de ato específico estadual a ser editado, envolverá, em especial:
- a) estabelecimentos privados de saúde, independentemente da celebração de contratos administrativos;
- b) profissionais de saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública;
- c) equipamentos de proteção individual, insumos, medicamentos e serviços.
- Art. 11. O artigo 3°, caput, do **DECRETO N° 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - Art. 3° Ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino no período de 23 de março a 03 de maio de 2020, sendo que o período de 18 a 20 de março de 2020 será de adaptação para a comunidade escolar.

Art. 12. O artigo 12, caput, do **DECRETO Nº 061/2020 DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

pa 8



Fis_ 40

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 12 – Ficam suspensas até 03 de maio de 2020, as viagens com veículos oficiais do Município, para procedimentos eletivos, consultas não urgentes, bem como compromissos adiáveis, de modo a mitigar a possibilidade de transmissão do vírus.

Art. 13. O artigo 1º, do **DECRETO № 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

- Art. 1° Fica suspenso, temporariamente, até o dia 03 de maio de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, podendo haver trabalho interno nos setores onde seja necessária a continuidade de suas atividades, sendo todos os servidores públicos municipais durante este período dispensados do ponto eletrônico, excepcionado o Poder Legislativo Municipal, que regulamentará suas atividades e seu funcionamento mediante regulamento e edição de regulamentos próprios, dispondo, portanto, de autonomia funcional e administrativa e competência para se autoregulamentar.
- §1°. A determinação contida no *caput* deste artigo é excepcionada quanto ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, às ESF Estratégias de Saúde da Família, José Gisfredo e Nair Fernandes Alves, bem como à Farmácia Básica, assim como em relação à Unidade Básica de Saúde José Francisco Pereira, cujos órgãos manterão suas atividades normalmente para o atendimento da população.
- §2°. A Unidade Básica de Saúde José Francisco Pereira, por meio de seus profissionais de saúde, deverão estabelecer mediante avaliação criteriosa, os casos de urgência que devem continuar a receber atendimento, devendo no atendimento de urgência ou emergência, serem observadas as normas de atendimento individualizado, ou seja, uma pessoa para cada atendimento, devendo a circulação de pessoas no interior e nos arredores da unidade igualmente observar a distância mínima de 2,00m (dois) metros de uma pessoa para outra, sendo determinado que seja estabelecido cronograma de agendamentos tanto quanto possível, de modo a que não exista aglomeração de pessoas ou pacientes, além da adoção das medidas de profilaxia e assepsia essenciais à não disseminação do vírus.

Art. 14. O artigo 2°, do **DECRETO N° 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, reuniões, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 03 de maio de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município, ou até a revogação da situação de emergência em saúde pública.

SA A

Ag



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

FIS

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 15. As disposições dos Decretos nº 061/2020, de 17 de março de 2.020, Decreto nº 066/2020, de 20 de março de 2.020, e Decreto nº 067/2020, DE 23 de março de 2.020, estendem-se até o dia 03 de maio de 2020, salvo disposição em contrário.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 02 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS CEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO AT FONE (067) 3591-1123 Rubrica

42

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO N° 078/2020, DE 14 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

Considerando o DECRETO NORMATIVO DECRETO Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, que acrescenta o art. 2°-A ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARSCoV-2), no território sul-mato-grossense, onde foram suspensas as aulas no período de 23 de março a 6 de abril de 2020;

Considerando especialmente DECRETO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL DE Nº 15.396, DE 19 DE MARÇO DE 2020, por meio do qual se <u>DECLAROU</u> no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, <u>situação de emergência do razão da pandemia</u> por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0);



Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 -

SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando o reconhecimento da situação de calamidade pública havida pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional diante da pandemia de coronavírus;

Considerando a necessidade de intensificar as medidas de prevenção para evitar a proliferação do coronavirus;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

E,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Art. 1°. O caput do artigo 2°, acrescido do parágrafo único, do **DECRETO N° 066/2020**, **DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Ficam proibidos reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, aí incluídas excursões, cursos presenciais, ficando terminantemente suspensos em todo o território municipal até o dia 03 de maio de 2020, sendo proibida qualquer espécie de atividade congênere que importe em aglomeração de pessoas no âmbito do Município, ou até a revogação da situação de emergência em saúde pública.

Parágrafo único. Excepcionam-se das disposições do caput deste artigo as atividades religiosas de qualquer natureza, como missas, cultos religiosos, atividades realizadas em igrejas, sociedades, centros, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Município, devendo haver sempre o respeito de distanciamento de 2 em 2 metros entre os fieis, assim como entre os dirigentes dos atos religiosos e todos os que estiverem presentes no interior do templo ou na localidade onde se realize a atividade religiosa, e, igualmente, haver o uso de máscaras por todos os presentes.

Bt 6)

8



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 2°. O artigo 7°, inciso II, do **DECRETO N° 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7° - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do *coronavirus*, ficam suspensos:

II - todas as atividades em clubes, boates, associações, agremiações, sedes sociais, salões, e qualquer atividade congênere ou locais em que haja aglomeração de pessoas, sendo que as academias, studios de pilates, ioga, ginástica, atividades físicas e afins, poderão funcionar desde que respeitem o máximo de 05(cinco) alunos ou frequentadores por aula ou turno, bem como desde que haia a higienização, a cada aula ou cada turno e sempre quando do início das atividades, das superficies de toque (portas, trinco das portas de acesso de pessoas, equipamentos, aparelhos, pesos, alteres, estações de musculação, esteiras, bicicletas, acessórios e todo e qualquer equipamentos, afins, e etc.), preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, e, também, higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária, devendo, igualmente, ser mantido à disposição dos frequentadores e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local, devendo também serem mantidos nos locais onde funcionam as janelas e portas abertas, bem como os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos), contribuindo para a renovação de ar, em especial ventilação natural dos respectivos locais, sendo proibidos nas atividades previstas neste inciso maiores de 60 anos e pessoas imunossuprimidas, devendo também haver a distância de dois metros entre os frequentadores, não podendo serem admitidos alunos não residentes nesta cidade ou município de Santa Rita do Pardo-MS, e, também, haver pelos alunos e professores ou instrutores e/ou equivalentes o uso em tempo integral de máscaras como o fito de evitar a disseminação ou o contágio do vírus;



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 3°. O artigo 6°, do **DECRETO N° 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6°. Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, espetinhos, trailers. foodtrucks, carrinhos, ambulantes e afins e congêneres, bem como sorveterias e estabelecimentos congêneres, terão seu horário de funcionamento ao público limitado até às 21:00 horas do Horário Oficial de Brasília / 20:00 horas do Horário Oficial de Mato Grosso do Sul, devendo serem fechados a partir deste horário, não mais podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após este horário o consumo de quaisquer produtos, bebidas, alimentação e afins em suas dependências ou defronte ou nos arredores de onde estejam estabelecidos, não podendo em hipótese alguma haver aglomeração de pessoas nestes estabelecimentos, podendo serem mantidas exclusivamente as atividades de delivery (entrega dos pedidos até a casa ou trabalho da pessoa), bem como podendo haver a retirada do pedido no estabelecimento, a qualquer horário, desde que observado uma pessoa por vez para cada atendimento de entrega e que seja guardado distância mínima de 2,00m (dois metros) de uma pessoa para outra na hipótese de coincidir a entrega, e, onde haja mesa(s), não poderá estar sentada mais de uma pessoa por mesa, devendo as mesas e os clientes estarem guardando distância mínima de 2,00m (dois metros) entre um e outro, como forma de evitar o contágio do vírus.

Dos Restaurantes, Bares e Lancherias

Art. 4.º Os estabelecimentos restaurantes, bares, lancherias deverão adotar as seguintes medidas, cumulativas:

I – higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superficies de toque (cadeiras, maçanetas, cardápios, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento);

II – higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e forro, preferencialmente com água sanitária;

III – higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária;

IV – manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em lugar estratégico, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e funcionários do local;

V – os atendimentos devem ser feitos por colaboradores ou respensáveis pelos estabelecimentos fazendo sempre uso de máscara eficiente, como forma de combate ao contágio ou disseminação do vírus;

Dat



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A Rubica FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

VI – Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

VII – manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado:

VIII - manter os talheres higienizados e devidamente individualizados de forma a evitar a contaminação cruzada;

IX – Diminuir o número de mesas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre as mesmas, diminuindo o número de pessoas no local e buscando guardar a distância mínima recomendada de 2 m (dois metros) lineares entre os consumidores;

X – Fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz, a fim de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento, aguardando mesa.

XI - intensificar os protocolos de higiene estabelecidos para o combate do corona vírus covid19.

Art. 5°. Todos os estabelecimentos comerciais, escritórios, atividades empreendedoras privadas ou associativas, bem como todo e qualquer estabelecimento que esteja a funcionar, no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo – MS, nos setores ou nos espaços onde haja atendimento ao público, deverão ter os colaboradores ou atendentes fazendo uso de máscara em tempo integral, como medida de evitar a disseminação ou o contágio do coronavírus.

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 14 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

Dulce Aparecida Marques

Secretaria de Assistência Social

Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Secretaria Municipal de Saúde Pública

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG



Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Processos Sulestose Simplificado de Sucretera Musicupal de Salide Medica de de pede Doctesa - esta 1882 020 - est. 04 - est. del 2020,

PETERCAÇÃO DO EDITAL DE ADENTIRA. Y 01/200 DE 01 DE MARI. DE 2001, DO PROCESSO SELETINO SINULATICADO IIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FÚDIÇÃO DE SANTA KHA DE PARADOMAS Y 2012 AST

NIVEL PTYDAMENTAL				
VACAS	CARGO CARGA	milangusto	DESCRIÇÃO SUMÁRIA BAS ATIVIDADES	
or tagas Cabantro de Reserva (CR)	Agents de Cursana, sa Endermas - ACE 40 M PS 3 400,05	Emission wings ga	Diamenter en attracello ci nacoler la moderna del presente en la menta de cranamento en compositione en la menta de cranamente en la menta del productione del presente en la menta del presenta del pre	
SI VACEA "ABASTRO DE VEVA CES	Agains Commission de Justic - AUS 42 Jr. 83 I AGO,00	New Foncemental Complex	Standard of Personancers of Standard Conference of Standard Conferen	
		1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	Distinct de facilité. Il alcaiser voites interestation production à processor de la main de contraction de production de la main de contraction de la main de contraction d	

		QUADI	101
		NIVEL MEDI	0
VACUS	CAROD-CARGA HORARLAVALOR	PER REQUISITO	DESCRIÇÃO SUNARIA DAS ATRADADES
OZ VACAS CLIMATIRO DE SINCRAA (CR)	Agree of Cochair in Institute. ACL 4018 R3 1 400,20	Linear Marie Campitra	Framework can abbricke as absolute have lighter a relative formation of control of the control o
CLYNGIA CADANTRI DE RESERVA (CE)	Agreen Commission for Sender - ACS 40-34 RS 1 AAR-00	Nort Media Complete	Relation or information of temporal relationship in the common of the co
			Statisticie, un response à tutte desembliche se l'exclusi de Statis. Estatis visite de developer se procapit e presentation de visite de communier particule en presentation de visite de communier battere en presentation de visite. Contra l'activité de l'activité de l'activité de l'activité par contra l'activité de l'activité de l'activité agre concrete a méchan resouvoire, l'activité particule en l'activité de l'activité de l'activité photographe et l'activité d'activité communique photographe autoire à l'activité d'activité en activité photographe et l'activité d'activité de l'activité d'activité en l'activité d'activité de l'activité d'activité de l'activité d'activité de l'activité d'activité de l'activité d'activi

Municipa Sengtan Menta Providente da Comunicia do Processo Selectivo Sengilificac Decenso 0692 020

de de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas

complementares, temporatras e aples emergenciais em vertude da Saxopato de Desergência em Sabde Púbban de importáncia enternacional decorrente do coronastras responsável pelo aurto do 2019/2020, no trunidado e dá autras presid

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARTA ELTA DO PARDO, ESTADO DE MATO REOSSO DO SUL, no uno das suas atribujões leguis, que lhea são conferidas pelos rigos 23, inceso (1, 25, fictios) e atrigo 27 e seguines do Constituição Federal, ben omo Lei Orgánica Municípa), e demais dispositivos leguis,

onalderando o dever de o Municipio seiar pela saúde pública e pros a, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgánico Municipal; amidoremdo, nos termos do arugo 10, incisos I e II, e arigina 171, 172, inciso I, e dos da Lei Orgánica do Municipio, o dever deste executar as antes de vigilância a e epidencialegios, tendo necesativo o controle medidas preventivas quando m riversa alacmantes ou potencialmente projudiciala;

Considerando especialmente a Deniaração de Emetgência em Seúde Pública de Importância Internacional país Organização Mundial da Satde sus 30 de janairo de 2020, em decurrência da iniceção Funçana pola cave cornocarea ECOPTO-199

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de invereiro de 2020, que Declara Emergência sun Sando Público de Impertância Rectenzal (Englis) pelo Ministerio da Sande, em decorrência da Iniceção Humana pelo novo coronastras (COVID-19).

derando a Lel Faderai nº 13,979, de 2020, que timpõe de m no da emergênemo de saude publica decorrente do coronavirus;

Considerando o DECRETIO DECRETIO DECRETIO DE 18.500, DE 17 DE DE 2000, que autrestria o art. 2"-à so Decreto nº 15.301, de 16 de março de que dispo estre as medidas componsais a serma adestada, no dambir de aistração Pública do Estado de Mato Orreso do Sul, para a prevenção de contágio meno COVID-19 e enfinetamento da emergência de saude pública de importancia actoral decerrente do coronazira: (BAISGOV-2), no territário sul-mato-grovamas, com sulpramas de sulha no perindo de 20 de outro a de de sivil de 2000;

Considerando especialmente DECRETO ENTANDIAL DE MATO GROSSIO DO SILI DE Nº 18.3-96, DE 19 DE MARCO DE 2000, por mois do cual se DECLARGO no fambia do Estado de Mano Grassio do Sul, situação de a monrelação a consecuencia de Domesta infeccionas Vizais : COVID-19 (Classificação y Confincação Desaultre de Desautres - CORRADE 1.5.1.1.0);

Considerando o reconhecimento de situação de calamidade miblica havida pek no Federal e pelo Congresso Nacional diante da pandemia de coronso;rus:

Considerando a necessidade de internsiñoar ao metidas de prevenção para evitar a ferando do ceronavigua:

Canstiderando o quanto disposto no Decreto Municipal et 061/2026. DE 17 DE MARÇO DE 2.026, que ocelara Eltração de Zasergiacia em Sabdo Páblica co Municipio de Satar Esta de Facel (MS. en razado de epidemia de docença infecticas vital respiratoria - COVID-19, causado pelo agente Novo Cercinavirus;

respirators - CUTELTO, entresses pero equino 170 DECRETO Nº 10.292, DE 15 DE MARCO
Considerando, ainda, a signatujor de DECRETO Nº 10.292, DE 15 DE MARCO
DE 2000, que silente o Decreto nº 10.282, de 20 de marco de 2020, que regulamente a
tel nº 13.999, de formatica de 2020, para definir os serviços públicos e as
atividades essentiais, hardio pel Frencificada de Repúblico;

DECRETA:

O capaz do artigo 2º, acrescido do parágrafo único, do **PACRATO 5º 066/2020.** DE MARCO DE 2.020, puesa o vigorar com o veguinte reticação.

ac II, do DECRETO F 066/2020, DE 20 DE MARCO DE 2.020

Are. 7º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do sere

II - todas as stividades em clubes, bostes, essociações, agremiações, sedes socia salões, e qualquer atividade congênere ou locaio om que lingue agiomenços de pessoas, semão que la astradementa, atudios de printen, loga, piniastica, atudiades alians, poderato funcionar desde que respiritem o mbolomo de Olcinico) alianse ou drequentadorce por culta ou turno, bem nemo desde que haja a higamissado, a cada auta que cuda turno e sempre quando do inicio das atividades, das superficios de teque portas, princo das portas de acesao de pessoas, oquipamentos, aparelhos, pessoa alteres, estapões de muscularido, esteiras, bidicibetas, acresdona e todo e qualquar equipamentos, afan, e esc.], preferencialmente com sicuo (7%) petenta por cenzo (6%) agua amisistira, e também, higipristar, preferencialmente spois cada utilização qu, no mínimo a carlo 3 cesta bressa. saides, e qualquer atividade congênere ou locaio em que haja agiomeração de 3 (très) horas, durante o período de finacionamento e econpre quando do inicio das atividades, os pisos, puredes e banbeiro, preferencialmente com álexol 70% subriación, os jasos, pursosa e manierro, preferenciamente com alcos vora exectata por execto é/ou alga sanitària, desenheli, (gualimente, est manieté à diapraição dos frequentadores e em locais extrategicos, altuel em qui 70% (sectente por cente), para utilização dos cientes e funcionários do local, decendo cumbiem ascerem mantidos nos isotos conde funcionam se almese a pursas atores, bem como os sistemas de ser condicionados limpos (Eltros e ducos), contribumos para a renevação de er, em reperial ventilação natural dos respectivos locais, sendo probidos nas atividades previstas neste incise maiores de 50 anos e pesseas umunossuprimidas, devendo também haver a distância de dois meros estre os frequentadores, não podemdo serem admitidos alunos não residentes nessa cidade ou município de Santa Ros do Partico MS, o também, haver pelos alunos e professores ou instruceres ejeu equimentes o usos em tempo tiente de santa como o fito de evitar a disseminação ou o conságio do virtus.

Art. 3". O artigo 9", do DECRETO 1" OTO/2020. DE 02 DE ARRIL DE 2.020, DESSA à rigorar com à seguint: rotação:

Art 6". Os barro, restaurantes, lanchoneres, convenièncias, carcuinhos, traites Condituals, callinguals and conditions, amountained confidences, both comes associated as of conditions of conditions and conditions of condit podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após reas harerio o compodendo continuar abertos, sendo vedade em abeduto açõo rese heratro o consumo de quistaquer produtes, bebidas, alimentação e alims estas dependeias ou defronte ou nos atradores de condo estapum establecidos, não podendo em hipólese alguma haves aglementolo de puesoas netido establecimientames, podendo serem manthése condativamente as atividades de defivery intrego dos podidos set a casa ou imbolho da pessoa), bem como podendo haves a retirnada do posido no establecimiento, a quadquer horistici, desde que observado uma pessas por ver para toda atendimento de enurga e que que guardado distáncia mínima de 2000 fediro successão de uma pessoa para outra na hipólese de colonidir a entrega, e, ende huja messa(a), não podera estar sentida fusido e umas pessoas por mesa, devendo as messas e os elimitos acidantes qualented distancia mínima de 2,000 fedira mestra) entre um e outre, como forma de evitar o contágio do vinus.

constituration, caure e Lancierciais

Art. 4.º On catablecimiento restaurantes, bases, lancherias devenão sidotar na espaintes medidas, cimulativas:

1. Higientar, após cada umo, dumante o periodo de funcionamento e sempre quando do irtido das atérizados, as superficies de topas (madeiras, maquietas, contápios, metas e baracidas, preferenciamente com sisco 100 feb incienta por cento);

1. Higientar, preferencialmente após cada utilização ou, no tunimo, á cuda 3 (tria) bases, dumente portidos de tancionamento es ampre quando do incido das atéridades.

10. Higientaria, a centa 3 (tria) breas, dumante o período de funcionamento; a sempre quando do inicio das atéridades, com prison preferencialmente rosa (agas santiária;

10. Manter a disposição, na entuda en oustablecimento e em lugar extratigos discoil em pis 70% (actenta por cento), para utilização dos Chentes e funcionários do local;

ue-se. Registre-se. Comunique se. Cumpra-se

Santa Rite do Partio, Mato Grosso do Sul, eus 14 de abeil de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Dulce Aparecida Marques

Duice Aparecida Marques
Secretaria de Assistência Social
Gabriela Martia Rodrigues de Lima
secretaria Municipal de Saúde Pública
RATIA CASSTINA DA SILVA

er - SECEL

satur Cestina da Silva ciaria de Educação, Cultura, Esporte e Laser - S. Orin. Disaffasi Secretaria de Administração: Soverno - SEAG

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2020 TOMADA DE PRECOS Nº 011/2020

TOMADA DE PRECOS Nº 011/20/20

O Municipio de Sanna Rita de Parde-MS, através da CPL, torna público para conhecimento das interessados que fará realizar licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 011/20/20, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução de projeto de Modalidade Urbana em Olversos predios públicos do Município de Santa Rita do Pardo - MS. Data de Abertura: 14/05/2020 as 09/00 homs (horário oficial do estado de go Pardo-MS. Dade de Abertuara: 14-03-2020 as 09-00 nones (noran ocitica do exaco).
Mato Cirose do Sul). O Edito e seus Amexos poderdo ser retirindes na sede da Prefeitura
de Santa Rita do Pardo-MS, situada na Rua Marechal Floriano Peivoto 910. Centro, informações pelo fone 67 3591 1123 ou através de solicitação pelo EMAIL licitatuosro@ santaritadopardo.ms.gov.br ou pelo site www.santaritadopardo.ms.gov.br . Santa Rita do Pardo-MS, 15 de Abril de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - ERRATA

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020

PROCESSO ADMINSTRATIVO \$1/2020
Retinenção de Edital, abséva ao processo licitatório nº \$1/2020, TOMADA DE PRE-COS Nº 08/2020. Cujo objeto è Commisção de empresa especializada para construção de ponte mista de concreto e perfil metálico, localizada na estrada municipal \$R 166. de ponte minta de conrego Ponte de Podra no namicipio de Santo Rita do Pardo. No que se 16/18 a Sobre o córrego Ponte de Podra no namicipio de Santo Rita do Pardo. No que se 16/16 a do Edital. Onde-se-lê: 6.4 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original nu qual-

quer processo de copias indelèveis e legiveis, devidamente antenticadas (antes da sessão

quer processo de copias indelèvels e legiveis, devidamente autenticadas (antes da sessio inaugural), em Cartório, por servidor da CPLI, ou ainda, etravés de publicação e órgão da Impressa Oficial, sob pena de inabilitação. Leia-ses 6.4 Os documentos extigiões poderão ser apresentados em eriginal ou qualquer processo de cópias indelèveis e legiveis, devidamente autenticadas (antes da sessão inau-gural), em Cartorio, por servidor da CPLI, ou ainda, através de publicação e órgão da Imprensa Oficial ou conforme a Lei 13.726 de 08 de Outubro de 2018. Santa Rita do Parde-MS, 15 de abril de 2020. Stenatistic Melany Santos da Silva

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Musicipal de Santa Rita do PardorMS, arravés da Comissão Permanente de Licitação, toma pública aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0057/2020

MODALIDADEN" DISR N° 0025/2020 OBJETO: QUISIÇÃO DE VENTILADORES ELETRONICO MICROPROCESSA-DOR (ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAL): INTRA E EXTRA HOSPITALAR. PARA ATENDER A UNIDADE MISTA DE SAÚDE CONFORME (LEI 13,979, ART.

vencedor(es): C O M COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA, no Anexo ELote 9001 - item: 1, totalizando RS 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais):

Santa Rija do Pardo/MS. 14 de abril de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafiado, e diante do resultado classificatorios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionaria(s).

Santa Ritu do Pardo/MS. 14 de abril de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - ERRATA EDITAL
TOMADA DE PRECO Nº 06/2820

PROCESSO ADMINSTRATIVO 46/2020

Redificação de Edital, alusiva ao processo licitatório nº 45/2020, TOMADA DE PRE-COS Nº 56/2020, Cujo objeto é Contratação de empresa especializada pera construção de ponte mêta de concreto e perfil metalifo. Localizada na estrada municipal na SR 150, KM 35, sobre o córrego cachocirinha no municipio de Santa Rita do Pardo - MS. No que se refere an Edital

se refere ao Edital.

Onde-so-lét (s.4 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou qualquer processo de cópias indeléveis e legiveis, devidamente autenticadas fantes da sessão
inaugural), em Carriório, por servidor da CPLI, ou ainda, através do publicação e órgão
da Imprensa Official, sob pena de insubilitação.
Leia-set (6.4 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou qualquei
processo de cópias indeléveis e legiveis, devidamente autenticadas (antes da sessão inqu-

gural), em Cariório, por servidor do CPLJ, ou ainda, através de publicação e órgão da Imprensa Oficial ou conforme a Lei 13,726 de 08 de Oumbro de 2018. Santa Rita do Parde-MS, 15 de abril de 2020.

Signatório: Maiany Sentos da Silva



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 081/2020, DE 20 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando a retomada de algumas atividades econômicas no Estado de Mato Grosso do Sul, e em nosso Município;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde:

Ra



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando que compete ao poder público implementar medidas com o intuito de assegurar aos cidadãos proteção à saúde;

Considerando o guia técnico intitulado "Advice on the use of masks in the context of COVID-19", da Organização Mundial de Saúde, com orientações sobre a utilização de máscaras no contexto da COVID-19;

Considerando a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS do Ministério da Saúde, segundo a qual se recomendou a priorização do uso de máscaras cirúrgicas e N95/PFF2 para os profissionais de saúde, bem como a utilização de máscaras caseiras pelos demais cidadãos como método para impedir "a disseminação de gotículas pelidas do nariz ou da boca do usuário no ambiente, garantindo uma barreira física que vem auxiliando na mudança de comportamento da população e diminuição de casos";

Considerando a Nota Técnica da Sociedade Brasileira de Infectologia, de 02/04/2020, na qual se recomendou para a população a utilização de máscara de pano como uma forma de barreira mecânica:

Considerando a recente confirmação nos municípios vizinhos de Bataguassu e Três Lagoas, de casos de Covid-19; e

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavirus e objetivando a proteção da coletividade;

DECRETA:

Art. 1°.- Fica estabelecido o uso massivo de máscaras no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, para evitar a transmissão comunitária da COVID - 19.

§1° - Será obrigatório o uso de máscaras, a partir de 22 de abril de 2020:

I-para embarque no transporte público coletivo, assim com nos coletivos em trânsito neste Município;

II-para uso de táxi ou qualquer espécie de transporte compartilhado de passageiros;

III-para acesso a todo e qualquer estabelecimento sediado no Município, essencialmente os estabelecimentos comerciais, industriais, e toda e qualquer atividade no âmbito do Município;

IV -para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas.

§2º - Poderão ser usadas máscaras de pano (tecido de algodão tricoline, TNT ou outros tecidos, desde que desenhadas e higienizadas corretamente, conforme orientações do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).

pd-



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A

FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 20 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

Dulce Aparecida Marques

Secretaria de Assistência, Social, Trabalho e Habitação

Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Secretária de Saúde Pública

Katia Cristina da Silva

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

OZIEL DIAS LEAL

Secretaria de Admiristração e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 881/2920, DE 20 DE ABRIL DE 2.020.

DECERTO Nº BRITARIA, DE ATORIA SEREZO E ASSERTO DE LACISO.

Dispote, no ámbito do administração pública municipal e da conumidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e agúes comegenciais em tritude da Sintação de Emergência em Saúde Pública de importacia internacional decorreate do coronanels sure de 2019/2020 no Mi

vinis responsaves peto sure de 2014/2014, no indiantegio e actourais purimentants.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROS-SO DO SUL, no uso das suis amburções legais, que hese são conferidas pelos artigos 23, increa 11, 30, inciso 1, e artigo 37 e seguintais da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Muni-

11. 30. Resion Le amporto de regimnare an constituecto Fourait, toria circum cult vitiganeta sutariola el demais dispositivos legados. Considerandos o dever de o Mansicipiu zelas pala sande pública e promocer a defeas santiária, nas termos do nicelo f. do artigo 172, da Lei Orgánica Mansicipia;
Considerando, nos termos do natigo 10. incibos 1 e II, e artigos 171. 172, incito da Lei Orgánica do Mansicipio, o dever dese executar ao asobes de vigitianeis sonitária e epidemio-lógica, sendo necessário o controle e medidas preventovas quando alcançam resco abarmentes.

lógica, sendo necessario o controle e medidas preventivas quando atençan resco atamentars un potencializame prejudéciale.

Considerando a necessidade de equilibrio entre as medidas para enfirmamento da entergên-cia de tutido pública de importância internacional decerrante do Conomárias (COVID-19) e o compromisso da Administración Público Municipial de garantir que cidadão e empresas ultra-passem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante

sa Municipio:

Considerando o pesicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da

Considerando o gesconamento rocente da Organização Mandal da Saude e do Manstero da Saude, pobre o los comunicito de miscaras como estraégio para minister o consigio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 832 2020 do Ministerio da Saúde: Considerando o posicionamento recente do Organização Mandal da Saúde e do Ministerio da Saúde, sobre o tato comunician de miscaras como estrategia paro deminister o contrigio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 05/2020 do Ministerio da Saúde;

nete ao poder público implementar medidas com o insuito de assegurar

pelo CUVILI-19 e Nota minomana a usersa de consecue non e instato de assegurar considerando que compete a moder público implementar medidas com o instato de assegurar aos cidaddos proteção à saúder. Considerando a gua decisico institutado "Advice ou the use of masks in the context of CO-VID-19", da Organização Mandaid de Saúde, com orientações sobre a utilização de máscaras no contexto da COVID-19; Considerando a Nota Informativa a" J/2020-CGGA/PDESF/SADS/MS do Ministerio da Saúde, Considerando a Nota Informativa a "J/2020-CGGA/PDESF/SADS/MS do Ministerio da Saúde, Considerando a Nota Informativa a "J/2020-CGGA/PDESF/SADS/MS do Ministerio da Saúde, Considerando a Nota Informativa a ministera Nota do mode entiseanas crimáricas e NOS-PFF para os

segundo a qual se recomendou a priorização do uso de misearas enfagicas e NOS.PFE2 para os profesionais de saúde, hem como a utilização de misearas easeiras pelos demás cidados como profesionais de saúde, hem como a utilização de misearas easeiras pelos demás cidados como profesionais. nétodo para impedir "a disseminação de goticulas expelidas do mriz ou da boca do usuário no ambiente, ganadiado uma barrelia física que com auxiliando na mudança de comportamento da

ado a Nota Tècnica da Sponalade Brasileira de Infoctología, de 02/04/2020, na qual Islou para a população a utilização de máseara de peno como uma forma de barreira

das pessoas e das direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessida-de, ademação, razosbilidade e proporcionalidade de tais medidas intediatas visando a comenessose e dos eneros um naros, pere respons dequação, razoabilidade e propercionalidade de tais r fa propagação do novo coronavirus e objetivando a pr

en, alequipada, enzonamiado e propercionalidade de Los mechada inceladas visando a comer-cio da propagação de monto consensivina e objetivacido a proteção da coletividade; D E C R ET A. Art. 1º - Fice estabelecínico o uso massivo de missenaria no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, guar evitar a trastenisado commitária da COVID - 19. §1º - Sená intrigatório o uso de másecarea, a pantir de 22 de abril de 2000; I-para embarque no transponte público subetivo, assim nom aos coletivos em trinsito neste Município;

Mameripie; III-pare uso de taki en qualquer espécie de transporte compartifizado de passageiros; III-para aestes o todo e qualquer estabelecimento sediado no Municipio, essencialmente es estabelecimentos comerciais, industriais, e toda e qualquer atividade no ámbito do Municipio;

VI - para o desempenho das atividades em reparições públicas e privadas.
§2º - Podurão ser usadas máscaras de pano (tocido de algodão, técniño. TNT ou outros teridos, tiendime and desembodas e higientizadas corretamente), confórme orientações do Ministêrio da Satisle (two-stande gov.lar). uerous que assembados e historitzadas corretamente), Canforme orientações do Ministêrio do Salule (www.sande.gov.hr). Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, enrogadas disposições evro-naise em custrário.

Publique-se, Registre-se. Comunique-se, Cumpra-se.
Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, 202 36 de abril de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

Precisio Dude: Aparecida Marques Socretaria de Assistência, Social, Trabalho e Habitação Gabriela Maria Reslrigues de Luma Socretária de Saúde Pública

Kátia Cristina da Silva Secretária de Educação, Cultura, Espone e Lazer

OTIEL DIASI SAL

nistracian e Governo - SEAG

iissão especial do processo seletivo simplificado"

Nº 92/2.026 Edital 03/2.026 - Inscrito

Entra 1882/2020 - Insertions
O Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Sania Pública do Municípito de Sena Rito de Pardo - MS., instituído pelo Decreto nº nº 669/2.020 de 01 de abril de 2.020, publicado no diario oficial do município, Jornal da Cidade, edição nº 1.683 de 02 de abril de 2.020 terms público, para conhecimento dos interussados a relacia sensi dos candidatos inscritos na Processo Seletivo Simplificado de Secretaria Municirelucia geral dos candidatos inscritos ne Processo Seletivo Simplificado e pai de Saúde Pública, educi SESP 03/2,020, conforme anevo I deser Edita

06 gut co

inscrição, Número do RG) ou asséncia na relação de inverios, terão o peazo de 2 (dois) dias úteis para a retificação dos dados, a contar da ciata de publicação deste Edital, conforme proentos abaixo:

cedimentos abaixor.

2) para a terificação dos dados, o candidato deverá enviar um e-mail para satule, enpres gigmail,
com, solicituado a alteração do dado incorretor juntamente com uma copia do RG (quando for o
nome eira o aimero do RG o dado incorretor) e uma copia do comprovante de inscrição quando
for o minero do inscrição o dado incorretor) e uma copia do comprovante de inscrição quando
for o minero do inscrição o dado incorreto ou susacio do candidato as relegia do inscrição.

II - a notificação será validada mediana a publicação de oditat próprio em diário oficia:

II - O candidato será responsável pela revisão e dieração, quando for e caso, dos dados corretames na relegião dos candidatos inscritos.

Santa Rão do Pardo, 30 de sávila e 2.020.

Mersias Sampaio Musin

Presidente CEPSS

Presidente CEPSS

Anexe I an Edital 1937 and America variantal 937.020, Inscritos no Processo Scintivo Simplificado 02/2.020 Nivel Superior Natricipoliste

nacricão NOME RG 81 Ampêlica Saturi Martins Utido Nivel Médio

Agente de Combate às Endemias - ACE.

NOME 56 Guatavo Henrique de Freitas Braga Fernanda da Silva Elizate Vieira Nata Cruzdes Nogueira

Santa Chastes Vogacia Deinar Ribeiro Santos Sérgio Roberto Foquini Pereira Filho Taislan Henrique Orlandi Passarin atunitário de Saúde - ACS

NOME

Bestriz Mendes da Silva Nádia Fernanda de Castro Educiá Lima Caelhe de Marses

Sacarlat Mikaela Gregorio Uchoa Ans Laura Nascimento Novais Ans Laura Nissemena Rafael de Lima Souza Juliaro Souza dos San

Faça uma Poupança Sicredi a partir de R\$ 20,00

63.162.757-1 SSPIMS 001,577,892 SSP/MS 001,721,537 SSP/MS 2 230,526 SSPINS 545 640 164 SSP/SP 001.123.769 SSP/MS

Rubrica 40.554,777-8 SSP/SP

FIE SA

001.123.769 SSP/MS 37.5940.569-X SSP/SP 2.073.669 SSP/MS 60.008.378-0 SSP-SP 1801-038 857 SSP/MS 2.371.900 SSP/MS









Com a participação de todos é que fortalecemos a nossa democracia.

Exerça a sua cidadania e participe das Sessões Ordinárias toda 2ª feira às 8h.



Câmara Municipal de Brasilândia

www.cmbras.ms.gov.br



FIS 52

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 082/2020, DE 23 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicas atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A Rubrica FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1°. O artigo 1°, caput, do **DECRETO N° 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica suspenso, temporariamente, até o dia 03 de maio de 2020, o atendimento presencial ao público na sede da prefeitura municipal e nos órgãos públicos municipais, sendo restabelecidos os trabalhos internos nos órgãos que integram o poder executivo municipal, sendo restabelecida a exigência do ponto eletrônico, devendo todos servidores e as pessoas que adentrarem ao Paço Municipal, obrigatoriamente, fazerem uso de máscara enquanto estiverem nas dependências dos órgãos públicos municipais, excepcionado o Poder Legislativo Municipal quanto ao seu funcionamento, que regulamentará suas atividades e seu funcionamento mediante regulamento e edição de regulamentos próprios, dispondo, portanto, de autonomia funcional e administrativa e competência para se autoregulamentar.

Art. 2°. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor a partir de 27 de Abril de 2.020, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 23 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS STB DA SILVA LIMA

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico -SEIMADE

47



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Saúde Pública – SESP

KÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

Secretaria de Adm e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 015/2017
CONTRATANTE: Municipia de Sucte Rita de Pardo - MS.
CONTRATANTE: Municipia de Sucte Rita de Pardo - MS.
CONTRATADA: Montene Celeta e Engenharia Ambienata Ida.
OBJETO: Cafestola Prameira - Fica pocropado por maio 69 (nove) mesto, o prazio, a vigência
constatata, embelociole na Clinada Primeiro de Toccolo Tenua Additivo do Instrumento Original, substituto risvando o secunitante, em de 07 de Abril de 2020 gara 97 do Jacetro de
2021.

VALUR: RE 628.171,56 (sciscontos vinte olto mi) como secolta um recise e cinquenta seis con-

DATA: 16 de Abril de 2020.

DALA: 49 DE ANTA DE CUEDO.

TORRO: CONTRETA de Ratagoussa — MS.

SEENATARIOS SE CACABO Engun Pereira pela Contratance.

SE Jose Raibeas Piato pela Contratada.

EXTRATO DO QUINTO TERNIO ABITIVO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
AO CUNTRATO N. 03/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 014/2017
CONTRATANTE: Municipio de Senia Ruta do Pardo - MS
CONTRATANTE: Municipio de Senia Ruta do Pardo - MS
CONTRATANTE: Municipio de Senia Ruta do Pardo - MS
CONTRO Clámada Primedra - Rea prenagado por mais 69 (nove) russo, o pazro, a vigenca
cameratual, estabelectido na Clámada Primedra do Quarto Termo Adativo do Instrumenta Original, sobretudo elevando o venenuento previsiro de 07 de Abril de 2020 para 97 de Jameio de
1021.

VALUE, R\$ 44.116.56 (quarents quatro mil cento decresses reas cinquesta seus centaris) VALOR, R5 (4.116.5) (optionia quatro mil conto decessos r DATA: 05 de Atri de 2020 FORO: Comarca de Braguesso - MS. SIGNATARIOS: Sr. Facillo Regio Pereira pela Constatane. St. Lesanho de Borno-Freiro, pelo Contratado EXTRATO DO CONTRATO 973/2020

EXTRATO DO CONTRATO 073/2020

PRICESSO ADMINIS FRATIVO N. 111/2019

CONTRATANTE: Muraidato de Same Rira do Pardo - MS

CONTRATANTE: Muraidato de Same Rira do Pardo - MS.

CONTRATANTE Muraidato de Samo Presidente Prodente - ME.

OBLE TO: Presidente de Samio de Producero como fornecimento de Maiquita Florte em regime de comodato, inclusido emporação e tromet, para acendar a Administração Pública: preferenc de daminanto instinuira minimarque e contes, para acender precisi neglamidos no Aug. (0.21-2019). VIGENCIA: 20 de Abril de 2020 a 20 de Outubro de 2020. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

B2 Poder Executive

DZ 12 - Secretaria de Infragar. Meto Anth. e Desenvolvimente Lectrómico

36.1.4 Socialista in Informa, Majo Antili, e Destinol/Dinditt 15.452.0017-2.055 Monat, Aity Ger, Des, Urb, e estr. Vicino 13.90/39.66 Outros Serviços de Terceiros «Pessos furidica VALOR: R\$ 27.000.00 (vinte sole init renas) DATA 26 de Abril de 2020.

FORO: Comarca de Botagunosa - MS SEGNATÁRIOS: Se Cacado Dagao Pereira pela Commanas

SELVALACIOS: SE CARRIO DARRO PEPERA PER C.
SE MARROS Antonio Mariano de Jesus pela Contrata
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADTITVO 40 CONTRATO Nº. 143/2019

PROCESSO ADMINISTRATING Nº 1447019

PROCESSO ADMAINSTRATIVO N. 1442019
CONTRATANTE Municipie de Sunta Reta do Panto – MS.
CONTRATADO: Ser. Elluma Burbasa de Silva e o Se. Edinéisen Barbasa de Silva
OERETO: Clánsula Primeira – Pien porroqualo por mas 95 (rés) preses, o prazo, a vigêncim
contratant, estabelecido en Clánsula Primeira do Termo Adilvo da Instrumento Original, sobretado elevando o venerimento nervido de 22 de Abril de 2020 anta 22 de Julio de 2020;

VALOR: RS 3 600,00 (très mil e seiscentos reais)

VALOR: 26 3 690,00 (vels mile sessectos tenis)
DATA 1: Ge Arti de 20:01
PORO: Cumum, de Bringuese - MS.
SIGNATARIOS: St. Cundo Dagne Pereira pela Controtano
Sis Bilma Barbosa de Silva pela Controtada.
Sr Róimilison Barbosa de Silva pela Contratada.

DECRETO Nº 084/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2-620.

OPETRETO Nº 084/200, DE 24 DE ABRILD DE LASO.

Dispois, no handine de administración pública maniepal e de contunidade de SANTA RITA DO PARDO, nomes de medicias complementans em virtade da Situação de l'escrepência em Saude Publica de importancia internacional decorrente do cocumaviros responsavel pelo sumo de 2019/2020, no Minicação e da destruto providencia.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROS-

O PROCESTA DE CONTROLLA DE LA CONTROLLA DE CONTROLLA ESTA DE LA CONTROLLA DE CONTRO

Cossiderando, nos termos do fingo 10, increso 1 e il e errigio 171, 172, increso 1 e 177, fotos de Tici di galinde di Ministripo, o devere dese encervia a succesa de vigililaria sastistica e pridemin-lògica, sondo recessirio e comovia e medidas proventoras quando alcaneam riscos mammenos un permicialmente prepialitaria; Carasidamento de Timengênea em Saúde Pública de Imperânea Carasidamado especialmente a Declaração de Timengênea em Saúde Pública de Imperânea (Termorina) pela Organização Mundiai da Saúde em 30 de juncios de 2023, em decorrência de juncieção Homeran pelo novo coronavires (COVID-19);

juncespo i téntruta peta turva excetuarios (COVID-19).

Considerando e quanso disposte no Toeresia Municipit nº 90/2020, DE 12 DE MARCO DE 2.020, que declara Situacho de Emergência em Sainte Pithica no Municipio de Sonta Sita do Parén ISS, cun rezión de epideran de disença infocciosa viral economica – COVID-19, consudo peta agunta Noso Corona Ina, DECRETA.

Die Circ Rei T.A.

And I. A portifición des de publicación desse Decreto, fice, estabencido par tempo indeterminado,
I suspensão do expedição de alvarés ou autorização a suspensão dos abundos ou autorizaçãos pá
conseculos, fora como terminariamente profisha a actividade external sea amontante para adocondentes democritariam so Mandelpina de Sama, Rita do Paras - MS, com o objetivo de contracontra a contentinação o propagado do commos indicados.

Ant. 2º. Ficiam municipas as demais disposições acerca do estado exceptional de amorgania em

Ant. 2. From manifests as defining depositions actual de estate exceptional de scale pública, nos formes de decentes e instrumentes immunicións, al cidados. Art. 25. Betr. Decreta cum em repor no deta de sita publicação. Publique-se. Registre-se. Contratiçõe-se. Contrate-se. Sara Rita de Prof. Mans. Gress do Sal. 205.24 de abrel de 2029. CACILDO DAGNO PEREIRA.

DULCE APARTLIDA MAROUES

Secretario de Assistência Social, Trebalho e Habitação - SEASTH FLIAS SIB DA SILVA I IMA

Secretaria de Infraestratura, Meio Ambiente e Desen-olvimento Econômico - SEIMADE EMERSON PERALTA FIGUEIRERO

Scartifio de Principas e Planquimento - SEFTP GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretis Municipal de Saúde Pública - SuSI KATTA CRISTINA DA SILVA

Secretiria de Edicação, Cultura, Esporte e Lazor - SEUEL OZIEL DIAS LEAL

Secretario de Administração e Coverno - SEAG

CERSS

COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - SANTA
RITA DO PARDO --MS.

**Editad 047.020- Resultado

**O Presidente de Comunisão Fispacial de Processo Safes-vo Samplificado da Secretaria Municipile de Cadade Pública do Municipile de Santa Rita do Pardo --MS. institutula pelo Decreta nº

**aº 089/2.020 de 91 de abril de 2.020, publicado no diário odicial do namieipie, Jornel da Cidade. er obez, colo den le de portu de coloco, porturado esta distribución a de manteripar, como una la prope-ción del 1833 de CO de abril del 1970 torna público, como publico, pura conformente des sucressadors a grontuncian obisida pelos condidatos através da mélise dos curricións aprezentados su hoceaso Selectivo Simplificado de Secretaria Municipal de Sadale Público. SESP o 1020 200, conforme aneno I disper Edital.

comunicamente deservir deser antico. El -ma condición podernio interpre recurso vicando a revisión da gontación obtida na unidre de seu carriculo apresentado un sto da inscrição, augido no Presidente da Comissão Especiel Do Processe Adelino Singvillando, no provo do 2 (dois) dias atois, a comar da data do publicação пчиское мосить эторчиноми, мо римо во и свому дов валь, в сотал во вал до регосорд деят Edital В - от recurrent devertio вот інформую, ехсіначативняє, шамен до епан, задась вер инфудацій, сота No запова вочато, до стані подокат "Roman – Process Salocho"

III - os resultados dos recursos, interportos p OFICIAL DO MUNICÍPIO. Santa Rita do Parte - MS, 22de simildo 2,030.

Mescias Samvoio Monte

Presidente CEPSS

Domeso = 069/2.030 Anoxo 1 ao Edital 04-2.029

RESULTADO Processo Scietion Simplificace Edited SESP 00/2 030

Nive! Superio

inscrição NOME Pomusek

Angelica Saint Martins Und Van MAG

40.534.27745 SSPISE 44 Syence de Combate às Endemias - ACE.

Sara Guedes Negucira 1.230 526 SSP.MS Seria (Ostero Faquini Pereiri Filha 2.144.142 SSP MS
Cripa (Nobero Faquini Pereiri Filha 2.144.142 SSP MS
Chisten Henrique (Misadi Passario
COL.125.789 SSP/MS
Ferranda da Silvie
Clotte Vidira
Denner Richard Santos
Guidero Henrique de Frenta Bruga
63.162.737-1 SSP/MS

Gustavo Herriquo de Frentis Braga numatrio de Salide - ACS. Parmouse Raficel de Lima Soura Sourial Mikaela Gregório Uchós 1801.601 220 SSP/MS 57.457.417-7 SSP/SP 60.769.418-6 SSP/SP 113 Nisdin Fernande de Castro Carimus Lima da Silva (MIL HISK NS2 SSP/MS Taisku Herrique Orlandi Pas Jaliana Soure dos Santos Deolinda Martinez Gistredo 9K1.123.769 SSP/MS 9K1.622 953 SSP/MS 9K1.622 953 SSP/MS 2.073.569 SSP/MS 9KJ/08.378-6 SSP/SP Bearris Mendes de Sinta Ednos Lima Coelho de Mones 2.371 900 SSP MS 1 434 359 SSP MS Ana Laura Nascunente Novais Leslye Limeirs Delectroli 37 8940 519-X SSP'SP 0*

6.) Vernicando-se o ocorcinera de empate em relação as motas recebreis por dois ou maiscandidatos, tera preferência na ordem classificadois, sucustivamente, o emitidate quespassentar.

DECRETO N° 80/2000, DE 23 DE ABRIL DE 2.030. Dispõe, no àmbito da administração pública muricipat e da comunidade de SANTA RITA DO PARIOO, accese de medidas complementas em virtude da Stupeão de Emergência em Sau-

Philipie de importancia internazional docurrente de coronevirus responsável pelo suito de 29/39/2020, so Manicipio e di ostras providências.

O PREFETTO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROS-O PREPATO DO MAIL PRO DE SIANTA MATATO PARAMO, ESTADO DE SIANTO OTRA ESTADO ESTADO DO SIANTO DO MAIA DO MAIL DO MAIA DO MAIA DO MAIA DE SESTIMA DE SIANTO DE SIANTO DO MAIA DE SIANTO DE S

lógica, sendo necesiónio o controle e medidas preventivas quando oleançam riscos afarmantes

ligicia, senda nacedelia a controle e modella presentivar quanda alcançam riscina ciarmantes su potencialmente projudiciare.

Considerantes especialmente e Decianquio de Eutergénicia em Satule Pública de Lasparianos inturnacional pela Organização Marcidad da satular em 30 de janeiro de 2002, em decorrativa de linguaga de la Organização Marcidad da satular em 30 de janeiro de 2002, em decorrativa de Collegia filosopa de las projudicas de las

pero agente servico comenciardo. Considerando, ninda, as disposeções do DECRETO Nº 10 292, DE 25 DE MARÇO DE 2920, que ditora o Decreto nº 10 282 de 29 de nuevo de 2020, que regulamento a Los nº 13 990, de 86 de foreneiro de 2000, para definir ou acreços públicos e as aio idades essenciais, hasido polo

Constiturando que us nobes o secon fraptomentadas devem relar pela presen ação da diguidade das persoas e dos direitos lámigados, pelo respeito a intimidade e à trida privada e pela necessidarie, arcejunção, careabilidade e propresentalidade de tais medidas inclustas visas ção de propagação do novo cummavirus e objetivando a proteção de enfetividade;

Art. 17. O artigo 17. resput, do DECRETO Nº 056,0908, DE 00 DE MARÇO DE 1,000, passa e

Ant. 11. O artigo 17, etipol. 20 (BELEGIO Nº 08, 2010) (2010) 0 (BERGO O III. 2000) passa a segorar com a significa redigior.

Ant. 17 - Pien sespeció, temporarizatione, au o dia 63 de moio de 2020, o atendimiento pre-seneral de opibilece na sodo da portíciosa materiaria (o estigado pelodros municipado), sen-tembrilecidos o studiolisos mientos nos registos que coregora o peder escuervos municipal, sen-do restribelecido, a exagência de contro elembricos, devendo Nobo, sen-idores e as pessos, que do restoleción a esagiencia de contro derirdicio, desentir bales aerádores e as possous que adertemente as Paos Maniagios a obiequaciónnames, fuercem uno de medicar enquiento esderente nos dependências dos árgãos públicos manucipais, excepcionado o Poder Legislativo Municipal quanto so sea financionatente, que regulamente o cipende de regulamente o chipa de regulamente o cipende de regulamente o chipa de regulamente o cipende de regulamente o composito de composito de

LEI COMPLEMENTAR Nº 006, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

"Altera a Lei Complementar nº 613/2007 - Piano de Carreiras e Rem Prefertura Municipal de Sama Rita do Pardo, e dá outras providências".

O Prefeito de Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lite são conferidas por loi, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APRO-

VOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º Fica crisalo o cargo de provincento efetivo de Engenheiro Agrône quadro de servidores previsto na Lei Complementa nº 013/2007 - Plane de Car-reiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Santo Rita do Pardo, integrante da Calegoria Técnico de Nivei Superior.

\$ 1º A descrição das atividades e atribuições das categorias funcionais enadas por forca deste anigo, bem como os respectivos requisitos para provimento e enquadramentos na referência salarial, são os constates do anexo desta lei:

§ 2º Fica inscrido na Tabela II, do Anexo I, a função de Engenheiro Agrô-§ 2º O Engenheiro Agrônomo esta subordinado diretamente é Secretaria de Infra-estrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE.

Art.2°. O exercício da função de Engunheiro Agrônomo é privativo de profissionois com formação em Engenharia, Agronomia, ou correlatos, inscritos regularmente nos respectivos Conselhos da Categoria, un seja, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomía) ou equivalente, e será provido em cardier efetivo, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, na forma da Lei Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor un data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita de Pardo, Estado de Mato Gresso do Sui. 24 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO

Publiquerse, Regrurerse, Comuniquerse, Compresse. Sauta Mita do Parão, Asaxo Grosso do Sul, aos 23 de abril de 2020. CACILIXO DAGNO PURERA - Professe Rubrica DELICE APARECIDA MARQUES Secretaria de Assistacia Social, Trabalho e Habitação - SEASTH FLIAS SIB DA SILVA LIMA Serventia de Infraestrutura. Melo Ambiente e Desenvolvimenta Econômico - SEIMADE EMERSON PERALIA FIGUEIREDO Secretário de Finançais e Planejamento - SEFIP GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Satale Pública - SEST KÁTIA CRISTINA DA KILVA ASCENSI (NA LIA NALA). Secretaria de Educação, Cultura, Exporte e Lazer - SECEL OZIFL DIAS (FAL). Secretaria de Administração e (noverno - SEAG)

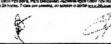
THE MAD BY ADDISON AS CLAUSIALAS CREAMS TO COMPRANTO LOCAL OF PRESTACIO DE SERVICIO





PIC DE BANTA PATA DE

Hume City



commence of some case of subsequence of some substance of section of the subsequence of substance of section of the subsequence of substance of plants



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO N° 084/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

? PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

DECRETA:

Art. 1°. A partir da data da publicação deste Decreto, fica estabelecido por tempo indeterminado, a suspensão de expedição de alvarás ou autorização, a suspensão dos alvarás ou autorizações já concedidas, bem como terminantemente proibida a atividade eventual ou ambulante para não residentes/domiciliados no Município de Santa Rita do Pardo – MS, com o objetivo de conter e evitar a contaminação e propagação do coronavírus.

Art. 2°. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decrètos e instrumentos normativos já editados.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

DQ- +



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 24 de abril de 2020. CACILDO DAGNO PEREIR Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS SIB DA SILVA LIMA

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico -SEIMADE

> EMERSON PERALTA FIGUEIREDO Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

> Gabriela Maria Rodrigues de Lima Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

> > ÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

Secretaria de Admin e Governo – SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

www.portaljornaldacidade.com.br

ENTRATO DO QUARTO 1 ERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº, 08/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº, 913/2017 CONTRATANTE: Municipio de Sante Riez do Pardo - MS.

CONTRATADA: Mothers Coline e Ingonium a matiental Lide.

OBJE 170: Cibusta Primetia— Fico promação de por maio de (novel menos, o prazo, a viginois constitutal, estabelação na Cibusta Primetia de Texestro Fermo Aditivo do Instrumento Original, sobretisto elevando o vencimento previsan de 67 de Adrit de 2020 para 177 de Jameiro de constitutal, estabela elevando o vencimento previsan de 67 de Adrit de 2020 para 177 de Jameiro de

VALOR: RE 628.171,56 (seiscence vinu nito mil cento scienta um reais e cinquento reis con-

DATA: 06 de abel de 2020

FORD: Corrarea d. Batageman - 345, SHBNATARIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contruonte

St. Jose Ribers Pinto pela Contratada. EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO

40 CONTRATO N. 039/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 614/2617

CONTRATANTE: Municipio de Sans Rits do P. CONTRATADA: Lugos Consultoria I kla. – ME.

ORF TO: Clinarda Primeiro - Faz promogado por mais 09 (nove) misses, o peazo, a vigência combound, counholocido nu Climark. Primeiro do Quanta Terma nécisivo do Instrumento Drigi-nal, sobretado obvando o vincumento previsto de 07 de Abril de 2020 para 07 de Jameiro de

VALOR: R\$ 44.116.56 (quarenta quano mil censo dezessess resis conquento seis centavos). DATA: 05 de Atril de 2020.

FORO: Comarca de Baraquassa - MS.
SIGNATÁRIOS: St. Cacildo Dagno Pereira pela Comar
St. Leandro de Berros Freiras pela Contrabada.
ENTRATO 90 CONTRATO 673/2928

EXTRATO GO CONTRATO 673/2029

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 111/2019

CONTRATANTE: Ministiplo de Seria Rite do Parou – MS

CONTRATANDE: Ministiplo de Seria Rite do Parou – MS

CONTRATANDA: Ministen Rosa de Jasus Presidente Prederta - ME.

COBLETO: Presidende de Servico de Protogene cora fortacticarello de Maquina Plater em trome
de comodato: inclutodo manustrado e Jonour, para alender a Adoministração Pública, conforme proces registradas na Ala # 021-2019.
VIGUNCIA: 20 de Abril de 2020 a 26 de Chrisbro de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

17 - Poder Executivo

19 - Prode Executivo
12 - Secretaria de infruesta Mejo Anth. o Desenvolvimento Económico
452.0017-2.035 - Manual Atto. Ger. Des. Urb., e esta Vicinais
13, 90.39 (6) - Contros Servicos de Terceiros -- Person Jurídica
VALOE: RS 27.000.00 (vicina sete núl reus)
DATA-20 de Abell de 2020

FORO: Commes de Bataguesou - MS SIGNATÁRIOS: Sa. Caelido Dagao Pereira pela Counante

Sr. Elize Silv de Silv a Lima pola Contratanta

Sr Varenc Antonio Abritan de lectic ne a c EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 144/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 144/2019
CONTRATANTE. Musicipio de Senta Ria de Planto – MS.
CONTRATANTE. Musicipio de Senta Ria de Planto – MS.
CONTRATADA: Sra. Eliana Barbosa da Silva e o St. Beimilson Barbosa da Silva.
CONTRATADA: Sra. Eliana Barbosa da Silva e o St. Beimilson Barbosa da Silva.
CONTRATADA: Sra. Eliana Barbosa da Tirrano Adibio del Darsamento Orngical, sobrundo elevando o Percimento mensto de 22 da Abril de 2020 cara 22 de Julho de 2020.

VALOR: RS 3.600.00 (très mil e seiscentos (exis)

VALOR, RS 3,000/Rs (res ant e ansection ceas)
DATA, R6 de Arell de 2010
PORO: Comme de Banaguesou - MS.
SIGNATÁRIOS: Sr. Checklo Dagous Pereira pela Comme
Stat. Ellam Barbase de Silva pela Commenda.
Sr. Edimilson Barbase de Silva pela Commenda.

DECRETO Nº 084/2020, DE 24 DE ABRIL DE 2420.

DECRETO Nº 084/200, DE 24 DE ASRIL DE ZUZO.

Diagõe, nº drobito do administração pública manistra el de comunidade de SANIA RITA DO

PARDO, socres de recidas complementares em virtude da Situação de Finançaista em Soude Rubblas de importancia internacional decorrente do consumeros responsável pelo mino de

DIFECCOU, no Municipio e da Custos providencia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROS-

SO DO SUL, no uso dia sass ambuições legais, que iltes são conferidas pelos arrigos 23, aciso II, 30, incisto I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Foderal, bem como Lei Orgánica Muni-

SO DIO Statuto.

11. 40, Incres D., e arrige: 37 e seguintes de Constituique a como de la constituit de constituit Contacemento, nos termos contrigos (), inscos e in el crispo () (1) (2), instala de 1973 (obes de 1974), instala de 1973 (obes de 1974), instala de 1974 (obes

accione transas peno antro oconovirus (COVID-19).

Considerando e quanto disposto no Docesso Minisigni si vos/2020, DE 17 DE MARCO DE 2102, que destara Sinarcho de Friençancia em Saúde Pública no Municipio de Santa Rito de Pardo/RS em nodo de cristena de docaça infecciosa viral cospiratoria – COVID-19, cristada del agenta Novo Coronavirus.

DEC RETA:

Art. 1º. A partir da data da publicação deste Decreto, tica esabel codo por tempo andeters Art. 17. A partir da data da politicação desde Decesto, tota estabelecidas por tempo anoterrimanos, a suspensão de republicão de distrito su autoritação; já consectidas, bem contro ferminamemente provinda a architade eventual ou antirollante para não residentes doministratos no Municipio de Santa Rita do Partir – NIS, com o objetivo de consec-civar a eventimação o propugação da contrair alta estabe excepção del destabe a consecue a consecuenção de consecue dos suspensas de estado excepção del destabe Art. 29. Fis um mentidas as demais disposições acessa de estado excepção así de atmongrana em

Art. 2: Festim mendedus as demand disposições natura da estada exceptional de saude pública, nos termos do decentos e instrumentos normativos que está sidade. Art. 3º. Bisto Decreto entra entirgor un data de sala publicação.
Pauliqueses: Registro ses. Comuniqueses Climativeses.
Sana Ris do Perto. Mato Greso do Sul, aos 24 de abril de 2029.
CACILDO DAGNO PEREIRA.

DULL'E APARELIDA MARQUES

Secretaria de Arsistênero Social, Trabalho e Habriação - SEASTH BLIAS SIB DA SILVA I IMA

Halma He Bos Shires February, Maio Ambiénic e Desen, obvinceto Económico - SELMATIE EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

Scorpina de Empresa e Planquemento - SETTE

Schotzen de Principales de Plancipales de Lima Generalia Municipal de Safde Pública - Sesse RATTA CRISTINA IN SELVA Secretaria de Educação, Unitura Esporte e Lazet - SELFL OZIEL DIAS LEAL

Scoretaria de Administração e Geverno - SEAG CEPSS

COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO" - SANTA RITA DO PARDO -MS.

RITA DO PARDO —MS.

Edital 047.282 in Resultado

O Presidente da Comissión Especial de Processo Selectivo Simploficado da Secretar a Manielpal de Stade Pablica do Manielpio de Sama Rita do Pardo - MS. insidiade pelo Decreta ni
nº 8992.2020 de foi de abril de 2.000 problecedo an distrio edicial do atraideja; Jesnol de Cidade,
culada nº 1.683 de 60 de abril de 2.000 termo público, termo público, para confecimento des
interrescados a pomosegia obstita pelos candidatos activired de artículos afectos de interrescados a promosegia de pola candidatos activired de artículos afectos de securidos aprocedados

no Processo Selectivo Simutificado de Secretario Municipal de Sarde Publico, Se SP nº 020.620,
confirmem empor dissos e folias. cuaturmo ereso! desie l'ditai.

1 - os candidates poderão interpor recurso visanção a revisão da pontucido obiida na anábse de seu curriculo apresentado no ato do inscrição, dirigido ao Presidente da Comissão Especial Do Prucesso Solotivo Simplificado, no prazo de 2 (dois) días útris, a comar da data de publicação

assectation.
Le of recursos deverito ser adexpostos, exclusivamento, através do entari sadue sep magigmail, com. No campo assunto, do canali, culmas "Rocurso - Processo Salctiva".

CIFICIAL INC MUNICIPIO

Santa Rita de Parde - MS, 22de abrildo 7.026.

Mesous Sampsio Month Presidente CEPSS

From t ao Edital 94-2,029.

RESULTADO

to Seletiva Simpleficado Edual SESP 03/2 020

Nurisionista Inscrição NOMS

Pomunicki Clada 40.551,777-8 9SP SF 44 Angelica Sointi Startins Cuita

Vive: Madie te de Combate às Endensias - ACE

compare as Endermas -- ACE
NOME BG
Sam Guedas Negueira 2.230 526 SSP-MS
Sérgio Roberso Façoni-Pereira Filho 2.264.143 SSP-MS
Taislas Heurique Orinneli Passarin 021.123.769 SSP-AES Fernancia da Silva 001 577 kg? \$590.45

Agente Committino de Sande - ACS.

Refiel de Lima Souza 001.681.200 NSP/MS 57.157.117-7 \$\$#.\$P Searlet Missaele Gregorio Lichôs Name Fernands de Casma 40 764 ALE-6 SSP'SP Tations Lines de Silva 001.038.852 8S2/kiS 001.038.852.8597.MS 001.123.769.8519.MS 001.622.953.8597.MS 2.073.649.8597.MS 50.002.378-0.8519.SP 2.171.908.859.MS Faishin Elitis Ga Sava Faishin Henrique Orlandi Passarin Juliane Souza dos Sonios Deolinda Martínez Giatordo Bearriz Mendes da Sin a Edneje Lima Coelho de Moraes Ana Laura Nascumento Novers 1 914 345 SSP. MS Leslye Lincoln Delected

Normando es concretara de empate en relacie às notas recebeias por deis ou maiscar-dichos, ten profetência na orden classificacina, soccasivamente, o emididate quenquesenter febre más insurenda.

DECRETO Nº 082/2028, DE 13 DE ABRIL DE 2.020

Dispôs, no ámbito da administração pública marácipal e da comunidade de SANTA RITA DAN PARDO, averte de medidas complementares em simulo da Silvação da Françistria em Salv de Pública de importância internacional decorrente de coronavirus empossival nelo suto de

de rubilità de dispetante inferitabilità de dell'article di vivoltazione regionale e filipione di 2019/2020, au Manifelpio e di outrat providente.

U PREFETTO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO (BRUSSO DO DSU), no uso des suns autibilità est più entire tibo confirmidata pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso II, antigo 37 e seguivita un Considurațio Fatera, hem consul et Orgânica Muni-

3. 3. 9. nelso I. e arrigo 3.7 è seguivites qui unisaturação e necesis, tem consulter origanica municipal, e demás disponitivos legales.
Considerando o dever de o Municipio aziar pela sainte pública e promover a defesa samitiria, nor ternos do inciso 1, do artigo 172, de for Orgânica Municipal;
Considerando, not ternos do artigo 172, de for Orgânica Municipal;
Lei Orgânica do Municipio, o dever deste excentar so apóse de orgânica smitiria e epidento-logica, sendo nocessário o console o nocedas preventivas quando alcanicam resona atarmantes. au potencialmente prejudiciale;

su potencialmente prejudiciais.

Considerando especialmente e Dectaração de Emergência em Saide Pública de Importância Intermedicani jeda Organização Mundial da Saige; em 30 de janeiro de 1920, em decontrarea de Inferencia da Inferencia Dectaração Dectaração (COVID-19):

Consideração a Dectaração de Emergência em Saude Pública de Importância Intermedicatal pelo Organização Mendial de Saige; em 30 de janeiro de 2026, bem como o Regularização Sensiário Intermeçonal, procumiçado pelo Dectara Pedent de 19,212, de 30 de jatemo de 2020; Considerando o questro disposar o Dectara Municipal de 30 de jatemo de 2020; Considerando o questro disposar o Dectara Municipal de 30 de jatemo de 2020; Considerado o questro disposar o Dectara Municipal de 30 de jatemo de 2020; Considerado de Emergência em Sainde Pública no Monteipio de Sama Rota de Pardo MN, em parão de endemia de decinça infereisea viral respirabiero - COV III-10, comanda pelo tagodo Novo Constavarou.

gue agente novos cristantos. Considerando, sinta, as eispositales do DECRETO Nº 19.292, DE 25 DE MARÇIO DE 2030, que altera el Deceso nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei el 13.999, de 86 de feveraino de 2020, pem definir as serviços públicos e as ano idades espocasis, havido pela

Considerando que as acoes a serem implementadas devem velas pela presen acido da digalidade das pressoas e dos direitos firmanos, pelo respeno á intimidade e a vida privada e peia necessida de, adequação, razoshistade e proporticadade de tria medidas uncaladas creatido a conten-ção da propagação do novo commaviras e object ando a proteção da culcifesdade;

edo da princepção do neva criminavirus e ingeri anea a profeção da cinetizacida; DE CIRETA: An. II. O artigo III. capat, do DECRETO Nº 666, 2020, DR 20 DE MARCO DE 2,020, passa a régorar com a seguirán redactio:

Ara 1" - Fice suspenso, temporarizmente, cie 9 dia 03 de maio da 2025, o atendimento pre Act. 1º - lenti siasperio, temporariamente, cue o dia 03 de meio da 2020, o stendimento presental aer pidefori na sada da profestora municipal e nes orgides pideforios municipales sondo recibilente os trabalhos internats nos fegias que integram o peder executivo municipale, sendo resubstitueito de sendo porte de profesio de punto dendence, devendo tudos servidente e as pessoos que enternarem as pego Municipal, o orginacimientos, lacerem mos de misquata enquanto e este penalente las dos fegios públicos remiscipals, exocercimendo o Poder Legislativo Municipal quanto as seu funcionamento, que regulamente esta seu funcionamente media quanto as seu funcionamento, que regulamente e degla de regulamente e adopte de regulamente e adopte de regulamente e adopte de regulamente de adopte de regulamente de adopte de regulamente de compositor de adopte de regulamente en despetiva de notamento finacional e administrativa artiva e compositario de adopte de regulamente de adopte de regulamente de adopte de regulamente de adopte de regulamente de administrativa de ministrativa de compositorio de de regulamente de administrativa de compositorio de regulamente de administrativa de regulamente de compositorio de regulamente de administrativa de regulamente de compositorio de regulamente de administrativa de compositorio de regulamente de administrativa de compositorio de regulamente de administrativa de admini

LEI COMPLEMENTAR N° 006, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Altera a Lei Complementar d' 013/2007 - Piano de Carreiras e Remi Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo, e dá outras providências".

O Profesio de Santa Rim do Pardo, Mato Gresso do Sul, no uso das atribucões que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APRO-VOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provincuto efetivo de Engenheiro Agrônomo no quadro de servidores previsto na Lei Complementar nº 013/2007 - Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Sana Rita do Pardo. integrante de Calegoria Tecnico de Nivel Superior.

§ 1º A descrição das atividades e atribuições das entegorias funcionais criadas por forca deste artigo, bem como os respectivos requisitos para provimento e enqua-tramentos na referência salarial, são os constates do anexo desta feir

8.2º Fica inserido na Tebela II, do Aneso I, a função de Engenheiro Agrônomo § 3º O Engenheiro Agrônomo está subordinado diretamento é Secretaria de infraestrutura. Meio Ambiente e Desenvolvamento Econômico - SEIMADE.

Art.2". O exercicio da função de Engenheiro Agrónomo é privativo de profissioneis com formação em Engenharia, Agranoma, nu correlatos inscritos regularmente nos respectivos Conselhos de Caregoria, ou seja, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomía) ou equivalente, e será provido em caráter efetivo, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e titulos, na forma de Lei. Art. 3º - Esta Lei Compiementar entrarl em vigor na data de sua publicação, revigadas as dispusições em contrário Santa Rita de Pardo, Estado de Maio Grosso do Sul, 24 de abril de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Publiquese, Registrese, Comuniquese, Cumprasse Santa Rita do Hardo, Maio Grasso do Sul, any 23 de CACILDO DAGNO PERLIRA - Prefeito abril de 2020. Rubrica DELICE APAREC (DA MARQUES Secretara de Assistació Soubil, Trebelho e Habitação - SEASTH ELIAS SIG DA SILVA LIMA Sevretaria de Infraestruttra, Meio Ambi EMERSON PERALTA FIGUEIREDO Severtário de Finanças e Planajamento - SEFIP GABRIELA MARIA RODRIGCES DE LIMA Scoretinia Municipal de Saude Patrica - SEST KATTA CRISTINA DA SILVA Secretiria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL OZELDIAS LEAL Secretana de Administração e Governo-SEAG PETRACI DE ADESAN ÀS CLAUSULAS GERRAS DO CONTRATO UNIDO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS

Santa Rita do Pardo, MS, 25 de Abril de 2020



NOT:





FIS_5

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 090/2020, DE 04 DE MAIO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO ROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do no coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1°. Ficam estendidas até o dia 15 de maio de 2020, as disposições do **DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020**, assim como dos demais decretos que dispõem sobre a situação excepcional em saúde pública instituídos neste Município, no que se refere às datas de restrição à circulação de pessoas e atividades no âmbito desta Municipalidade.

Art. 2°. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já ditados.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 04 de Maio de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS SIB DA SILVA LIMA

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiènte e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

pd_



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG

FIS

62

Rubrica

Município de Santa Rita do Pardo - MS

DECRETO Nº 690/2020, DE 64 DE MAJO DE 2,628.

DECENTO N' CONTROLLO, DE LA BIOLO MARCO DE L'ESTA D'ESPÉR. DO Ambien de administração pública mancipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acesto de medidate romplementares em vinude da Situação de Emergencia em Saude Pública de importância internacional decorparte do coronaviras responsável pelo santo de 2019-2000, no Ministênio e dá outra providencia. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso des susa atribuições logais, que lhas são cenferidas pelos artigos 23, incriso 11, 30, inciso 1, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, hem como Lei Orgánica Município a de mais sispositavas legais. Considerando o dever de o Município celar pela saude publica e promovar s defeso senidaria, nos termos do aciso 1, só artigo 172, da Lei Orgánica Município; los este considerando, nos termos do artigo 16, incisos 1 e 1, e unigos 171, 172, inciso 1, e 173, todos da Lei Orgánica do Município; o o dever de dese efecutar sa ações de vigilámica santária e epidemiológicam, sendo necessárso o custavol e medidos preventires quando alcunçam tibusa submenstes ou potentidamente prejudicieis;
Dessiderando conceidamente a Declaricánica de Emenyanda em Salade Pública de Importante.

ristats sumerares ou posterioriemente preparticitats. Considerando especialmente a Dectanação de Emergência em Sajade Pública de Insper-tancia Internacional pela Organização Mandial da Saúde em 30 de juneiro de 1020, em deconfincia da infecção Humana pela novo comaviras (COVID-19). Considerando a Dectaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Seúde, em 30 de juneiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, premulgado pelo Decreto Foleral nº 10,212, de 30 de juneiro de 2020. 2020

2000: Considerando o quanto disposto ao Devreto Municipal nº 14/1/2020, DE 17 DE MARCO DE 2/070, que declara Sinação de Emergência em Saúde Público ao Municipio de Santo Rito do Pardo/MS, em nario de epideran do dosaça infecerora vinal respiratoria — CO-VID-19, consuda pelo agento Novo Coronaviros.

Considerando, sinha, se disposições do DECRETO N° 10/292. DE 25 DE MARCO DE 2020, que altera o Decreto n° 10/282, de 20 de março de 2020, que regulmento a Lei n° 10/282.

13,970, de Dó do fevereiro de 2000, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

s. Considerando que as ações a serem implementadas decem zelar pela preservação da dig-námale das pessoas e dos direitos bumanos, pelo respeito a intimándo e á unha privada e pela necessidade, adequação, razinabilidade e proporcionalidade de tais mediana insediana islando a contempão de propagação de caso e corenavirus e objetis ando a proteção da echtividade.

DECRETA:
ART. P. Fierm estendidas ate e dia 15 de maio de 2020, as disposições do DEURETO Nº
070/2020, DH 02 DE AHRIL DE 7,020, assim cumo das acmeis decretos que displom
a sinação excepcional em saudo pública instituídos neale Municipios, no que ex refere
as de restração à curculosto de persone a está dade a na distribo deva Municipiolidade.
ass. 2º. Fierm mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de envigência.

on saide pública, sos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados. An. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revegadas disposições di coltais em contrargi.

de celtais en contriera.
Publiques en Egystre-se. Comunique-se. Cumpro-se.
Sexta Rito do Parto, Maio Grosos en Sult, ans 04 de Maio de 2020.
CACILLOS DAGINO PEREIRA - Preferio
DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

ELIAS SIB DA SILVA LIMA Secretaria de Infinestratura, Meio Ambiedic e Desenvolvimento Económico - SEIMADE EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

CAMPASUM PERALTA FIGUEIRETO Secretario de Filanças Plançamento - SETP GARRIELA MARIA RODRIGUES DO LIMA Secretaria Municipal de Saúde Publica - SESP KATTA CRISTINA DA SELVA

Secretiria de Educação, Cultura, Esporte e Lezer - SECEL

OZIEL DIAS LEAL - Sortiaria de Administração y Governo - SEAG LEI Nº 1.191/2020, DE 94 DE MAIO DE 2020. "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PREDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

**DISPUES SUBRE A RESIDENÇA OF TREATH DO FLORATE DE RESIDENÇÃO STALLIAR DE ROSSOS AND LAR OF TREATH DE RESIDENÇÃO DE PROPERTOR DE RESIDENÇÃO DE RESIDENÇÃO DE PEREZ A RESIDENÇÃO DE PROPERTOR DE RESIDENÇÃO DE PROPERTOR DE RESIDENÇÃO DE PROPERTOR DE RESIDENÇÃO DE RESIDEN

Arigo 1.º O prédio do Corpo de Bombeiros Militar de Município de Santa Rita do Par-do – MS, pessa a denominar – se prédio do Corpo de Bumbeiros Militar "ALFREDO GOULART".

Artigo 2." - As desposas pola enconção de presente Loi será de responsabilidade de reder Artigo 2.1 - As decisios from canadas in presente Mancipal.

Artigo 3.4 - Esta Lei eminal em vigos na data de sua publicação.

Artigo 4.4 - Revegana - se todas as diaposições em contrata.

Gabinate do Prefectio - 64 emina de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA - PREFEITO

PORTARIA M' 271/2010 NOME CACAO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA DEFESA DO INVESTIGADO

NOTIFICAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA DEFESA DO INVESTIGADO (Inte da Comissão do Processo Administrativo Descipinar nº 00/2/2019, impatrado per comita nº 76% de 17 de atrutado de 2019, de Estra, Sr. Carildo Dagon Perena, Poetira nº 76% de 17 de atrutado de 2019, de Estra, Sr. Carildo Dagon Perena, Poetiro Mentigoal, publicada na Impatras cultoral do Marcilgon, formá de Cabide, ediçõe nº 1621, de 22 de oumbre de 2019, protrogada pela Porturia nº 905, de 16 de dezendro de 2019 e pela Porturia nº 136, de 20 de fevereiro de 2020, en fixe de servidora MARCELA DA SILVA CONCREIÇÃO SANTURI, devoluemente citada para se manefiche nos servidora MARCELA de XILVA CONCREIÇÃO SANTURI, devoluemente citada para se manefiche nos servidoras defesa e ao centralactiviro, benescenda e guarantia a servidora de dificio administratori de 2007, de 18 de

Publique-sc. Sansa Rim do Pardo, 94 de maio de 2029

JOABE BRAGA DE SOUSA
Presidente de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 902/2019
EXTRATO DA 5º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA

ATA DE RECISTRO DE PRECO Nº 013:2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0922819
MODALIDADE PRECÓ DE PRESENCIAL Nº 035/2819
CAINTRATANTE: Municipio de Santa Rita de Pardo - MS

CONTRATADA: Electrolico. Comercio de Equipamientos de Electrónicos Bireli - EPP CONTRATADA: MM info o Magazine Lefte - ME OBJETO: O presente termo tem por objeto e finalidade O REGISTRO PORMAL DOS MENORES PRECOS OFERTADOS para o Franco e Eventual Augusticão de Notebusks e uma TV para atender di cersas Secretarias da Administração Pública. VENCEDORES:

Electronox Comercio de Equipamentos de Eletrônicos Eirei - EPP - Irens. 1.

VALOR: RS RS 765,00 (settecentos e sessenta ciaco reais)
MM info e Magazina Ltda, - ME: Bans; 2.
VALOR: R\$ 14,466,00 (quatorre ini) quatrocentos e sassenta reais)

VIGÊNCIA: 12 mos DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DO INVARIANTES CARTANA DE SERVICIO DE LA PORTE PERCENTO DE ACTUAL DE CARTANA DE ACTUAL DE CARTANA DE ACTUAL DE ACTUAL DE CARTANA DE LA SECRETARIA DE ACTUAL DE LA CARTANA DE LA CARTANA DE LA CARTANA DE CARTANA

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

92 - Peder Executivo 92.12 - Socretaria de Infinestrutura, Meio Arabierae e Deservolvimento Económico

15.452 0.0917-2.035 - Manua, Adiv. Gerencia Des. Urb. estr. Viginais

4.4.50.52.90 - Equipmentos e Material Per 95 - Fondo Municipal de Assistência Social

05.11 - Secretaria de Assistência Sociai. Trabalho e Habimolio

Socretars de Assissancia Social, Tribatho e Habitación
 S. 122.0085-2071 – Bloco de Financiamento da Gestão SUAS
 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
 03 – Fundo Municipal de Saúda
 10.313 – Socrataria de Saúda Pública
 10.302.0007-1.076 – Bloco investmentos

4.4.90.52.00 - Equipasternos e Material Permanente 02 - Poder Esecutivo 02.10 - Scorotaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

12.361.0010-2.018 - Manusenção do Ensino Pundamental 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

4.4.90.52.00 - Equipamento DATA: 10 de Julho de 2019

DAVIA: O de tenno de 1919
FORO: Common de Ranquassio - MS
SIGNATÁRIOS: Sr. Carildo Dagno Pereira pela Contratante - Sr. Oziel Días Leal pela
Contratante - Sr. José Ressies de Souza pela Contestante - Sr. Dulto Apareccida Merques
pola Contratante - Srna. Garindo María Rodrigues de Lima pela Contratante - Srna. Raiña
Columa da Silva pela Contratante - Sr. Anderson Araujo Bonfini pela Contratada - Sr. José

EXTRATO DA 3º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Y. 614/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 623/2019
MUDALIDADE PREGĂU PRESENCIAL N. 037/2019

CONTRATANTI: Municipio de Sunto Rito do Pardo - MS CONTRATADA: Gular & Cia Ltda - EPP CONTRATADA: Gulart à Cia Inda. EPP 0BJETO: O pre-sente termio tem per obiesto e finalidade O REGISTRO FORMAL DOS MENORES PRECOS (FFERTADOS pera o Fusicas o Eventual Fernecimento de Ciás de Cazinha com comodato gratuito de vasilitames, pera uso em diversos Setores da Adminis-tração Publica Municipel: VALOR: RS 56.326,00 (cinquento seis mil trocmios e vinto seis renis)

VALOR IOS 98-3-26/00 (citiguinta seis mil trecentos 5 vinto sei VIGENCIA: 12 meses DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Fundo Muncipal de Assirtiaria Social 08.11 - Sociataria de Assistênto Social, Trabalho e Habitacio 08.122/0885-2.071 - Bloco de financiamento da Gristão SUAS

04.122/0839-2071 - Blood de manetamento da versua puedo 33.90.30.0 - Material de Consumo 05 - Fundo Manetipal de Assintacia Social 05.11 - Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Matitação 08.241.0084-2079 - Bloco de Prot. Social Esp. Alta Craspl. Casa de Acolh: (Terceira Ids-

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

05 - Fundo Municipal de Asseténcia Social 05.11 - Societaria de Assistência Social, Embalho e Habitação 08.244.0082-2.072 - Blovo de Financiamento da Protocho Social Básica

3.3.90.30.00 - Material de Consumo 15 - Fundo Musicipal de Salide 03.13 - Scoretario de Salide Pública 10.301.0014-2.052 - Bloca Gestão SUS

3.3.90.30.00 - Material Je Ca - Poder Executivo

02.04 - Secretaria de Administração e Governo
04.122.0922-2.004 - Manutenção das Atividades Secretaria de Controle e Gescão
0.3.390.30.80 - Material de Consumo

- Poder Executive

02 - Poder Encuestro
21.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
12.361.0910-2.018 - Manuscução de Ensino Fundamental
33.300 10.00 - Material de consumo
02.10 - Secretaria de Edúcação, Cultura, Esporte e Lazer
12.365.007-42.026 - Manuscução de Ensino Infantii Creche
12.365.007-42.026 - Manuscução de Ensino Infantii Creche

3.5.50.38.00 - Material de constent

53:500-5000 - Pasteria de Constanto 02:10- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazor 12:46: 907-42:066 - Manutenção de Ensito Infiniil Pro Escola 3:3:90/30.00 - Manerial de Consumo

02 - Pode: Execut

02-17 - Secretaria de Infraestruturo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômia 23,342,0021-2,076 - Manus. Afinidades do Meio Ambiente e Desenv. Franchico

53,9tt 30,00 - Material de Consumo

DATA: 16 de Juiño de 2014

FORO: Comarca de Balacuasse - MS

FORO: Comarca de Batiquasses:— MS
SIGNATÁRIOS: S. Cucido Dagno Pereira pela Contratanto - Sra. Dulce Apercida Marques pela Contratante - Sta. Cabracia Maria Rodrigues de Lima pela Contratante - Sta.
Cuiel Dias Loud pela Contratancia - Sta. Kália Cristina da Silva pela Contratanto - Sta.
Massias de Souta-pela Comiratante - Str. Marcelo Otient pela Contratada.

EXTRATO DA S' PUBLICAÇÃO TREMESTRAL DA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 018/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO V. 018/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 100/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.N. 041/2019

CONTRATAÑA: Coissa da Roma, frutas o Laguems. Lida ... ME - CONTRATAÑA: Coista da Roma, frutas o Laguems. Lida ... ME - CONTRATAÑA: Coista da Roma, frutas o Laguems. Lida ... ME - CONTRATAÑA: A Madira Hortifartigratigiemos Lida ... ME - EPP - CONTRATAÑA: A Madira Hortifartigratigiemos Lida ... ME - OBJETO: O presente Istraño tem por objeto e Imalidade O REGISTRO FORMAL DOS MENORES PREÇOS OFERTAÑOS para a Agrisição de Gêneros Aimenticios, para atender em vários deparamentames o Englos do Memicipio de Sama Rita do Pardo. sa Escolas Municipais do Easian Fundamental e Educação Infinali (Moranda Escolar rocurso PNAE) construentamental e Educação Infinali (Moranda Escolar rocurso PNAE) construentamental da Municipio de Califorte do Prefetto.

ove reals e novemba contavos

VALOR: R\$ 139,666,71 (cento trima nove mil seiscontes sessenta seis reais e serenta turn

eznantos) VIGÉNCIA: 12 meses

05 - Fundo Municipal de Associata i Social 05.11 - Secretaria de Associata i Social, Trabalho e Habitação 08.24 | 008+2.679 - Bloro de Proteção Social, Especial de Afra Complexidade Casa

63 - Fundo Municipal de Sau

63.13 - Sourcema de Sande Prita -

93.11 - Socretaria de Sande Putrem 10.301.0014-2.052 - Blaco Gestão SUS 3.3.90.30.00 - Material de Consutto 93 - Fundo Municipal de Sande 65 (3 - Secretaria de Sande Pública 10.304.0014-2.057 - Bloco Vigilância em So 3.3.90.30.00 - Material de Consutto

3.3.90.36.00 - Material de Co

23.90.30.09 - Material de Consumo
92. - Poder Executivo
92.00- Secretaria de Edinação, Cuitura, Espurte e Luzer
12.306.0677-2.016 - Edanutenello do Mercado Cacolas Fundamentol

7.3.90.30.00 - Material de Consum

N.S. NO. S. C. Marina de Constante
 12 - Podor Executivo
 12.10 - Secretario de Educação, Cuitura, Esporte e Lezer
 12.361.9619-2.018 - Manustração do Etudo Fundamental

1.3.90.30.00 - Material de Consur

82 - Profer Executive

H - Sarretaria de Educação, Cultura, Esporte e Larer
 565,0674,2,076 - Manutração do Ensino Infantit Creche
 90,36,00 - Material de Consumo

12 - Poder Executivo

na – Front Frederico 92, 10 – Secretoria de Educação, Cultura, Esperte e Lazer 12,365,0074,2,066 — Manutenção do Eristro Infuntii Pré Escola 3,3,90,31,60 — Material de Constum

102 - Poder Executivo
102 - Poder Executivo
103 - 10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
12 365 0077 2 917 - Manutempão da Mérendo Escolar Infantil Creche

Del Poder Escoutive

92.10 - Secretaria de Estacação, Cultura, Esporte e Lazer

12.365.0077.2.920 - Manutemão da Mezendo Escolar Infantii Pre Escola

3.390.30.09 - Material de Consumo

3.3.90.30.00 - Menerial de Constanto

07 - Poder Fonction

us - recon recontrete 20:44 - Secretaria de Administração e Caverno 64 122 0002-2004 - Manutenção das Atroidades da Secretaria de Controle e Gestão 3:3:90 30:05 - Material do Consumo

82 - Poder Executivo

62 9! - Gabinete du Porfect. 94 (22.0002-2.002 - Manutampão das Atividades do Cabando do Prefeito 3.3-90.30.00 - Material de Censumo

82 - Posler Executive

20 12 - Secretaria de Infraestrutura Meso Ambrente e Desenvolvimento Reonômico 15.482.0017-2.035 - Manutenção das Atividades da Gerencia de Desenvolvimento Urbano

e Estados Vicinose 3.96.30.00 - Material de Consumo

62 - Poder Executive

32 - POUT EXECUÇÃO 92.12 - Secretaria de Tefraesmutana, Meio Ambiente e Desenval rimento Revnámico 23 542.0021 - 2 076 - Manatenção das Atividados do Meio Ambiente e Desenvalvin

Económico 3.3.90.30 @ - Muterial de Consumo

3.3.9.3.0 (9) — Material de Censtune
DATA: 23 de Julho de 20:9
FORO: Comarca de Bersgarson - MS
SIGNATÁRIOS: St. Cacilde Dugno Parcina pela Contintante.
Sm. Duice Aperecula Marques pela Communante - Sm., Catriella Maria Rodrigues de Lima pela Contintante - St. Oxide Disso Led pela Contratante - Sm. Kéria Cristina da Silva pela Contintante - Sm. St. Kéria da Silva pela Contintante - Sm. St. Kéria da Silva pela Contintante - Sm. St. Kéria da Silva pela Contintante - Sm. Anterio Gilveira nela Contratation - Sm. Keria pela Contintante - Sm. Calabra pela Contintante - Sm. Calabra pela Contintante - Sm. Antario Gilveira nela Contintante - Sm. Antario Gilveira nela Contintante -

Magnes Polo pela Contratame - Sa Antonio Oliveira pela Contratame EXTRATO DA 3º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Nº. 016/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2019

MODALIDADE PRECIAO PRESENTANTA Nº (MAZOTE)
CONTRATANTE Municipio de Sante Riu de Pardo -- MS
CONTRATADA: Guior & Cia Lota, -- PPP
GBETO: O presente termo term par objeto o finalidade O REGISTRO FORMAL DOS
MENORES PRECON OFERTADUS para a Aquistação de Maternal de Consumo e Mate
de Limpoza, para atendar em vários depertamentos e esgãos do Municipio de Samb

VALOR: RS 669,462.23 (sescentes novemb nove mil quatrocentes sessenta deis reals e

PORCE: Comurca de Bataguassa - MS SUBVATARIOS: Sr. Cocidio Dagno Pertura pela Coutrolinate - Sm. Duke Aportecido Mar-quas pela Contracta - Sm. Galricia Maria Rodrigues de Lima pela Contratante - St. Uniel Dan Leal pela Contratante - Sta. Kátio Cristina da Silva pela Contratante - Sr. José Messias de Souza pela Contratante - Sr. Marcelo Gulant pela Contratada

vinto trés centavos) VIGÊNCIA: 12 meses DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19/14/AO/ PK, AMENIARIA 16 - Pundo Municipal de Assintânca Social 65/11 - Socretaria de Assintância Social, Trabulho e Habitação 68/12/20085-2/071 - Bloco de Financiamento da Gostão SUAS S. 10.30 00 - Material de Consumo
 Franco Material de Consumo
 Franco Material de Consumo
 Septembro Material de Assistência Social
 Septembro de Assistência Social, Trabalho e Habitação 68 241 0004-2079 - Bloco de Prot. Soc. Syn. Aira Crampl. Casa de Acella. (Terceira Idade) 3 5.90 30.00 - Material de Consumo 95 - Fundo Municipal de Assistència Social 05 11 - Seuretario de Assistêncio Social, Trabalto e Habitação 10x.244.0002-2.072 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Biolog 3,3,90,36,00 - Statemal de Consumo Sando Municipal de Saúde
 Sando Municipal de Saúde
 Sando Secretaria de Saúde Pública
 10,001,0014-2,052 - Bleco Gendo SUS
 2,350,30,00 - Material de Censumo 03 - Fundo Monicipal de Saide 10.713 - Secretaria de Saúde Pública 10.704.0014-2.057 - Eleco Vigilância em Saude 3.3.90.30.09 - Material de Consumo 82 - Peder Executivo 52 04 - Sportserin de Administração e Governo 64 177 0007-7 904 - Manutemeño des Atividades da Secretario de Controle e Gestão 90 30.00 - Material de Consumo 02 - Poder Executivo 02 10 - Socretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12 S61.0010-2.018 - Manutenção do Ensino Fundamenta 3.3 90 30,00 - Materiel de Constanto 02 - Poder Executivo uz - rouer executivo 02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.965.00742.926 - Manutenção do Ensino Infantii Credie 3.3.90.30.00 - Material de Consumo 02 - Peder Executive 22.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.365.0074.2.066 - Manutencilo do Ensino Infantii Pre Escola 3.3.90.30.00 - Material de Consumo DE Poder Foressivo

02.12 - Secretaria de Infraestrutura, Mon Antivierte e Deservolvimento Econômico
15.452.0017-2.035 - Manut. Ariv. Gerencia de Deservolvimento Urbano e Estradas Vi-3.3 90.30.00 - Material de Constitut 02-12 - Secretaria de Infraestratura, Meio Attiburate e Desenvolvimento Econômico 02-12 - Secretaria de Infraestratura, Meio Attiburate e Desenvolvimento Econômico 23-342,0021 - 2,076 - Manut, Alividades do Meio Attiburate a Desenvolvimento Econô-DATA: 25 de Julho de 2019

contrapartida de Município e Gabinete do Prefeito VENCEDORES

cumoroso. KPS Comércio de Alimentos e Serviços Luta— Runs: 14,15,10,27,28,30,33,42,48,54,55,59,74,84,85 e 165. VALOR: RS 209 780,05 (dutamber nova mil setecentos obenta seis maio a cinco controva)

Vaquen & Maquen Lida - EPP - Items: 99.
VALOR: R\$ 13,339,90 (arese mi), trezentos e trinta nove o Oliveira & Mafra Hardfutigranjeims Lufa. - ME - Items 2,3,10,12,20,22,39,43,49,67,77,90,93,97 e 105.

VRAINCUS: 12 mesos
DOTAC/AO CRCAMENTÁRIA:
05 – Fundo Municipal de Assistência Social
05 11 – Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação
08 12 – 085-2 07 1 – Blozo de Financiamento de Gesido SUAS
3,3-90,0-00 – Material de Carrumno

de Acolleimento (Terceira Idade) 3.3,90.30,60 - Material de Consumo



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ELO CARROLLO DE COMPANDO DE MATO GROSSO DO SUL ELO CARROLLO DE C

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 107/2020, DE 15 DE MAIO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

Rubrica

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República;

e,

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavirus e objetivando a proteção da coletividade;

- Pag



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

- Art. 1°. Ficam estendidas até o dia 30 de junho de 2020, as disposições do **DECRETO Nº 070/2020**, **DE 02 DE ABRIL DE 2.020**, assim como dos demais decretos que dispõem sobre a situação excepcional em saúde pública instituídos neste Município, no que se refere às datas de restrição à circulação de pessoas e atividades no âmbito desta Municipalidade.
- Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições acerca do estado excepcional de emergência em saúde pública, nos termos dos decretos e instrumentos normativos já editados.
- Art. 3°. Ficam acrescidas as seguintes medidas obrigatórias no âmbito deste Município, para fins de enfrentamento da covid19 coronavirus:
 - I Torna obrigatório o uso massivo de máscaras para as pessoas quando em circulação, especialmente a pé, nas vias urbanas desta localidade, sendo obrigatório e imprescindível o uso da máscara ou a cobertura de nariz e boca enquanto circularem pelas vias urbanas ruas desta urbe;
 - II Restaurantes proprietários e gestores de restaurantes e atividades correlatas, deverão fazer controle para que apenas uma pessoa por vez se sirva, ou, alternativamente, apenas um colaborador sirva a alimentação aos clientes, de modo a manter o distanciamento e evitar aglomeração e a disseminação do vírus, se aplicando a restaurantes, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e afins;
 - III Supermercados e mercearias deverão limitar o acesso de clientes ao seu interior, devendo cada estabelecimento definir o número máximo de clientes de modo a cumprir as regras de distanciamento, e, na hipótese de descumprimento da medida, a fiscalização imporá sanções administrativas como advertências, multas e até o fechamento do estabelecimento pelo descumprimento das medidas sanitárias determinadas ao enfrentamento da pandemia;
 - IV Fica vedada a aglomeração em qualquer circunstância, inclusive em residências, com o recebimento de pessoas (visitas) não residentes na unidade habitacional respectiva, devendo a fiscalização ser acionada por qualquer popular ou de ofício por qualquer autoridade pública, na hipótese de identificação de aglomerações, festividades, confraternização, ou qualquer espécie de reunião que não seja da própria unidade familiar e os respectivos residentes daquele local, como forma de evitar a disseminação do vírus;
 - W Fica terminantemente proibida a tradição da roda de tereré, roda de chimarrão ou afins em ambiente público ou privado, podendo haver o consumo individual, de modo a que não haja aglomeração e sem o compartilhamento de bombas, canudos e afins, de modo a que se evite a disseminação do prus;

Ddn A



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

VI - Fica terminantemente proibida a tradição da roda de consumo de bebidas alcoólicas ou não alcoólicas em qualquer ambiente público ou privado, devendo, na hipótese de estar aberto o estabelecimento que as comercialize, providenciar que mesas e cadeiras estejam dispostas de modo a ser respeitado o distanciamento mínimo de 2,00m entre uma mesa e outra e uma pessoa e outra, assim como as cadeiras, não podendo haver aglomerações ou aproximação de pessoas em distâncias inferiores a 2,00m, de modo a que se evite a possibilidade de disseminação do vírus;

VII - Manter a realização do concurso público de provas e títulos previsto para o dia 21/06/2020, devendo o ensalamento observar o distanciamento mínimo de 2,00m x 2,00m, entre cada uma das carteiras onde se sentarão os candidatos, devendo a entidade responsável pela realização do concurso observar todas as disposições acerca das medidas de enfrentamento deste Município da covid-19 coronavirus;

VIII - Transporte de Funcionários/Colaboradores em ônibus, vans, veículos similares deverá ser realizado com todos coletivos 6 trabalhadores/colaboradores ou usuários do servico de obrigatoriamente fazendo uso enquanto no interior do veículo de máscara ou com o nariz e boca cobertos por pano ou similar, bem como sendo obrigatória a presenca de álcool 70% para higienização e assepsia dos usuários do sistema de transporte, devendo, igualmente, a empresa transportadora ser responsável pela higienização e assepsia constante e diária dos veículos, sob pena de imposição de penalidade e inclusive apreensão dos veículos pelo descumprimento das medidas sanitárias determinadas ao enfrentamento da pandemia;

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 15 de Maio de 2020.

ACILDO DAGNO PEREIR

Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

ELIAS SIB DA SILVA LIMA

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE

EMERSON PERALTA FIGUEIREDO

Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIEL DIAS LEKI

Secretaria de Administração e Governo - SEAG

100

Rubrica

Município de Santa Rita do Pardo - MS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 088/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 046/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 017/2019 ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº, 006/2019

sicipio de Santa Rita do Pardo - MS

CONTRATADA: Guian & Cia Lica. - EPP

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento do contrato o fornecimento de Aperaivos, para atender as Diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de nta Rite de Pardo MS.

VALOR: RS 23.065,65 (vinue três mái sessenta ciaco reais e sessenta ciaco centavos) VIGÉNCIA: 11 de Maio de 2020 à 11 de Novembro de 2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

05 - Fundo Municipal de Amistência Social

55:11 - Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Hubitação
 68:12:0085-2.071 - Bloco de financiamento da Gestão SUAS
 3.3.90.30.00 - Material de constino

05 - Fondo Municipal de Assistência Social

05.11 - Secretaria de Amissência Social, Trahallor e Habitação 68 244.0082-2.072 - Bioco de Financiamento da Proseção Social Básica

1 7 90 30 00 - Material de Consumo

05 - Fundo Municipal de Assistência Social

05.11 - Secretoria de Assistância Social, Trabalho e Habitação

08.244.0086-2.075 - Bloco de Financ, Gentão do Prog. Bolse Familia e do Cad.

3.3.90.30.00 - Material de Constano 03 - Fundo Municipal de Saude IFI 13 - Sportaria do Spido Pilnica 10.301.0014-2.052 - Bloco Gestão SUS

3.3.90.30.00 - Material de Consum

62 - Poder Executivo

(2.14 - Sacretaria de Administração e Govern

64.122.0022-2.004 — Mamutenção das Atividados Secretaria de Controle e Gestão 3.5.90.36.00 — Material de Consumo

02 - Poder Faccasiso

02.10 - Socretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 12.361.0010-2.018 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00 - Material de consume DATA: 11 de Maio de 2020

PORO: Comarca de Bauguassu - MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacido Dagno Pereira pela Contrata Sra. Dulce Aparecióa Manques pela Contratante Sr. Oziel Dius Leai pela Contratante

Srta, Kátia Cristino da Silva pela Contrata Sr. Marcelo Guiart pela Contratada

EXTRATO DA F PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 102/2019 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 843/2819

CONTRATANTE: Municipio de Santa Rita do Pardo - MS CONTRATADA: J M Machado retifica - Eireli - ME.

CONTRATADA: Prodente Distribuidore de Peças Ltdz.

OBJETO: O presente termo tem por objeto e finalidade O REGISTRO FORMAL DOS MENORES PREÇOS OFEKTADOS para o Futuro e Eveneual Contratação de empresa para prestação de serviços de reófica de motores com repo para diversor veicules portinentes a frota de Municipio de Santa Rita de Parite/MS. VENCEDORES.

J M Machado Retifica - Eireli - ME. - Re

Lote 2 - Material de Consumo: 4,5,6,7,8,9,10,11,13,17,18,19,20,23,26,27,28,29,30,32,41,42,43,45,46,47,49,50,51 e S2.

Lete 2 - Serviços: 1,23,12,14,15,16,21,22,24,25,31,33,34,35,36,37,38,39,40,44 c

Lote 3 - Material de Consumo: 1,4,5,6,7,8,9,11,15,16,17,18,19,23,24,25,26,27,30,3 1,32,33,34,35,36,37,38,39,40,44,45 e 46.

ore 3 - Serviços: 2.3.10.12.13.14.20.21.22.28.29.4142 c 43

VALOR: R\$ 44,160.25 (quarente quatro mil cem renis e vinte cinco centavos) te Distribuidora de Peças Ltda. - Itens.

Lote 1 - Material de Consumo: 123,45,678,919,11.12.13,14,15,16,17,18,19.202

1,22,23,24,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60 : 61 Lote 1 - Serviços: 25.26.27.28.29.30.31.32.33.34.35.36.37.38.39.40 c 41.

Liste 1 — Serviços: 29,40,41,43,47,59,31,32,33,54,33,33,35,39,37,40,611,22,33,44,15,16,17,32,23,34,25 Lote 4 — Material de Consumo: 1,23,4,67,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,22,23,24,25 26,27,28,29,30,36,37,40,41,43,44,45,46,48,50,51,52,55,54,57,61,70,72,73,74,e75. Lote 4 - Serviços: 5.18,19.20.21.31.32.33.34.35.38.39.42.47.49.55.54.58.59.60.62.6

VALOR- RS 74 900 11 eserceta guarro mil novecentos regio e onze cercavos. VIGÊNCIA: 12 meses

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

92 - Poder Exec

82.12 - Secretaria de Infraestronas. Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico 15.452.0017-2.035 - Manut. Afric Gerencia de Deserv. Urbano e Estradas Vicinais 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

fiz Male - DEFANS ON - DE grannes e No. Demos de Silve Mello - DEFANS SE) Na de Silve 1746 - Centro - CIP 79.690000 de de Mata Grasco da Sd

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

62 - Poder Executivo

82 18 - Sacretaria de Educacio, Cultura, Fanorte e Lazer

12.361.0011-2.019 - Manusenção do Transporte escalar Fundamental

\$ 3 90 30 00 - Material de Consumo

3.1.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessos Jurídica

DATA: 29 de Julho de 2019

PORO: Comarca de Rataguassu – MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante Sr. José Messiae de Souza pela Contratante

Srta, Kátia Cristina da Silva pela Contratante

Sc. José Matara Machado pela Coma

Sr. Luiz Forngado Firmano pola Contratada

EXTRATO DA P PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA

ATA DE RECESTRO DE PRECO Nº ALGORIO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 105/2019 MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL Nº MAUSEIG

CONTRATANTE: Municipio de Sente Rita de Pardo - MS CONTRATADA: AJV AR Conficientados Eiret: CONTRATADA: Electroinos Comercio de Equip ntos de Eletrônicos Eireli

CONTRATADA: MM Info o Magazine Lida - ME.

CONTRATADA: SKS Comercio de Moveis e Equipamen CONTRATADA Temperclima Refrigeração Eireli - EPP.

OBJETO: O presente termo tem por objeto e finalidade O REGISTRO FORMAL DOS MENORES PRECIOS OFFERTADOS para e funta e exempla de cultura d cipal de Saúde e da Secretaria de Educação, Cultura. Esporte e Lazer do município VENCEDORES:

AJV AR Condicionados Eireli - Itens: 1.

VALORES SO, 00.00 (congress to mil control registrocomos regis)

Electroines Comercies de Equipamentos de Electrónicos Eirel: - EPP - Itens: 5.

VALORE RS 3.120,00 (três mil cento e vinte regis)

MM info e Magazine Lida. — ME.— liens: 7 e 8.
VALOR:RS 17.140,00 (dezessete mil cento e quarenta recis) SKS Comercio de Moveis e Equipamentos Eireli. - lucas: 3.

VALOR RS 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais) aperelima Refrigeração Eireli - EPP. - Bens: 2,4 e 6.

VALOR:RS 31 350,00 feriada uma mil trazentos e cinquen

VIGENCIA: 12 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÂRIA: 03 – Fundo Municipal de Suúde

03.13 - Secretaria de Saude Pública

10.302.0007-1.076 - Bloca Investiga

4.4.90.52.00 - Equipmentos e Material Penna

02 - Poder Execution

02-10-cepta recentra de Educação, Cultura, Esporte e Lazor 12.361.0010-2.018 - Manatemplo do Ensino Fundamental

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Per

02 - Poder Execut

02.10 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazo

12.365 0074-2.026 - Manutenção do Ensino Infanti: Creche 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

DATA: 02 de Agosto de 2019

FORO: Comarcia de Basagnassu - MS SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contrata

Sea. Silmara de Souza Braga pela Contratante Seta. Rifeia Cristina da Silva pela Contratante

Sr. Bruno losud Martinspeta Contratente Sr. Eventor Ferreira Barbazapela Contrat

Sc. José Edmarcio Vietra pela Contratada.

St. Vinicius Alveres Lescempeta Contratada. St. Marieme Aparecida dos Santos Moreirapela Contratada.

EXTRATO DA 3º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PRECO Nº, 828/2819 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 196/2019 MODAL MADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2019

CONTRATANTE: Municipio de Senta Rita do Pando - MS CONTRATADA: MR Condeiro Comércio de Móveis Esreii - EPP

OBJETO: O prosense termo tem por objeto e finalidade O REGISTRO FORMAL DOS MENORES PREÇOS OFERTADOS para o Futuro e Eventual Aquisição de

Mobiliário Corporativo de Escritórios para o Paço Municipal. VALOR: RS 397.793.96 (trenentos novema sete mil setecentos Constant contant

VICIÊNCIA: 12 me

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

82 - Poster Executiva

172.64 - Scorctaria de Administração e Governo

84.122.0002-2.004 - Manutenção das Atividades Secretaria de Controle e Gestão

4.4.90.52.00 - Equipments : Material Permenente

DATA: 02 de Agosto de 2019

FORO: Comarca de Basaguasta - MS

SIGNATARIOS: Sr. Cacildo Dagno Percira pela Contratente

Sr. Oziel Dies Leul pela Contratante Sr. Florisval Salles Junior pela Contratada

EXTRATO DA P PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 021/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2019 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2019

CONTRATANTE: Municipio de Sento Rita do Pardo - MS
CONTRATANTE: Municipio de Sento Rita do Pardo - MS
CONTRATANA: Mariene Rosa de Jesus Presidente Pradente - FIPP
OBJETO: O presente termo tem por objeto e final/abde O REGISTRO FORMAL
DOS MENORES PREÇOS OFERTADOS paro o Faturo e Eventual Contratação de empresa para prestación de serviços de Piotagem com fornecimento de maquina Piot-er em regime de comodam, incluindo manutenção e tonner, para atender a adminis-tração Pública de Santa Rita do Pardo/MS.

VALOR: RS 54.000.00 (cinquenta e quatro mil reais)

VIGENCIA: 12 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

62 - Poder Executivo

02.12 - Secretaria de Infraestrutura, Melo Ambiente e Desenvolvimento Econômio 15.482.0017-2.035 - Manut. Ativ.Gerencia de Deserv. Urbano e Estradas Vicinais

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pesson Jurídica

DATA: 08 de Acosto de 2019

FORO: Camarca de Banquinera - MS SIGNATÁRIOS: St. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante

Sr. José Messius de Souza pela Contrataute Se Marcus Antonio Maniana de Jesus pela Cuntratada.

Contatos:

(67) 98143-9894 (67) 99682-4675



de de SANTA RIBA DO PARDAS, service de es nes em circula da Siguendo da Oceandada em Secido en de see in tacto de 2019/2/2014 sus Manie

MINISTERIO DE RAFTA RETA DO PARDO, MEDADO, L. THI ENGLISH CON ARTIST ST. & MEDICAN DE TOTO NO CONTROL SE EL SOL LICINIS (L. METINE ST. & MEDICAN DE CONSTRUIÇÃO F. MANDATURA C. ORGANIA PROPOSIÇÃO EL LANDA.

ada o deser de si Municipio salar peta salab mun Scinsono I, de unido 172, de Lei Orato

Mary sto Pareto, Maria Circums do Must man 1 6 for M

(, Citato Diceo mining-o VE





RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO.

FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 115/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2.020.

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS -COVID-19.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos e financeiros com os governos Federal, Estaduais e Municipais, para enfrentamento da pandemia do covid-19;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando o disposto no DECRETO Nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que Decretou Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o disposto na PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020, do MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, que Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19);

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que estabelece de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus;

Considerando a notória escala nacional da pandemia objeto dos sobreditos atos legislativos e administrativos:

Considerando que o Estado de Mato Grosso do Sul, decretou o ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, cuja situação foi reconhecida pela união federal através da PORPARIA Nº 870, DE 7 DE ABRIL DE 2020, que expressamente "Reconhece o Estado de Catamidade Pública no Estado de Mato Grosso do Sul/MS":



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO-A-FONE (067) 3591-1123 Rubrica

69

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020, onde o Congresso Nacional "Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a **OCORRÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020";

Considerando o disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações;

e

Considerando que, em decorrência das ações emergenciais necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, as finanças públicas e as metas fiscais estabelecidas para o presente exercício poderão restar gravemente comprometidas no Município, assim como as metas de arrecadação de tributos, pela redução da atividade econômica;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estado de calamidade pública para todos os fins de direito no Município de Santa Rita do Pardo – MS.

Art. 2º Ficam mantidas as disposições contidas na declaração de situação de emergência de que trata o **DECRETO** Nº 061/2020, **DE 17 DE MARÇO DE 2.020**, e todos os demais instrumentos normativos e as demais medidas administrativas de enfrentamento ao covid-19 coronavirus.

Art. 3º O Poder Executivo solicitará, por meio de mensagem a ser enviada à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o reconhecimento do estado de calamidade pública para os fins do disposto no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

A Sor na data de sua publicação



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO-A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 01 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

DULCE APARECIDA MARQUES

Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH

SIB DA SILVA LIMA

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEIMADE

EMERSON PERALTA FAGUEIREDO

Secretário de Finanças e Planejamento - SEFIP

A RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

A CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

OZIG DIAS LEAL

Secretaria de Administração e Governo - SEAG

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Processo Administrativo a.º 86 Tamada de Prepos a.º 919/2020

Tamada de Propos a.º 910/2029.

Objette Contratação de impress especializadas para implemenções de redes de dromagem de águas plaviado can discresso puestas dia extrados vicinados de Naudelpio de Vasato Rito de Parta-Mili, cuantra foreme projeto inítica, asemenfal describivo e plavalida quantitativa, parte integramen deste Editad.

Cadado a prosento inestramante de auxilior foi marios vicinavas organismos des del ampress Constructivo de auxilior de marios vicinavas de Sucra Rita do Partio - Mili que em sessido de júgicamenta realizada, junta a Tornado de Procos a. 8 (9/2000), cuya objeto fixado e "Construtação las empress especializada para implementação de redos de directoria de câme de apresenta-pocializada para implementação de redos de directoria de câme de apresenta-pocializada para implementação de redos de directoria de câme de apresenta-Precos a 1918/2019, cupo organo extenso e comanzano esta composito de procesión de para implantación de motos de deconquem de águas plas cais em disternos pontes das entradas vecinario de Mensiopio de Santos Ritto do Pantio/MS, conforme projeto básico, mensicial desecutivo e planifilas do Particolos, conforme projeto basico, numero de Sesta i reta do Particolos, conforme projeto basico, numerosal descrivo e pisatilha quemititativa, parte interprate depte Editer 1 mabilisma e meema em face de não ser aprosentado o Certificado de Registro Calasteral - CRC junto.

the front series partie integration or on the designation Catalogue de fails our agreementado o Certificación de Registro Catalogue esta Prefetitura neut assistantera da sócion esta Perfetitura neut assistantera da sócion de Adac a recontrerio, con silvecto, que a l'ammada Permanente de L'octapo de reception de recontrerio actual de contrerio de Registro de Permanente de decumento a manada como certificación de Registro de Permanente de proposition que per se trata de um metro Certificación presential de resistantera que per se trata de um metro Certificación presential de resistantera pur present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por present alternas de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por presentante de proprior que "cortifica" o storio de proprior que "cortifica" o storio de sessinatura por presentante de proprior que "cortifica" o storio de presentante de proprior que "cortifica" o storio de presentante por presentante de proprior que contrato Lichardes te ras sádo chemas mente farmafista mem

pela outre impresa panticipante do ano decerres in altita o exercisivo de tal directo, sobrevindo, assim, para o mercanio das prerespaisos constantes do artigo 10%, 64%, da Lei 1 ederal z. 8.666/93, o espediente supromercionado, oportonizendo à Cumissão Permar gior a criminal justo di retribução acerca de decisão havida em acede de proposição realizada.

Fio brava relato do nacessário.

to:
Aponta o reconnente, em Santa, que, a seu juizo, hastive um equitivo-o da
Comissión Permanente de Lienapies da Prefeitura Manicipie de Sonta
Rita de Pardo-MS parto à decisia emisión em seculo de jugarente
restanda se procedimento de l'omanta de Proper, no 101 2203 na dia
1345/2020 em imphistar a empresa Construíane Engentaria Lieta, anque in exceto pela falla de avelamento estácio junto so decumento estanda de controlamento. Pele propensa esta emissão camo Centrálica de Reputato Calastart—Telle, proquento, sob
seu emissión esta o Centrálica de Reputato Calastart—Telle, procupanto, sob
seu emissión esta de propen a maistrea, proceitadina de constituira
por cresso diversa de pulpera que "rectifica" o seo.
Ato centismo, sisola que funcional di apostentação de contratarbo, consistente por de parto de pulpera de la pulpera de contratarbo.

Ato centismo, sisola que funcional di apostentação de contratarbo.

Telestarios de parto de pulpera de la processión parto de procedimento,
consistente de parto de astalector o fine escreptivo de procedimento,

per o me escorreite do procedi

Pois bem.

De uma ensilise pertinacionis dos expansentos trazidos a análise, é per-miento ovarelari que ha placolibilidade no emandeatação conrada pela cospersa neoromate, esta que, de lina, a decidio desas Conrada Perma-erante de Licitações, em um petinesto metamas, pode ser pressiguido demestedamente o formalismo quando da sessão de julgamento tradi-anda em determento da bosto por uma ampla conspectivo-diede, e, con-squantemente, pela nociliare opoque atribuíred no chapeto.

Tem pouque, metihor apreciando o propistico insto an Cartificado de Registro Cadastral, providor-se que de crasica, de certa forma, para Administração cartificar que » emenous numero cum caste da con-

negonie sumanam, provincios que en expessa numpre cum pate da con-dicios de habilitação de manera préssa, tido acude menare que, por en matar de mu são particulamente incarregado ao órgão contratorro são particulamente escarrogado ao órgão contriptio-nistic em instituição das empresas licinates, influencio o assimilada do shelo de empresa participante, a rigor, aria o cualcido do duramento, de conser emisentemente porque a mera assissana se em meta alteraria o cunterido de dorumento, de cariore cum maisracid de Asimonistração.

Alha, notas tentidos, cos abribariamos ao emendimento já Alha, notas tentidos, esta abribariamos ao emendimento ser "illegia" i

nelo Tribunal de Centro de Umão con suberra ser "ilenti a existência. peto Tritumal de Cource de Unido que salorem ser "illegal a visigência, como documento de Indivitación, de confidende de registro extantal (CRC). A faculdada legal de aprecentação de CRC rido pode se conver-tor um obtigação, de forma a renvingar a competibilidade dos contantes ao autoritos compresas cubentados." Ademais, no que opuranta, seas Comunido Permanente de Licenções redesta acontalizações como legislações de Licenções redesta acontalizações como legislações de Licenções

poderia, eventualemente, estas inabilitanção anta licitator não por uma puraliment enhammente no asparate de sallo destre constituia juridicia, sitemore complemies frequencies, figual ou mahalbileta para mouran e civicio

cum, sum, por tense formatidade, quisçà, desarcocsièrat.
Poutro desso, curso bem siegno o receverate pederia cutar agindo dous de excussos formatientes me perçitor à compativiçade de certame, que, implicamente, poderar restor asportado contro e collumente de meio de unto proposta visando a adjudiração do objeto.
Ou seia, sessa perspectiva, o internesse público poderar restar previolendo es busca perspectiva, o internesse público poderar restar previolendo es busca pede melhos proporta, que, indusviduamente è o permedia objetivo ristin de sem silvidação pública, por pristinatava a moderardas, porquanto, estem já dito, não se tunto de pendências transmissorares mas consideras juntidades juntidades, aconstituições juntidades a consecutado de mayeras.

Em semido linatariyo, convém transcroveranos os procedentes de 15-bunal Regional Fodoral da 1º Região e da 2º Região, respectivamente,

sobre a questilo ora embalcoda, sendo vejamos: ADMENISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO. NORMAS EDITALICIAS PALTA DE APRESENTAÇÃO DE DE-CLARAÇÃO CONCORDANDO COM OS TERMOS DO EDITAL MERA IRREGULARIDADE, PONOCÍPIO DA RAZUABILIDADE ADSENCIA DE PRELÍZIO A ADMINISTRAÇÃO E AOS DEMAIS ADSÉNITA DE PREUZEO Á ADMINSTRAÇÃO E ATÓ DEMAS CONCORRENTES, 3 - Em que pues a vinculação da Administração Pásicia e dos subministrados aos termos do legislação, dos provições a de citado de tagonaria dos comame público, atéromo o principios da racembidade a devidencialidação de empreus, que pode protectar en cuedo temadistração de devidencialidação, quando recue integrada ou ocuca femalicano, comes ou caso dos atomes, em que, appear da extigência defendamento a sociação e subministra a todas os tentos e condições de efectos de acomestica do estado de entre de acomestica de entre quando al oriente pode que que que pode que acomesto de acomestica do entre que de efectos que de efectos de acomesto de acomesto de citado a destra (0.4 do Estad que dispira. "A participação os successivos pode que a mismo para o condições de todos os termos, em presente productiva a integrada condicional adolectos de todos os termos, em tempo a mismos de condicional adolectos de todos os termos, mento implica na integral e condicional acolinete de todos os termos, clásculos e candições deste Editab e de seus atentos". E - Rentesta obide desponada (TRF-1-REO: 1506 RR 2984.42 to 001546-4, Re lator DESEMBARGADUR PEDERAL SCRIZA PRODENTE, Des

inton DESEMBARIADOR FEDERAL SOUZA PRODENTE, DAS de Jaigmentes, 24/197085, SEATA TURMA, DAS GEPUBLICOS USBITORS CORTE PASS.

ADMINISTRATIVO - ENTRAÇÃO - ABERTURA DE ENVELD-PES, EXCESSO DE FORBILLISMO - ERROS SANÁVEL, - PERN-CIPIO DA RAZDARILITADE. E Transes de Remora Necesserio santos de Manadad de Regionação interposa por HINDFAR IND. E COM: DE PRODETOS HOSPITALARES LIZIA « PEM INDOS-TRAL SANGETURO & ITAN. Nº GOO dE CONTRO A CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO & ITAN. Nº GOO DE CONTROL DE LIZIA SANGETURO DE LIZIA DE LIZIA SANGETURO DE LIZIA DE LIZIA SANGETURO DE E COM, DE PRODUCTOS INTERPLACACION DELLA CERTIFICACIONE PER ENCODERE PER ENCODERE PER ENCODERE DE PRODUCTION DE PRODUCTION DE PRODUCTION DE PRODUCTION DE PRODUCTION DE PRODUCTION DE REPORTANTO DE PRODUCTION DE PR

as demais locitaries. El-Objetivarata as impetentates sont o mandomer a semilió da decisió administrativa que objeto aberture das peopositas de memo ano as duas comencias imperimentos construcidamentos lances a sersión de describó automatente que obstata abertuar des proposatos de protos que a dura compresa importantes que quivandadimente liner-nam nos errecispos destinandos à describantentella de habilitacido. a fim de atregator quin a parte imperando consideranse os refesidos protos trapocialmentes proposion semi impor una rigor formali cuarcieros actor procedimento, es que o diegado equívicos irros à deudesenfacições de anobas na lacidado promovidos polo Foccida Cortas de Arrendos de anobas na lacidado promovidos polo Foccida Cortas de Arrendos de contratos de Propilo err 412/2018/S-V-HC-ADOPA, ITI- Corta que a Adord-cierando. Semante de Edicado de Secial Cortas de Arrendos polos a la Edicado de Propilo err 412/2018/S-V-HC-ADOPA, ITI- Corta que a Adord-cierando. Semante de Edicado de Secial Cortas de Arrendos contratos. sistinação, em tresa de licitação, está vinentada as como se e condicãos compositions on Fideral Carlot Models Lan. 411, c. consciplings to a comocionales no Tárina (C.C. in. 8,0669), an. 41), c, capocialmente, ao frança las alguliadas e tial entre contrado, en historiago ao se principio da accedidadade, revisigar de forma estacatada o rigor formal. Nº. O capis con comercido pedas freguencas de remes de contrado de crevelinges com os decrimentos pedas a Replanta de Asistinação e à proposa, de propio salo troute prejuizas à regularidada ou fictuação e tratamio es de creve santicol. V. Negado positionente à Remana Necessarias, (1978-1988).

- REDO: 2009/51010042776 81 2009/510104277-6, Redotor Defensaria de Constante de Cons agaster Federal RALDENIO BONIFACIO COSTA. Data de Julios mour recommendation description Cookie, tota de langue on 1841/2010, Olitavia, Tuttavia Especia, Cazada, Fora de licação e 1397/28; - Datar-18 11/2010 - Highina (25%) antino, à har d'un procedentes supremientariorities, herri come das indi-es de que a habilitação da empresa Consumilario Engonhama Lidav es de que a habilitação da empresa Consumilario Engonhama Lidav

poderá homenagos: cierivamente e bases pele proposte meio var re se orgán, les por bem em recomesione vas institutecias, delab mac realizada no dia 1345 3029, e ap que encopora o los producios de la parte (MR) bata o adoquimento que gene que apartera o se 1000/2020 y 14 parte (MR) bata o adiminento que gene que apartera o se 1000/2020 y 100/2020 por la partera de la composição de la partera o se 100/2020 y 100/2020 y 14 partera de consenta no com 100/20 parter de partera o se 100/2020 y 100/2020 y 14 parter de partera de la composição de partera de la composição de la

Santa Rita do Pardo - MS, 26 de anajo de 2020. MAIANY SANTOS DA SUVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICTIAÇÕES

O Manichiro de Santa Rez do Parcio - MS, arranis da Progenira esi-cial, normosa as licinanzes, Multiboro Comercial de Produces Hospi cul, convoca se lectiment, Materiary Comercial de Prostinus Honge Halans LIDA, inscriss volo o CNP1: 2-421, 241 [1900] - 25 classificador como segunda colocoda so com 37 de Progão Prosencial Nº 60/3091, Processo Administrativos Nº 42/2019, que tem por olições registro de process para fictores e constitui aquisições de sanciacamentos hospitalares para sacundar a Unidadar Missa Novos Senhous do Propérios Secono, para se manifestar a respecto de assentir o isent vencidanter mermato se manifestar a respecto de assentir o isent vencidanter mermato. para aucunar a Umaniar Misias Niesis Sentient de Purptire Section, para se manifestar a respecto de assistario i niera trenchianem trienma condições que empresa Centermodi Consercio de Produtes Bospito-larem UTAX, em vietode da Decividanca contratant como a mentra. Um praza para manifestação de del Sy (escos) dias distos a contra de data de publicação destre Se no passar dos das raiso fouver masurfamação des conservados, con administrações de Securios dias distos de contra de productiva destre Se no passar dos das raiso fouver masurfamação des conservados, con administrações de securios de conservados.

32 - Azistromeina suspensão 600 mg/ 15mis - valor R\$6.40 Santa Rito do Pardo - MSJ01 de junho de 2020.

CONVOCAÇÃO DE 2 COLOCABAS

O Minicipio de Santa Rita do Pando - MS, anavés da Prepoeira oficial O Minicipio de Susta Rita do Prado — M.S., activis, da Prepoetim oficial, convos as lucitades. De Bort Destribuishie de Producta Seldius-Historia con con as lucitades. Per Bort Destribuishie de Producta Seldius-Historia de CNPE 18.487.7350001-10 a 4 unigina Pranseval Etref, inscrita sobo o CNPE 30.776.7440001-15, auchist chevolicitades como agrandas colocitation em vivino acos de Pregio Precupitado Seldiusi anticipio de Instituto de Pregio Precupitado de materiais insepirativa, para areude as derivapas madelos de societario de sauto de manciejos de Sunta Rita de Pardo — MS, para se mantificazarem a respeto de causantir os itens venculaturas membra consigiões que empreso Dific Distribuidos de Modelamentos ETDA, em virtade da Desustência contratado con a musem. O primo para ministração de de 65 feimes) dias úticis a contar da data de publicação deses. Se an pesase dor dias die Sectore resultariações dos elevantados, esta administração contridera donos exposta negativas dae ficiantes respectoras entratorias dos ficiantes entraventados.

controcales.
133- Langel descartivel 1,00×0,90 Pet c/10 asidades velor R\$10,90,
142- Lange Procedimentors Grande es c/100 valor R\$13,90
143- Lanus Procedimentors Média es c/100 valor R\$13,90
144- 1 axus Procedimentos Pequena es c/100 valor R\$13,90
Santa Rha Ja Patris - M\$(0) de junho de 2020
Maliany Santos da Silva

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1942/200

PROCESSO-ADMINISTRATIVO IN UNICAUM PREGAD PRESENTAL RP Nº 26/2020 D. Municipio de Sama Situ do Pardo-MS, por intermedio de sva Pre-greiro Oficial da Municipio e Equipe de Aport, unua público para condecimento do interessados que fan realizar Hostofio no Medizidade PREGAO PRESENCIAL RP nº 26/2072, osjo objeto relacio de propusta casis santajone para astronostração visuada a contratação de propusta casis santajone para astronostração visuada a contratação de dade PRILISAO PRESINATAL XI, III at 20-2001, copo compto estecato de propuesta nasia vantagias dei amministração vistadas a contratação de empreso que famece horas lutrácias citos fornace popas para manuferir do des morquinas pesadas, ao qual nesadera a treta do Desenvolviamento Urbano a Estandam Vicinais des municipios de Santa Rita de Pardo – MS. Das conformidade com a edital o sens anexas, parte infogranda de licitação em engande Data de Abermas 1906/7023 as 67-600 horas (horario nícial do estade de Mano Groso de Sall, O Edital e sus anexas autoras con care con compte de compt os puderão ser entirados na socie da Prefeirana de Santo Rita do Produ - MS, situada en Rua Marechal Floriano Peixeno 910 Centro s pelo Sone 67 3591 1121, no ponel de tra transcentación dopendo ensegotetro en através

pein EMAIL Sectement portuntaritus pardo um gorbo Samu Rim do Pardo - MS, 81 de junho de 2020. MAIANY SANTOS DA SENA

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISOS DE LICTIAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2018
PREGIÃO PRESENCIAL Nº 27/2019
O Manciego de Santo Rila do Pardo-Mô, por internación de ata Presouro Olicial do Manciego de Paglos de Apole, teora publica pum confociantes des menerosales que firá tentizar historias su histodidade PREGIÃO PRESENCIAL el "27/2010, cujo relacia e aprinciple de melecularioras para disorbivojo grantos arroyas de Formácia Bisca de unividação de consideração de consideração de su desta de consideração de su mancia de la consideração de su consideração para de surberção. Data de Administração de 100 de 200 de 2 de municipio: Em conformidade com o olítil é seus siteixos, parte response de historial em espriante. Desa de Aberman. 27 dos 2000. Octob horas (incario oficial de crisado de Maso Grussa do Salli. O Edil e seus Ameros poderés se metinados na salte da Preferiora de Salli. O Edil de Parto No. A Francis na Contra Reconstruir de Parto Marco A Francis Na Contra Reconstruir de Parto Reconstruir de município warm.sarrariastopardo na gordo os surgiós de sola polo EMAR. licitaranospio/sarrarianopardo magos, ir., Santa Rata do Pardo - MS, 91 de junho de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

CONVOCAÇÃO DE P COLOCADAS

O Municipio de hanta Rita de Pardo - MS, através da Pregnelin, oficial, convoca na incincuese, Multiliang Comercial de Produce Harpinaleus LTDA, inscrita año e CNP1-32-221-4210001-42. Modificia Com, de Prod. Hosperialeuse LTDA, inscrita no CNP1-28-438,133-5001-40, C Lessos Distribuadora Hosp. Eureli, inscrita no CNP1-18-722-632-0091-79 a COnternado Comercia de Productor (Losperialeuse LTDA, meurin no CNP2-63-632-0090-0091-70, cinnificadora curto españaleus cafecacia-DAN INTERPOCACION WIRELAND, Consenticates contro segmento control actor vision sente de Progita Presentación N° 07, 2015, Processos Administrativa N° 142/2019, que tent por objeto registro de propos para fisis o eventual aquistação de medicaturantes compresarante para sentido a Unidad Misra Notas Souteros de Propostos Souteros de proposto dos control para se manifesta trapações para se proposto de assurante ni tiem versidoras emercial conduções que empor Cintálion Produtos Caregioss 12DA, em varsade de Destribución se productivo de la selectiva de l transacio com a mesma. O premo para manifestación é de 95 (circos) das éteis a contar da data de publicação desse. Se ao possur dos diase não bouver manifestação dos commendos, esta asimetistação considera como responta negativa dos ficiliantes convocad Santa Rata do Pando - 585.01 de junho de 2020.

DECRETO IN 115 MA. DE 11 DE ALVIDO DE 2004. DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA NO MONICA.

PIO DE SANTA RITA DO PARIXO EM DECORRÊNCIA DA PAN DEMIA DO KOVO CORONAVIROS - CONTA-S

DEMI E DO NOVO CORONAVIRUS - COVID-19.

O PREFEITO DO MINICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESLADO DE MATO (ROSSO DO SUL, no seo des sua stribugides
legaris, que literado contendas polos artigas 23, inciso II. 20, inciso II. 2
mitgo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica
Minicipal, e detenso disponitivos legans.

Considerando a importans accessidade do integran tocursos heimanos
écicioses e financiações com se seguenas se Federal, Estaduris e Municipale,
para confentamento da pandemia do cuvida 19.

Considerando a Docturação de Emergênica em Nacio Pública de importáncia intermecionasi pelo (organização Mandial da Santice em 30 de
jandiro de 2020, ym decuardona da Inelecção Humano pelo invoi construiras desensas estados.

ando a Portorio nº 188 GM-248, de 4 de feren-

pelo aone comunicas CONTD-191; Considerando e dispose no DECRETO Nº 861/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2,020, que Decratou Situação de Emergência em Sainte Pública de importancia internacional descriverse de curvas iras res-ponsibilid pulo natio de 1814/2018, no Municipio de SANTA RITA DO potential pide units de DS142/038, en Manteque de SASATA RETA EU DRADO. e filipe sobre medidates de enficientament da pandemia pro-trocada pelo novo comunicia (COVID-16); l'amademado e disposa en BIPATARIA Nº 484, DE 26 DE MARCO. DE 2000, do MINISTRO DE ESTADO DA SACIDE, que Deciseo, em

tudo o tarritorio mecarial, o aredo de menomoção energentário do cu-

ske a t ei Federal nº 13,979, de 2020, que estabelece de m

de commenture.

Considerando a sociaria escale nacional da pactirma objeto dos sobrediros anos legistario ne cadministrativos:

Considerando que o Escado de Mara Ganaso do Sel, descretos o ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, una atraciso foi recursida
polo unida foderal atraces da PORTABIA Nº 780, DE 2 DE ABRIL DE
2020, que expresamente "Iteronisere o Estado de Calamidade Público.

2000, que capressemente "Reconlènce o Estado de Calamidade Público no Estado de Mate Crosso do SalaMS". Considerado que a culmara das Deputados, em 18 de março do 2020, e o Sesado Federal, em 20 de março de 2020, econleterado a entario-cir a de calamidade, público pare, en fine de artego 65, da Loi Compto-mentar Federal en 190, de 4 de marso de 2000. Considerando o DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020, onde o

Congresso Nacional "Recordicer, pura un fins do mi, 45 da Lei Com-plemente nº 101, de 4 de maio de 2000, a OCORREVITA DO ES-TADO DE CALAMIDADE PUBLICA, una transe de solutionido do Presidente da República executada por moio da Microgom nº 17. Presidante da República a de 18 de março de 2020";

andic or disposes no artises h5 da Loi Complementar Fosieral n 151 de 4 de maio de 2000 e suas alternobre

Considerando qual, em decombreia dos apides emergencias necessirias se refrentamente da pandema do estra Construeras — O (VID-19, as finanças públicas e en entrás financia estadocidas peta o procisos entra entra esta entra en

DECRETA

Act. 2º Ficar declarada estado de calamidade pública para todos os fías-de direito no Mantenpio de Santa Rétr do Pardo - MS... Art. 2º Ficara manidas as disposições considar na dociaração de si-

ce cumeno no securicipio de natura (natura) (1900-1905). Art. 2º Ficarin manudas as disposições considere na destoração de sistenção de essençieixa de de que trata a UECRETO Nº 661/2020, De 17 DE MARCO DE 2/0/0, e tudas as demais unatratorentes notractivas. e as derrais medidas administrativas de enfrentamento no covid-19

TO O Pedar Paccentico solicitura, por molo da recissigam a ser ca-da É Assembleia. Legislativa do Estada de Mato Groono do Sol, o nobecimento do estado de estambidos político para os fast do dis-tor o artigo 6 de La de Responsibilidade Facel - LEI COMPLIS-NTAR N° 191, DE 1 DE MARO DE 1990.

Art. 4" Este Decreto entre cua vigor de data de stas publicação. Publique-se Registro-se Comunique-se. Cumpra-se. Santa Rim do Pardo, Mata Grosso do Sal, nos 01 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PERETRA

Pudicia DULCE AFARECTIDA MARQUES Scenaria de Assañonia Social, Trabalico e Habração - SF A STM EL IAS SIB DA SILVA, LIMA Máis Americas e Florencológiques o

Secretaria de Infraestrutura, Meio Ammeste e Dorent olvimento Eco - SEMADE EMERSON PERALTA FREJEREIN

Secretário de Finanças e Manejamento - SEA IP CARRIELA MARÍA RUDRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Sande Público - SESP KÁTIA CRISTINA DA SILVA tária de Educação, Cultura, Especto e Lazer - SECEL OZDEL DIAS LEAL

metacik e Conema - SFAG

DECRETO Nº 119/2020, DE 01 DE JUNEO DE 2428.

Displic, no âmbito da administração pública regulação e da comunidade de NAVA SITA DO PARDO. Acena de recebidos complementos, temporarias e a prise compression em virtuale do Sistenção de Extençação situade Particias de importanção entranscional ocurrente de reconstruiros responsables pelo socto de 2019/2020, no Monacipio e dá.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ES-TADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legals, que thei são conferidos pelos artigos 23, inciso II, 36, inciso II, auti-atriao 37 o seguinas da Cansilásicalo Fodoral, hemicomo Loi Organico.

siderando e dever de o Ma ver a defesa samilina, nos se

Considerando, ano herman do antigo 10, incisos 1 e 11, e aregoo 3 r.c. 172, pieco 1, e 173, bados da Lo Deginiera do Municipiro, o dever destrutera en acuse de vigilidos adultar e producinológico, as obres de vigilidos adultare e producinológico, acusedo e rendicion preventivos quando alcançam rescos alemantes o procesidamente productivos considerando especialmente e Destinação de Eutergléncia cas Sande Patricia de Importancia Internacional peta Organização Menetal da Sande em 3 de apreses de 2020, en decembracia da Infecção Humana pelo acos concerviros (COVID-47).

Considerando a Portura e "188/GMAIS, da 4 de feverciro de 2020, cas Declaros Resonadas Control Saldo Pública de Importância Nacional nes de anigo IV, incisos I e II, e artig los da Los Organico de Municipio, e de:

Consucrames a Fortura et l'outrouvers, un et act acresi, que Declara finargelacia em Saiste Pública de Impuntira (Esque) pelo Missistério da Saiste, on decuerência de Indico

Espais peto Missestrio da Salade, esti tienestrianis de Infecção Hamaus, pedo novo comovarios (COVID-18); Consalerando a Declamção de Emergância em Salade, Púbbica de Im-portância Internacional podo Organização Minedad de Salade, em 39 de junctios de 2020, bem espais o Regulamento Sentiento Internacional, prosendando pelo Decreto Felteral de 10.212, de 30 de juncto de 2020. Considerando y questro disposto ne Diserto Monicipal nº 061/2020, De 17 DE MARIÇO DE 2.020, que declara Suanção de Emerganeia su Suido Pablier ao Manicipio de Senta Reia do Pedol-NS, em azabo de epidemia de sicença infecciona surá respirativa. « COVID-19, usu-sada pelo apuero Nevo Consociona. Considerando, sinde, su disposações do DECRETO Nº 10.222, DE 20 DE MARÇO DE 2003, que etimo e Decreto nº 10.202, de 20 de março de 2020, que regulamento a Les nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para infesta es corvivos públicos e as atividades es-senaras, havido pola Prosidencia de Reguldica; e Considerando que as apleos a sema implementadas diversa setia pola preservação de dispirable de das preserva e dos dispinos feveras, pelo preservação de dispirable das preserva e dos dispinos feveras, pelo preservação de dispirable das preserva e dos dispinos feveras, pelo preservação de dispirable das preservas e dos dispinos feveras, pelo oveto ne Docreto Manicio

preservação da diginidade das pessoas e dos diserios humanos, pol-responso à vida privada e poia nocessidade, adequação, respaintidade e proporcionalidade de tais multidas imediantes visando a contempão da

withda:

DE CRETA:
An. F.O enigo 9°, do DECRETO N° 8/6/2026, DF At DE MARCO
DE 2002, passa a vigorar com a registir miserio:
An. F. For advantacion o featurante, por tempo;
An. F. For advantacion o featurante, por tempo;
GUSTANO CASTELO BRANCO", dia parquer infanto, e do "Eliadido
TASTELO BRANCO", dia parquer infanto, e do "Eliadido
TASTELO BRANCO", dia parquer infanto, e do "Eliadido de Essuetes FLAVIO DERZIT

de Espacies FLAVIO DIRECT:

Parigratio único. Escapciolessació dispodo na capat diotto artigo no que se retiren à justa de Cameridad presente na "Area de Lane AFRÂNIO DE GUSMAO CASTRILO BRANCO", a qual fina liberanda para escapativa.

**Transportation de Castra de Branco de Castra de C scen de comisiónale ou carrida, mantenám-re a comincadade do eto dos demais equipassentos públicos existentes na referida iron de laver, mendamento parque estantil, quadras polici arren de convenireia, devendo estre de frequentadores da ministras evenda ser munida distincia de 2,00m (dois meto postas para curra, com o tias de ovias a distontinación du

do verzo.

Att. 2º O actigo 6º, capita, do DECRETO Nº 070/2020, DE 92 DE
ABRIL DE 2020, pasta a viginari con a seguinte redución
AL 6º Os buras, rescurranses, lauritomates, convenidación, espotrado,
tráless, fositandos, carriedos, reduciante a alian e complicares, por craites, frontanes, semantanes, convertantos, convertantos, televiralisto, televi rario o comunmo de qual-quier produtos, bebidas, abmentação e afins em suas dependências ou defronte ou pos atraderes de onde estripas estabelecidos, ado podendo em hipótese algunos barrer aglas de possoas nestes estabelecimientos, podendo necem mandidos de possons nontes estabolizamentas, prefendo recom mientalidas esclusivamente es atrividades de defirera jentrega dos pudados añá e case maiallado de pseudo, bem como podando haver a catendo de profesio tro canadociamento, a qualquer horbito, desde que observado uma persoa por vez para cada atendimento de testega e cué sepa giandado desdecia minimo de 200m (dede meteora) de unha pessoa para oudra na viplome de corrector a como laga, sendo, pada podem contra na viplome de corrector a comergo, o ende laga, sendo, pada podem contre coma dura sua sistema pessoa por sansa, de vendo se menso e o climates estarem guantas de distinciu minima de 2006 de 1908.

Art. F. Esta Deureto entre em vigor sia deba de sua patriticação, revogadas despectados o cumarios.

Principa-se, Registre-se, Communique-se, Compra-se, Sante Rita do Pardo, Mario Crosso do Sal, em 81 de junho de 2020. CACILIDO DAGNO PEREJRA

KATIA CRISTINA DA SELVA Secretario de Educação, Cultura, Españo o Larry — SECEL

AVISOS DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2828

PRICAD PRESENCIAL Nº 0547810

O Municipio de Sunta Rita do Parác-NS, por intermedio de Propueira

O Municipio de Sunta Rita do Parác-NS, por intermedio de Propueira

Unical de Municipio e Equipo de Apola, toma publico para veobetamento dos intermenados que frás realizar letração na ModaldadaPRICAS PRESINCIAL et 004/2030, cugo objeto e a aquisição de

Original de Companya materiais esportivos em genal para stender a demanda do Secretaria de Educação, Cultura, Espone e Luzer de Santa Rito do Pondo - MS. Data de Abertura: 1706/2020 as 04h e Ottenia (henirio oficial do estado de Mato Grosso do Sala, O Edital e seus Anexos pederão ser retirados, Mate Grosso do Salt. O Edital 2 state Americo poderilo va na secte da Profestiani de Sacta Rita de Partio-MS, standas nochal Floritano Petrono 910, Centro, informações pelo fo 1125, os pelos e-mal fecturanospolyamaninahonosido um gor state viverastaristidopartia um govir Santa Rita do Partio-MS, 40 de Jardin do 1025. MAJANY SANTOS DA SELVA PORTIOSITA DE PO

AMISOS DE LECHAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº HAZDON PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2010 Municipio de Sauci Ríza do Parto-MS, por incer

O Ministère de Susta Rici de Partic-MS, por intermolido de Progocira Oticusi do Mennejor e Equipo de Apoto, torno público para cenferenciorea dos interessados que ficia erabiera Entração na Medialidade PRESENCEAL et 125 2020, que objeto à a aquanção de PRESENCEAL et 125 2020, que objeto à a aquanção de Equipmenteito e messiras de consumo, para atendre os necessidades de discusso Unidades da Rede de Sarde Philipa Municipal de Sente Rita de Partio - MS. Data de Abectura 1280/2020 a 606 e 100m; Bartio de Partio - MS. Data de Abectura 1280/2020 a 606 e 100m; Bartio defendo set retinados, na soda de Partio - MS. de Sarte Prede de Sarte Rita de Partio-MS. situata na Ras Varcedul Finance Prisado 910, Cuerro, informações polo fore e 1390 i 123, ou pedo ercual licitacas aprilipantamidadopación na gonde de polo side vera supatariadopación na grobe polo side vera supatariadopación na grobe p Santa Rita do Parcio-MS, 51 de Junha do 2020.

MALANY SANTOS DA STEVA



RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETO Nº 119/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2.020.

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidas complementares, temporárias e ações emergenciais em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

Considerando o dever de o Município zelar pela saúde pública e promover a defesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais;

Considerando especialmente a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Municipio de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus;

Considerando, ainda, as disposições do DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020, que altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, havido pela Presidência da República; e

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visande a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

60

coletividade; 2



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LOCO A

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

DECRETA:

Art. 1°. O artigo 9°, do <u>DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2.020</u>, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9°. Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, dos parques municipais, notadamente da "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Ginásio de Esportes FLAVIO DERZI".

Parágrafo único. Excepciona-se o disposto no caput deste artigo no que se refere à pista de caminhada presente na "Área de Lazer AFRÂNIO DE GUSMÃO CASTELO BRANCO", a qual fica liberada para exercícios físicos de caminhada ou corrida, mantendo-se a continuidade do fechamento dos demais equipamentos públicos existentes na referida área de lazer, notadamente parque infantil, quadras poliesportivas e áreas de convivência, devendo entre os frequentadores da pista de caminhada/corrida ser mantida distância de 2,00m (dois metros) de uma pessoa para outra, com o fito de evitar a disseminação ou o contágio do vírus.

Art. 2°. O artigo 6°, caput, do <u>DECRETO Nº 070/2020, DE 02 DE ABRIL DE 2.020</u>, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6°. Os bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, espetinhos, trailers, foodtrucks, carrinhos, ambulantes e afins e congêneres, bem como sorveterias e estabelecimentos congêneres, terão seu horário de funcionamento ao público limitado até as 22:00 horas do Horário Oficial de Brasília / 21:00 horas do Horário Oficial de Mato Grosso do Sul, devendo serem fechados a partir deste horário, não mais podendo continuar abertos, sendo vedado em absoluto após este horário o consumo de quaisquer produtos, bebidas, alimentação e afins em suas dependências ou defronte ou nos arredores de onde estejam estabelecidos, não podendo em hipótese alguma haver aglomeração de pessoas nestes estabelecimentos, podendo serem mantidas exclusivamente as atividades de delivery (entrega dos pedidos até a casa ou trabalho da pessoa), bem como podendo haver a retirada do pedido no estabelecimento, a qualquer horário, desde que observado uma pessoa por vez para cada atendimento de entrega e que seja guardado distância mínima de 2,00m (dois metros) de uma pessoa para outra na hipótese de coincidir a entrega, e, onde haja mesa(s), não poderá estar sentada mais de uma pessoa por mesa acrendo as mesas e os clientes estarem guardando distância mínima de 2,00m (dois metros) entre um e outro, como forma de evitar o contágio do vírus.

6)

is.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A-FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições eventuais em contrário.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, em 01 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito

KATIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Tomada de Preçes a.º 016/2021

Bdição nº 1707

L'ojeto: Contratação de empresa de redes de dremageta de águas p estradas vicinais do Municiplo de forme projeto bósico, memorial de parte integrante deste Edital. guas pluvinis cue diversus poutos das plo de Santa Rita de Parda/MS, con-rial descritivo e planitus quanzitativa.

partic integrante deste Edital.

Debito o prevento instrumento da antisar de razdes rotur-sia aprocentadas cela empresa Construitos lengenharra Lude, cousta ate de Comusio Parmonente de Licitorios da Prefetoras Manacipal de Santa Rita do
Practo - MS, que em asesto de prigomenta realizada juma à Tomada, de
Propes a. 010/2008, cujo objeco fixado à "Construição de emprese espocializada para implemenções de redus de devençous de igans plan tilaem diverses passes des estadas violante, de Miniscipio de Santa Rita
de Paraco MS, conforme projeco bisson, insensorial desactivos e planitiba

manifesta en esta esta de la conforma de la contra de la conforma de l quantizaire, parte integrancedesse Edital", inabilitos a mente um de zão ter apresentado o Certificado de Registro Cadestral - CRC in e esta Prefesiore som estimatura do sócio

a end Prefeitura tem teleptatura de século.

Adus a recommete, em aintece, que a é umassão Permanente de Lecistories creatitados teria se oquirecendo quanto é málitos pertinente à regulardade do decumento mentinado como Certificado de Regiono de Fontecento, visto que apresentado em sinta conformidade com o celulo, salienda tambiem que, por se turtar de um mero Certificado de precinada de sasinatara por pessos diversa da propria que "bertifica" o sito, moitro pelo qual conclui que a decisão de Certificado esta de Licitações teria sido demas indecentes formalisto, asemenado ser retificações teria sido demas indecentes formalisto, asemenado ser retificações teria sido demas indecentes formalisto, asemenado ser retificações per esta de consecuente de

cada em tempo oportuno.

Nada obsessire, facultado a opresentação de contrarrações recres pela ostra empresa participante do ato docursos su afeias o exerci-Nada obrazire, tacultado a opresenzação de contarrazãos recressio pale sema enimprea portispante do no descretos in afaire e serecicio de tal direito, sobrevindo, assim, para o caerciero das preragatives constantes do artigo 100, 50°, da Los is detaila. Estédiola, a expediente septemanenciamos, oportualização de Contassão Peramonente de Leitra-ções o corrienti juizos de retratação acesta da decisão havida em servido.

En bern : relate de occessione

Aponta a rocustrente, con siana, que, à seu julio, houve um equi Comissão Parmasante de Lleitações da Prefestura Minimissi : Comissio Parmanento de Lleingões da Perfeitura Mainicipal de Seala Ritu do Pardo- MS junto à decisió emitida em sensio de julgamento resinada no procedimento de Tomada de Prepar n. 2019/201 no día 13/65/202 em insbilitor a empresa. Construíare Engenizas Lichana-quela necesida pela fisha de asolitantes de visios junto ao decumento mo-minado como Certificado de Registro Calástral—CRC, poquanto, cobmonado como Continuado de Registro Calastral - CRC, programas, cost este ensembienten, estaria siguido com encastos de rigos finansi, visas que o dineamente, por sua própria materica, proveindiria de aseinaisma por pessos diversos da própria que "nertifica" e año Atto comissios, questa que finalista à aprassentação de conternaçãos re-missais pasa o fino de estabelecar o más escuarário do procedimento,

orreo o praco legal in sibis.

De uma multire perforacionis dos argumentos tranidos à austire, é per-micido copelair que há obsesibilidade na manifestação exerada bela

mircio concluir que fiá plansibilitude na manificatação exerada pela competa recorrence, cia que, de Juse, a decisão dessa Comisão Permente de Licitoles, em our princisio autoriaco, pode ser presegiado intensimiento esta forma por uma ampla competarioriadade, e, con-tação em detrimento da busca por uma ampla competarioriadade, e, con-tagamentane, pela melhor proposta atálbeiro ao objeto. lam pompet, melhor aproximdo o propisão insus ao Conficacio de Registro Calental, provede-se que ció existo, de certa forma, para a Administração certificar que y emposa campre com parte das con-dições de habilitação do maneira préver, são sendo maneir que, por e tratar de um ato praricultumente encarrenção ao degão contrator-to, vestas culturator ao autobilitação das empresas licitantes, ordentado porque a mena assinatura do socio da empresa participante, a trigor, can acua alesgrafa o cuardeixão do conseneras, de cariare eminentemente. em nada alteraria o cuntelida do ducumento, de cariter es

militaresi da Adeministração.
Adias, notas contido, nos silinherismos ao entendimento ja gubilidado polo Tribuma de Conras de Unido que validam ser "Regal a crigidante, como documento de Itabilidação, no contidando de registro cultorial (RIC). A faculdado legal de aproportuação do RC finão pode o cuntorio rem configuação, de forma a restingir a competitoridade dos centrares ao conjunto de empresas todamentadas".

Ademais, no que aparamis, essa Comunida Permanente de Licitopões hoderia, estemalamente, costi instificiando anta lectuare são por uma pendificar es abstancial no seporto de são destre configio por los por uma pendificar es abstancial no seporto de são destre configio juridad, añoran, premiento-finamente, fiscal ou trabalhida pura assistante o obteito, tata, sias, por tera licentificado quinda, desarrosceptira.

mas, sun, por uma formálidado, quick, dounrecisária. Penseu disso, como bem alegou o recenente poderia estar agindo dotede de expensivo formatismo em meintro á commetitividade do con una

da de excession formalismo em propieto di compretitivi dalei do certurio, que, l'ogicamente, poderia restra aspactido com e collimento de mais de una proposta visuado e adjudicação do objeto. Ou sejo, acesa perspectiva, o immesse poblica poderia restar predacti-nado na los pela melhor proporta, que, indusvidoumente é o princi-pale objetivo înstito de unas licitação pública, por justificativa simulo-tarias, porquanto, evemo já cito, não este texta de penadencias materials pracos mas conduções jundos, não des texta de penadencias materials pracos mas conduções jundos, não des texta de penadencias materials traballarias de mayoras.

transmissa de construis.

Entre semblo distrutivo, convért transcriventans es preordentes do l'i-bural Regional Podenti da 1º Regidio e da 2º Regidio, responvamente, sobre a questão son enfaitada, sendo vejamos: ADMINISTRATIVO, MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO. NORMAS EDITALICIAS, FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DE-

CLARAÇÃO CONCORDANDO COM OS TERMOS DO EDITAL. MERA PRECINARIDADE PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE NOSA DE PREE IZO À ADMENISTRAÇÃO E AOS DEMAIS AND PROMOTE DE PROPERTO DE LA PROPERTO DE CONTROLLA DE LA CONTROLLA DE CONTROLLA DE CONTROLLA DE LA CONTROLLA DEL CONTROLLA DE LA CONTROLLA DE LA CONTROLLA DEL CONTROLLA DE LA CONTROLLA DE L ambitado e deselacidação de empresa, que pode amessar proposar mais vantigos à Auto mistação, quando serviz a maparato, nor mero formativemo, comas no caso dos asteis, em que, quesar de exigência de decisarigio afirmando y acestação e submissão a todos os centras e condições de celta, sau oservisão noba acertos conhum poplar of 3 Administração, austremete quando of entriedo pode ser seprida pola acetação hecito ao êtem 10.4 do Eduta que dispõe. "A natividação do acetamento implicit na integral e condicional aceitacida de ados os trimos, chiadas e oracido esta desta de acetação de acetação, a entre esta condições de acetação de acetação." Il «Remessa efficiel dos poro misto (TRF-1 - RED: 1566 RE 2004-82/0.00156/s-4, Relator DESE MERARIA IADOR FEDERAIS SULZA PRODENTE, Para de Julgamento 24/10/2008, SEATA TURMA, Data o e Publique 12/04/12/098 e-DEF p. 31.

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - ABERTURA DE ENVELO PER EXCESSO DE PORMALISMO - ERRO SANAVEL - PRIN PEK EACESSO DE PORAIALISMO - ERRO SANAVEL - PERIN-CIPIO DA RAZOABILIDADE. E Trataves de Remacos Necrosino nos atoss do Mandado de Segirança interputo por HOSPFAR IND-E COM: DE PRODUTOS HOSPITALARES LIDA e FISA IND-FIRA FARÇE PUTO LA UTDA. Lor máse da 6. Sonores que pisque pro-cedente o pedido e concedes a segurança, ratificando a limitar de-ferada, puto determinar ao funpetrado, que promoveise a sobretar des re-ologen nos questo corret-ama se proportas de procos das importantes cuanto ao menio meroanial 12/2009 em intaldude de condições com

as demais licinastes. Il-Objetivamas as Impotrantes com o mandamor a revisão de decisio administrativa que closes sibertum das propostes de propo que ao duas caspecas imperanses equi estadamente lança-nam aos correlopes destinados a documentação de habilização, a lim um nos exteriopes desinados a documentação de habilitação, a fin-de assegnere que a parte importada consideranse os referidos percor-tarpectivamente propositos som impor um rigar formai excessiva norte procedimento, esis que o adaptado equivaço invote à descinsenficeção e-matios ao Fichicar por ossivação poli Hospata Central da Actoridada (Edital de Progia er el 172/1085/x14/x2099), Ill-Centra que a Admi-nistração esta porte de historia da cardinamente de processo de la cardinamente de la cardinam nistração, em tema de ficitação, está vinculada às minuas e conflições estabelecidas no Fálital (Lei n. 8.66653, act. 41), e, especialmente, ao principio da legalidade, não deve, consido, em homenagem ao prin principio da legalidade, rafio devis, considó, em homentagem ao principio da sexuldidade, consigiar de forma enacerboda o rigos formal. IV- O equivoco comencias pales Importantes de mesa de considad de envelaper com se decumentas relaciones à babilitação e la proporta de proces asis tecture perigiativas de la grapadisada de la lenguia trabado-se de erro sandrel. M. Negado provincias e Remeasa Necessária. (TRF-2 - REO: 2009/S-101 024277-9, Relativas Decembração de Politica de Politica de Indonesia d Publicação: E-DJF2K - Data: 18 (1/2019 - Pégina: 2:8)

Inblianção: E-128-28. Direz; 18-11/2019 - Prigina; 22-81. Portanto, à les dos percodestares asquestraractivos, bora como das indicações de que se habilidação de organes (tentacidan Engenharia Lida, poderá hominagent efertivamente e braca pela proposal mies viatrificare ao trigão, has par bora em econsidera sua statisficação, debecado em sessão de prigamente realizada no das 13-63-2020, o apresar o de 1046-5020 à el homo (485) para o segúmento da fase de abertare dos envelopes contendo ao propositas, nos termos edicafícicos em po-Milendos.

nazios. Na Rita do Pardo - MS, 26 de amijo de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LIETTAÇÕES

CONVOCAÇÃO DE TICOLOCABAS

O Memoripio de Santa Reta do Pante - MS, através da Progo cial, convoca as ficitantes. Multihosp Comercial de Produtor Ro talians LTDA, instruta sob o CNPt 32.421.421.9001-82 classifica como segunda colocada no item 32 do Pregão Presencial Nº 60/2019 nguras concessa no sicino a so region erescria in resez-o Administrativo N° 142/864, que tem por objeto registro nato fetera e eventual aquisição de medicamentos lossylolas metr a Unidado Missa Nosea Senhora do Perpetito Soco para minitar a Limitana Misia Nobela Scientific de Proportios Socio-para se manifestar a respecto de estamir o item vencidonas mesm condições con emposa Contempoli Condecio de Produtos Hospi later LTDA, em virtude da Desivalneia comitanal com a mesma. puato pera manifestação é de 05 (mino) dias facis a contar da data de 15 (mino) dias facis a contar da data de 15 (mino) dias facis a contar da data de 15 (mino) deste. Se ou passar dos dias são houver manifestação dos entrevezidos, com administração dos conventadas com administração dos districtores dos controles com administração dos districtores dos deste de 15 (mino).

Schantes convocados. 32 - Azammenta suspensão 600 mg/ 15 mis -- valor R\$6,90 Nama Rim do Pardo -- MS/JH de junho de 2020. Mainey Sentes de Silve

CONVOCAÇÃO DE 7 COLOCADAS

O Municipio de Sensa Rúa do Pardo – MS, sturvés da Prepocira ofi cunvosa as initiateres, Da Born Distribuição de Produtos Médico-pitalas, rescrita sada o CNP1: 18.483.7750001-20 e Circigios Para vás Limeli, insectia sob o CNP1: 30.7762744001-13, sendes cias vas times, macenta sobo o CNPT: 36.7/63/744901-13, ambite chiestical caudas como segundos sobiculado en vários Acid de Pregio Presenci-lo. N.7/2019, Processo Administrativa N° 197-2019, que tem por objeto aquisição de materials hospituates para arembe as divenara madades da contentra de sación do municipio de Santa Rita do Pardo - MS, para se munifestacem a respecto de essentir os heras Vencialones membra condefese que empresa Dife Distributions de Macionameiros LTDA, con solvante da Presindação comunicación en Contra Co em vínude da Desistência contratas: com a mesora. O pravo para me nifestação é de 65 (cisco) dian ineis a contar da data de publicação deste. Se ao cassar dos dise são houver manifessição dos como cota administração compidora como resposa, negariva dos Ho

converados. 133 - Leupol descartável 2.00x0,90 Pet e 16 unidade

142 - Leves Procedimentos cirande de e186 valor 8813 39 143 - Leves Procedimentos Média et e160; valor 8313,99 144 - Leves Procedimentos Poquara en e160; valor RS13,99 Santa Rita do Pardo - MS,01 de junho de 2009.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104-2020 PREGÃO PRESENCIAL RP N° 26-7020

O Mississio de Senta Rita de Pardo-MS, por intermidio de sua Pre O Minimpio de Senta Rim do Trado-No, por antermente de noi Pre-posim Oficial do Marticipio e Equipo de Apolo, tentas público para conhecemente dos información que tant realizar finitação na Modali-dade PREGÃO PRESENCIAL RI et 20/2001, cajo cêptos seleção de proposta mais variationes para administração visando à communica-ção des méquinas pesadas, se quel menderá a fireta do Desemvolvimen-ção des méquinas pesadas, se quel menderá a fireta do Desemvolvimenció der indejunse penadas, so quel secució a firota de Desenviviennes to Urbara e Fatanda Melinia de transicio de Santa Rita de Prado - NES. En confermidade com o edital e seus ancesas, parte integrante de intracio em ejegiale. Data de Aberman 1996/2002 as 1996/0 horse forcario o desió de ocuado de Maco Grasso de Sull. O Edital e sus Aucros poderio ser refinados na sede da Prefeirant de Santa Rita de Prado - MS, situada sa Rou Marcedal Fioniano Penados 919, Centra, inflormações pede fone 67 3591 1123, no portal da unasparância de nutricipio wavucantariadopardo me govido ou actavés de solicitação ente EMARI, la forcamore referenteradorando mo contre. in EMAIL tierra All licenses en portunte tudo puede en la do Pardo - MS, 01 de puede de 2020

MAIANY SANTOS DA SILVA PRECOFERA

AVISOS DE LICTIAÇÃO PROCESSO ABMINISTRATIVO Nº 185/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020

PRECIÁO PRESENCIAL Nº 27/2010

O Municipio de Soura Rich de Pando-MS, por intensacion de son Proposito Oficial de Municipio o Pando-MS, por intensacion público para condevimento dos interreseados que first realizar Boltução no Modalida PRECIÁO PRESENCIAL dº 27/2009, rujo róspeto à aspitajdo de medicamentes para distribuição gratulte intravés de Farrañore Básico de municipio; Din conferendados como edicida e asser assesso, parte integrante da bestacio em operação. Dans de Albertura: 22 /08/2009 as 09/00 horas forciran oficial do esculado de Maso circusa do Solio. De Edicido es seas Amenos poderão ser retirador na sode da Perfeitura de Susta Rich. de Partir. Nº S. visuadas es Rusa (Mencada Táricas Por visuas) (10/2009). informações pelo fone 67 3541 1123, no ponal de transperipcia do aunio ma govilar ou através de solicitacio pelo PMAIL licitary Risa do Pardo - MS, 01 de junho de 2020

CONVOCAÇÃO DE P COLOCADAS

MAIANY SANTOS DA SILVA

1) Monicopio de Sante Rita do Pardo - MA, arravés da Pre-O Monicipio de Siana Rita do Pardo — MN, araveis da Fregueira, udeira, controvan as licitarese, Malithago Comercia de Producto Hospitalaresa LUDA, inscrita actó e CNP: 33.421.42.10001-42, Med Vina Com., de Prod. Hospitalares LUDA, inscrita es CNPP: 34.48.12.50001-40, C Lumos Distributiona Hosp Energi Inscrita no CNPP: 36.752.8627007-39 e Centermodi Comercio de Producto Hospitalares IUDA, inscrita e CNPP: 36.52.862.5005-50-70, C Lassisficados outros reginadas colocialismos viarios demo de Progio Propendal Nº 30.2015, Processo Administration Nº 14.20209, que tem pre miglio Arquitos de greeto para financia e escanosal apsidelple de modicimentos la baspicatares para mendera Università Milla Monte Concesso. stade Mista Nosea Soutana da Propetino Sarrario, mete en manifestura a respeito de assumir a siem vencidones mesmas consições que empresa. Cindátore Precistos Cirlegicos LIDA, est variade do Describrios con-tratad com a reseava. O preso pera manifestação é de 55 (cinco) dos bitir a cuntar do dam de publicação deca. Se ao possar dos dias mão latures manifestação dos correccisios, esta administração considera como respetas negativa dos licitantes convecidos. Santa Reta do Pardo – MS-80 de junho de 2020. Minary Santos da Sixo.

DECRETO Nº 155/200, DE 41 DE JUVHO DE 2,220. DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICIPIO DE SANTA RHA DO PÁRDO EM DECORRÊNCIA DA PAN-DEMIA DO NOVO COROVAVIRUS - COVID-19.

O PREFEITO DEI MICHE IPRO DE SANTA RITA DO PARDEL PO O PREFEITO DO MIANCIPLO DE SANTA RITA DO PASCOL ES-TADO DE MATO GROSSO DO SALL, no uso des sua attibulaçõe-legais, que lhos são conferidos potos artigos 21, inciso II. 30, meiso 1, e surigo 32 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica. Mandelpal, e demais disponitivos legais. Considerando a imporiesa necessidado de maegrar recurses humanes.

Consideration e importante decessadad de integras recurses humanos technicos e financiarsos com as governos belentas. Escalairos e Ministe-pais, para enfrontamento da pundenna da consid-19; Consideratido a Declaração do Emorgistou em Savide Pública de In-portência Internacional pelo Organização Monada da Sanide em 36 de junctios de 2020, em decumência da Inflaçação Humano pelo novo corre-tional de Constante de Inflaçação Humano pelo novo corre-

siderando a Portario nº 1885-GNAMS, de 4 de ferceriro de 2020. que Declara Timorgèneia em Seinde Público de Importinela Nacional (Espin) pelo Ministerio da Saúde, em decorência da Intecção Homana

(Espia) pelo Ministerio da Sadde, em decorrência da Indecedo Humeno pelo acros comunistras (COVID-19);
Considerando o dispusio no DECRETO Nº 061 2020, DE 17 DE MARÇO DE 2010, que Decretos Sinsepio de Emergência em Sadde Políficia de importamen internacionel decorrecto de conocucións responsável pelo suno de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO mento da paraleccia

independent districtions PORTARIA Nº 454, DE 28 DE MARTIN Emmiderando e diaposto na PORTARIA 19º 454, DEL 20 DE. DE 2008, do SUNESTRO DE ESTADO DA SACIDE, que De Todo o territorio macorral, o estado de terromissão exercentar

rmarmas (con ac 194). Considerando a Les Federal aº 15.979, de 2020, que estabelece de arre-didas para enfrentamento da envergência de saúde publica decorrente

Considerando a posicia escala parional da panterna obieto eiro sobre dires anos legislativos e administrativos: Considerando case e Estado de Mato Grusso do Sal, decretos o ES-

Considerando que e Estado de Mato Granas do Sel, directivo o ES-LADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, caja situação foi reconhecido pola unita fodoral atraces de PURTARELAN "870, DE 7 DE ABRIL DE 2009, que expressomente "Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Granas do SudMAS"; Considerando que e Cimara des Opputados, em 18 de março de 2008, e o Sendo Federal, em 20 de março de 2020, reconhecema a existên-cia de calamidado pública pue so fina de artigo 56, da Lei Compte considerando e DECRETO LEGISLATIVO N° 6. DE 2020, conde-conarios Nacional "Recurberer, para as fina de art. 85 de Lui Com-

Congresso Nacional "Recordoce, para as fins de art. 65 da Lei Com-plementes al 101, de 4 de amio de 2008, a FCORRÊNCIA DO ES-TADO DE CALAMIDADE PURGUCA, um tramos da solucitação do такий рек тека да Матадит в 93

Considurando que, em ducaméncia das aplica emergencias as enformamento da passiante da nova Caranavara — COVID-19, as finanças plánticas e as metas fiscais estabeleccias para o presense ente-cicio codorião culas gracumento comprometidas no Musicipio, acide

DECRETA:

Art, I" Fixa declarado estado de calamidade pública para todos os fins

de direito no Municipio de Soum Rito do Praña - MS. An. T. Ficare manifesta as disposições consides na declaração de se-nesção de emergelecia e que rata o DECRETO Nº 64/1020, DE 17 DE MARÇO DE 2025, e trades os demans sustamentes normadives

contraversa.

Art. 3" O Poder Escalativo solicitara, por triclo de mensagam a sor on-vanda à Assembleia. Legislativa do Estado de Mano Gresso do Sal, o reconhecimento do estado de calamidade pública pare os fins do disreconductimento do estado de calamidados putificas para os mas do dis-posta no entigo 6 da La de Reponsabilidade Frecal - EM COMPLIS-MENTAR Nº 101., DE 4 DE SIAIO DE 2000 Act. 4º Este Decreto entre em vigor un tura de sum publicação, Publiqua-se. Enguiro-se. Comuniqua-se. Cumpra-se. Santa Rim do Parado, Mano Ginosa do Sul. nos 01 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

DESCRIPARECIDA MARQUES

E, Traballio e Habitacio - SFASTH ELIAS SIB DA SILVA LIMA

ENERSON PERALTA FIGUEIREDO Secretário de Filanças e Planejamento - SEFIP GARRIELA MARIA RODRIGUES DE LIVA Secretária Municipal de Sabde Pública - SESP KÁTIA CRISTINA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Esperas e Lexer - SECEL OZIEL DIAS LEAL tracio e Generos - ST 4G

Diophi, no ambito da administração país na municipal e da nos de de SANTA RITA DO PARDO, acerca de medidos complem temporistas e ações assergesiciais em Vistade de Situação de Esser-pinada em Suisio Pública de Importância internacional decorronce de sivei pele surto de 2014/2020, no Municipio e di

EFEITO DO MENICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ES-O PARPETO THE MENTAGE TO BE SAVIA WITA DO PARLO. ES-TADO DE MATO GROSSIO DO SUL, no uso das usa atribunção legals, que thes são contentidas pelos artigas 23, incrio 1.30, incrio 1. a artiso 37 é statistico da Constitução Federal, bem como las Ominica.

Menicipal, e demas dispositivos ingal, CUDFICA
Considerado o dever do o Manicipio zelar pele saude pública e pro-movar e dolor, a socialiria, nos tornas do incino I, do anigo 172, do Lei
Orgánica Manicipal;

75

Considerado, com termos do artigo 10, inários I e B, e artigos 11; 172, inerso L e 173, todos da Lei Orgánica do Municipio, o dever deste casenar as ações de vigilácias aunistira e espatemiológica, seudo necessário o control e emedian porventivas quando alcançam escos afartemes os potencialmente, prejudiciales.

Considerando especialmente a Derivação de Emergêcio em Saúde Pública de Importança Intermetional pela Organização Mundei da Saúde em 31 de junctios de 2010, em deventinada do Inflecțio Humana pelo nero concurvicus (COVID-18): Considerando a Portura nº 188/GMANS, de 4 de Neversino de 2020, que. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministeiro da Saúde, em decurrência da Inflocção Humana.

tespais pero Mansterio da Satince em decurrência de Infoccio Emiraco, polo serco consparinta (COVEN-19);
Considerando a Deviamção de Emergência em Sotiale Público de Im-partincia Internacional podo Organização Minufail de Safido, em 39 de junctio de 2020, best como o Regulamento Securito internacional proemigando pelo Decemb Federal de 10,212, de 30 de junctio de 2020. Consideranda o quanto disposto ne Deserte Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARCO DE LUZO, que facian Sunção de finergeneta em Saúde Pública no Municipio de Santa Rita do Pardo/MS, em razão

em Estade Pública no Miniscipio de Santa Risia de PardolviRS, em nazio-do espotamia el ciuchenti infeccioses vival respinatória - COVID-19, cua-saria pelo agente Norro Coronavirtas. Considerando, sinida, sa disposações do DECRETO Nº 16/292, DE 2º DE MARCO DE 2003, que atima a Boeroira o 710/202, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13/919, de 06 de fevereira de 2020. para definir os serviços públicos e as suvidades essenciais, farvido pelo Providencia de Romiblica: e

Prostocous de Requestica; c Considerando que as supões a serem implementadas devem zelar pela proservação de diguidade das passonas e dos direitos bustarios, pelo estopoia à vala privada e peta recussidade, adequeção, transfelfidade o proportiematidade de tais madidas intediento vistando a contemplo da procuração do covo comercina e obictivando a protecta da cole-

DECRETA

DECRETA.

A.T. O migo 97, do DECRETO Nº 066/2020, DE 20 DE MARCO
DE 2020, pasta a vigovar com a regainte redução:
A.T. F. Esta determinado o forbassente, por tempo indeterminado do
propaso remojustas, ronalamente do Trêne de Lauer AFRÂNSO DE
GUSMÃO CASTELO BRANCO", dos porques indicates, e do "Girásio,

GLSMÁO CASTELO BRANCO", dos parques infantis, e do "Gmásio de Espacies FLAVIO DERZO".

Paragrafos invos. Excepciona-sero diaposión no capua dosto artigo no que er refere à piete de ciancidade presente na "Aten de Lates AFRÂNIO DE GESMÁO CASTELO BRANCO", a qual filer inferende para execcicios fissos de caminha das sus contriba, mantendre-se a continuedad es fochamento do destada requisionantes públicos existentes sus arciferias stras de Carret, notadamento particos existentes sus arciferias stras de Carret, notadamento particos existentes sus arciferias stras de Carret, notadamento particos frequentadates da pasa de contribución escriba en mantifas distincia de 200m (dos autentos de uma possao para cuarra, com o fiso de evitar a disseminação ou o contigio do vario.

do verus.

Art. 7: O artigo 6°, capat, do DECRETO. Nº 070°2020, DE 92 DE
Art. 7: O artigo 6°, capat, do DECRETO. Nº 070°2020, DE 92 DE
ARREL DE 20°0, passa a vigorar com a arquinte redação;
Art. 6°. Os borres, resumentes, tenchenotes, comembiente, estrémbos, traileres, fondèrendos, contributes, ambulumen e vilina v congénieres, bente son entre sur-recreas a cualificacimentas congêneres, tenho sen horario de funcionamento se público limitado ent se 2200 horas de Teorigo de funcionamento se público limitado ent se 2200 horas de Teorigo oficial de Marco Grussa de Sall, devendo serem fectudos a gantir deste hostino, não mais podendo condinamen ribertos, ando vestado em abrodeiro, não mais podendo confunere o consenso de qualques produtos, belos, alimentações e afisementação en substitucio em hipótese alguma haver agiomenção de persona notas costadocimentos, perindo artem mantales evolucivamente es artificados de defreço (compas dos pedidos evolucio podendo have e artigina do pedido podendo podendo have a retininte do pedido podendo trahalho da pessoni, bera numo poderado haver a refirmin do pecísio so estabel colevento, a qualquer horinos, decidi que observo do presentado presentado per la presenta por vez para numba alestalmentos los estrates que esta portecidos distribuciaminima, de 2,00m (doés metros) de untra pessen para seutra na hipótoso de currendir a centrega, a, ondo hajo menos(), nên pudeto cabar hexada nasia de tumo pessen para seutra devenda se messa e se clientes estaren guardande dustância minima de 2,00m (doés metros) porteç um o petro, como forma de estata o contejor da virus.

Art. 3º Esta Decreto mista em vigar za deta de sua publicação, revegadas disposador econtusis em contarios.

Palétiga-est. Registro-est. Commaniga-est. Disagra-se.

Sente Rita do Pardo, Maco Grosso do Sul, em 81 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA. malasho da nessora, bem cumo codessio haver a retirada do nedicio si

KATTA CRISTINA DA SILVA Sectembrio de Educação, Cultura, Espose e Laker - SECEL

AVISOS DE LICITAÇÃO

AFISOS DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1922/2029 PRECESSO ADMINISTRATIVO Nº 1922/2029 PRECESSO ADMINISTRATIVO Nº 1922/2029 O Memicipio de Senue Rea do Perde-MS, pur intermedia da Propocita Oficial de Manciejos e Equipie de Apola. Toma público para confecienciam dos intermesados que fazá realizar llicitação na Medalidade PREGÃO PRESTIVACIAL nº 1044/2020, topo objeto é a seguinida de PREGÃO. Celutar. Esquere e Luzar de Sanda Rita do Practi-MS. Data de Abortara: 1750/2020 n. 99% e obtem florarir o oficial de estada de Mato Grassos do Sell. O Edital e vena Anextos poderão ser ocitados, na seiza de Prefeistara de Santa Rita do Practio-MS, situada na Ras Marco del Sello Prefeistara de Santa Rita do Practio-MS, situada na Ras Monte de Prefeistara de Santa Rita do Practio-MS, situada na Ras Anexto Processo Processo Provide 1910. Como. Informesos nado Sena de 75544 rechat Florismo Prisono 918. Centra, inflormações nelo fime 67.3591

c www.sustantidopurde.ms.gov is nu Ring do Pardo-MS, 01 de Junho do 2020, MAIANY SANTOS DA SILVA PREGOEIRA

AVISOS DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Xº 183/2826 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2820

PREGÃO PRENENCIA AL Nº 935.72820.

O Manacigno de Santa Rina de Pardo-MS, por intermidan do Pregocia.

Olicial do Manacigno e Equipo de Apona, torma públican para confecimento dos interessados que fina realizar licitação su Modalidade PREGÃO PRESINCIAT. nº 105 C200, capo obiem é a aquanida de Equiporamentos o materiatis de consento, pero siender as trevesidades de diversos Veridanes da Rede de Sadde Vebilica Manácipa de Senta Rina de Pardo-MS. Data de Abectara 1800/2010 a 00% o 00min destruira oficial do casado de Mano Girosto do Sall). O Edital e Senta Anexos porteiras comendos de Mano Girosto do Sall). O Edital e Senta Anexos porteiras comendos en materials acumentos de Sallo. derito ser retiredos, na sede da Prefeitura de Santa Rita do Parde-MS, smata na Rus Marcedo Florisão Pelicoto 910, Como, informações pelo foce é i 3591 1123, ou pelo e muit licitacios pligantaritadopardo, ma govier On pelo olic awas antaritadopardo ma govier.

MAIANY SANTOS DA SILVA



FIS 76

Memorando nº. 605/2020 - SESP.

De: Gabriela Maria Rodrigues de Lima - Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Para: Fernando Luiz Minatti – Diretoria de Compras.

Assunto: Aquisição de Termômetro Digital Infravermelho.

Data: 25/06/2020.

Vimos por meio deste, encaminhar a Vossa Senhoria, relação de servidores que foram designados por esta secretaria a Fiscalização de Contrato referente a futura Aquisição de Termômetro digital infravermelho, sendo:

Fiscal Titular - Débora Ramos Dias

Fiscal Suplente - Aline Cristina de Souza Silva

Fiscal Suplente - Elenir Mendes da Silva

Obs: Segue anexo Termo de Referencia e Estudo Técnico Preliminar.

Sem mais para o momento, agradecemos à atenção a nós dispensada e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.

Atenciosamente,

Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Secretária Municipal de Saúde Pública.

Santa Rita do Pardo – MS Estado de Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507 Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000 saude.srp.ms@gmail.com





Estudo Técnico Preliminar

FIS 77
Rubrica

Requisitante: Secretaria municipal de Saúde Pública

Gestor do Contrato: Gabriela Maria Rodrigues de Lima

Fiscais do Contrato: Débora Ramos Dias

1-DO OBJETO: (Lei nº 13.979/2020, art. 4°)

Aquisição de 10 unidades de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal. Em atenção ao decreto de nº. 061/2020 (situação emergencial em Saúde Pública).

2-DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Justificativa: A presente aquisição se justifica pela falta de fornecimento do produto orçado pela Empresa vencedora. E em decorrência da pandemia do COVID-19 e conformidade com a lei Federal 13.979/2020, bem como o Decreto Municipal nº 061/2020, (situação emergencial em Saúde Pública) assim, esta Secretaria Municipal de Saúde, levando em conta a situação de emergência por causa da (Pandemia), com o intuito de, assegurar aos usuários e aos profissionais da área de Saúde, condições adequadas segundo o Protocolo de Manejo para o Novo CORONAVÍRUS (2019-nCoV) do Ministério da Saúde. Assim, por tais razões, é que se faz necessária a compra do Termômetro.

3-DOS QUANTITATIVOS

1

O quantitativo estabelecido de 10 unidades de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal é adequado à necessidade do requisitante, e obtido de acordo com o planejamento interno do órgão.

4-DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

Para o presente objeto, certifica-se que houve contratações anteriores;

5-DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Com base no orçamento levantado por essa secretaria:

CENTRO OESTE MEDICAL

Na ordem de R\$ 5.000.00 Orçado no dia 24/06/2020





FIS 78

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 – Aquisições de 10 unidades de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo Homologado em adultos e crianças. Em atenção ao Decreto de nº. 0612020(situação de emergência em Saúde Pública)

2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A aquisição se faz necessária para suprir as necessidades da Unidade Mista de Saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) e unidades básicas de saúde (ESF. Nair Fernandes Alves, ESF. Jose Gisfredo e UBS. Jose Francisco Pereira) uma vez que não temos o material licitado, porém com o surgimento da pandemia do **covid-19** se torna de extrema necessidade a aquisição do material mencionado.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 - As especificações e quantitativos dos produtos a serem adquiridos são:

Item	Especificação	Uni	QUAN	
01	TERMOMÊTRO DIGITAL, Tipo: Infravermelho; Aplicação: para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo Homologado em adultos e crianças; Característica(s): distância de aferição entre 5 a 15 cm, com gatilho acionador e bip indicativo (aproximadamente 1 segundo), display para mensuração da temperatura LCD retro iluminado, alarme sonoro na detecção de febre e apresentação de diferentes cores conforme a temperatura, tempo máximo para medição 1segundo, desligamento automático da bateria após uso, com faixa de medição de 32,0 a 43,0 °C (Pele) e 0 a 100°C 2 pilhas AAA inclusas; Garantia: 1 ano.	UN	10	

Santa Rita do Pardo – MS Estado de Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507 Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000 saude.srp.ms@gmail.com



8



FIS TO Rubrica

6- DO LOCAL DE ENTREGA, DO ACEITE E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS.

- 6.1 Os produtos deverão ser entregues em local a ser designado no pedido de compras, através de requisições emitidas pela contratada.
- 6.2 Somente serão aceitos os produtos que estiverem de acordo com as especificações contidas nas requisições e neste Termo de Referência.
- 6.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta de preço, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 - DO PAGAMENTO

- 7.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão depositados em conta corrente, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos, de acordo com os quantitativos entregue, e mediante a apresentação das notas fiscais/faturas devidamente conferidas e atestadas por servidor desta Prefeitura.
- 7.2 Será condição para o pagamento a devida comprovação pela contratada de que não possui irregularidades fiscais, devendo anexar à cada Nota Fiscal as Certidões Negativas (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista),conforme rege a Resolução 088/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8- DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Será firmado contrato ou instrumento equivalente com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93.

9- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE, através de servidor designado pela SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a entrega dos produtos de acordo com as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e proposta de preços.

Santa Rita do Pardo – MS Estado de Mato Grosso do Sul Rua Joaquim Cecílio de Lima, 1507 Fone/Fax (067) 3591-1621; CEP 79690-000 saude.srp.ms@gmail.com



Santa Rita do Pardo/MS, 24 de Junho de 2020.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Eu Débora Ramos Dias, funcionária do Município de Santa Rita do Pardo/MS, portador da carteira de identidade RG sob nº:1.756.083 SSP/MS e do CPF nº: 033.374.381-48 declaro estar ciente e me comprometo acompanhar a fiscalização dos contratos referente a aquisição de Termômetro Digital Infravermelho.

Ciente da importância de fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços do objeto licitante como designa o Art. 67 da Lei de Licitações -

Lei 8666/93, entre eles o inciso:

§ 10 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 20 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Sendo só, assino logo abaixo.

Débora Ramos Dias Fiscal Titular



Santa Rita do Pardo/MS, 24 de Junho de 2020.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Eu Aline Cristina de Souza Silva, funcionária do Município de Santa Rita do Pardo/MS, portador da carteira de identidade RG sob nº. 32.586.467-6 SSP/MS e do CPF nº 606.311.758-73, declaro estar ciente e me comprometo acompanhar a fiscalização do contrato referente a futura aquisição de Termômetro Digital Infravermelho.

Ciente da importância de fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços do objeto licitante como designa o Art. 67 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, entre eles o inciso:

- § 10 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- § 20 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Sendo só, assino logo abaixo.

Aline Cristina de Souza Silva Fiscal Suplente



FIS 82

Santa Rita do Pardo/MS, 24 de Junho de 2020.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

Eu Elenir Mendes da Silva, funcionária do Município de Santa Rita do Pardo/MS, portador da carteira de identidade RG sob nº. 001.413.140 SSP/MS e do CPF nº. 003120481-30 declaro estar ciente e me comprometo acompanhar a fiscalização dos contratos referente a futura aquisição de Termômetro Digital Infravermelho.

Ciente da importância de fiscalizar e acompanhar a prestação de serviços do objeto licitante como designa o Art. 67 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, entre eles o inciso:

- § 10 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- § 20 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Sendo só, assino logo abaixo.

Elenit Mendes da Silva Fiscal Suplente

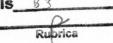
D-55/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos



SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SMS

CÓDIGO -

- DATA

- UNIDADE SOLICITANTE -

03141

25/06/2020

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

OBJETO

AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA)

JUSTIFICATIVA

A AQUISIÇÃO DE TERMOMETROS DIGITAIS INFRAVERMELHOS BASEIA A SUA NECESSIDADES NA INDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES COM FEBRE, SEM HAVER A NECESSIDADES DE TOCAR NO PACIENTE, ESSA MEDIDAS ESTÃO SENDO FEITAS PARA EVITAR O MAXIMO POSSIVEL AS CONTAMINAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE COM O VÍRUS COVID-19.

DADOS DA DOTAÇÃO

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

10.122.0007-2.082 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

00.01.0014 00.01.0014

Ficha: 095

CENTRO DE CUSTO

TEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	51943	TERMOMETRO DIGITAL TIPO: INFRAVERMELHO; APLICAÇÃO PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPÓREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS; CARACTERISTICAS: DISTANCIA DE AFERIÇÃO ENTRE 5 A 15 CM, COM GATILHO ACIONADOR E BIP INDICATIVO (APROXIMADAMENTE 1 SEGUNDO) DISPLAY PARA MENSURAÇÃO DA TEMPERATURA LCD RETRO ILUMINADO, ALARME SONORO NA DETECÇÃO DE FEBRE E APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES CORES CONFORME A TEMPERATURA TEMPO MAXIMO PARA MEDICAO 1 SEGUNDO DESLIGAMENTO AUTOMATICO DA BATERIA APÓS USO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 32,0 A 43,0 °C (PELE) E 0 A 100°C 2 PILHAS AAA INCLUSAS; GARANTIA: 1 ANO.	UN	10,000

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Fig. 84

Rubrica

Relatório de Cotação: cotação rápida 338

Relatório gerado no dia 26/06/2020 10:42:13 (IP: 45.182.156.254)

ITEM		PREÇOS	QUANT	IDADE UNIT	ÁRIO TOTAL
1) termômetro corporal digital com infravermelho laser sem toque / sem oc utilizar	ontato funcionamento; fácil de	2	1 U	nidade 130	00,00 R\$ 1.300,00
Preço Público Órgão Público		Identifi	cação	Data Licitação	Preço
1 MUNICÍPIO DE CORUMBIARA/RO		12167		01/06/2020	R\$ 1.300,00
Valor Unitário					R\$ 1.300,00
		Média	dos Pre	eços Obtidos: R	\$ 1.300,00
				Valor Gl	obal: R\$ 1.300,00
ılor do item em relação ao total	2 Quantidade de preç	os por item	over the second		
1) termômetro 100%	1		***************************************		
	0				

Detalhamento dos Itens

Item 1: termo	òmetro corporal digital com infravermelho laser sem toque / sem contato funcionamento; fácil de utilizar	R\$ 1.300,00
Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	termômetro corporal digital com infravermelho laser sem toque / sem contato funcionamento; fácil de utilizar, mede a temperat	
	ura sem precisar entrar em contato com a pele, termômetro corporal digital com infravermelho laser sem toque / sem contato; f	
	uncionamento a pilha; moderno e fácil de utilizar, mede a temperatura sem precisar entrar em contato com a pele. aponte o term	
	ômetro na testa a uma distância de 1cm a 5cm e acione o gatilho até escutar um bip (01 segundo), a medida da temperatura irá	
	aparecer no visor localizado na parte trazeira do termômetro, também mede temperatura de superfícies, distância para medição	
	: 1cm a 5cm tempo de medição: 1s (01 segundo).	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Iniciais

R\$ 1.300,00

Órgão: MUNICÍPIO DE CORUMBIARA/RO

Data: 01/06/2020 08:12

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS E HOSPITALAR, COMO TAMBÉM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS

NO COMBATE E PREVENÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19).

Descrição: TERMÔMETRO CORPORAL DIGITAL COM INFRAVERMELHO LASER SEM TOQUE / SEM CONTATO FUNCIONAMENTO: fácil de utilizar -

> TERMÔMETRO CORPORAL DIGITAL COM INFRAVERMELHO LASER SEM TOQUE / SEM CONTATO FUNCIONAMENTO; fácil de utilizar, mede a temperatura sem precisar entrar em contato com a pele. Termômetro Corporal Digital com Infravermelho Laser Sem toque / Sem contato; Funcionamento a pilha; Moderno e fácil de utilizar, mede a temperatura sem precisar entrar em contato com a pele. Aponte o termômetro na testa a uma distância de 1cm a 5cm e acione o gatilho até escutar um bip (01 segundo). A medida da temperatura irá aparecer no visor localizado na parte trazeira do termômetro. Também mede temperatura de superfícies. Distância para medição: 1cm a 5cm Tempo de Medição: 1s (01 segundo).

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 12167 Lote/Item: 18/1

Rubrica

Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Quantidade: 5 Unidade: UND

UF: RO

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA INICIAL

24.652.465/0001-95 R. C. S. DENDENA COMERCIO DE MATERIAIS EM GERAL - ME * VENCEDOR *

B\$ 600.00

Marca: LT308

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: TERMOMETRO

Descrição: Descrição não informada

Endereço: AL ALBERTO NEPOMUCENO, 319

Telefone: (62) 3258-2750 / (62) 8312-2423 Fmail:

contal@contabilidadecontal.com.br

04.724.729/0001-61 MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA - EP

R\$ 2.000.00

Marca: G-TECH

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: G-TECH

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: GO RUA PRESIDENTE RODRIGUES ALVES ESQUINA COM ALAMEDA MARIA VERANO, 435 Gojanja

Telefone:

Email:

(62) 3251-0351 maxlab@terra.com.br



Cotação Termômetro

2 mensagens

Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP <saude.srp.ms@gmail.com> Para: "pierrealmeida86@hotmail.com" <pierrealmeida86@hotmail.com>

24 de junho de 2020 14:20

Boa Tarde,

1 - DO OBJETO

COTAÇÃO DE PREÇOS para futura aquisição de 10 - TERMOMÊTRO DIGITAL, com a finalidade de atender a secretaria de saúde do município de Sente Bito de Barda. MS município de Santa Rita do Pardo - MS.

10 unidades de TERMOMÊTRO DIGITAL, Tipo: Infravermelho; Aplicação: para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo Homologado em adultos e crianças; Característica(s): distância de aferição entre 5 a 15 cm, com gatilho acionador e bip indicativo (aproximadamente 1 segundo), display para mensuração da temperatura LCD retro iluminado, alarme sonoro na detecção de febre e apresentação de diferentes cores conforme a temperatura, tempo máximo para medição 1segundo, desligamento automático da bateria após uso, com faixa de medição de 32,0 a 43,0 °C (Pele) e 0 a 100°C (Superfície ou objetos); Alimentação: 2 pilhas AAA inclusas; Garantia: 1 ano.

OBS: conter foto do termômetro e especificação.

Atenciosamente

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública Santa Rita do Pardo - MS Tel. (67) 3591-1621 / (67) 9 9906-0299

www.santaritadopardo.ms.gov.br

Pierre Almeida <Pierre Almeida 86@hotmail.com>

Para: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP <saude.srp.ms@gmail.com>

24 de junho de 2020 16:28

QUALQUER DUVIDA ESTOU A DISPOSÇÃO. 62 98512-8942 PIERRE ALMEIDA

De: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP <saude.srp.ms@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 24 de junho de 2020 14:20

Para: pierrealmeida86@hotmail.com <pierrealmeida86@hotmail.com>

Assunto: Cotação Termômetro

[Texto das mensagens anteriores oculto]

TERMOINFRA.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDDO-MS ATT:COMPRAS

GOIANIA 24 DE JUNHO 2020

	LABORATORIO MUNICIPAL											
ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇAO DO ITEM	MARCA V.UNT			v.to	TAL				
1	10	UND	TERMOMETRO CORPORAL INFRARED	INFRARD	R\$	440,00	R\$	4.400,00				
					VALOR	TOTAL	R\$	4.400,00				



PRAZO DE PAGAMENTO: Á COMBINAR RESPONSAVEL PIERRE ALMEIDA FONE 62 3924-8447 /62 98512-8942 EMAIL:PIERREALMEIDA86@HOTMAIL.COM CNPJ: 16.917.181.0001/55

CCAF

CCAF COMERCIO DE

MEDICAMENTOS

E MATERIAIS

HOSPITALAR EIRELI ME

RUA PRESIDENTE HERMES

DA FONSECA QD. 73 LT.09

N°438 - JARDIM PRESIDENTE

GOIÂNIA - GO

CEP.74.353-170



ENC: Cotação Termômetro Santa Rita do Pardo

1 mensagem

Centro Oeste Medical - Vendas < vendas@medicalms.com.br>

Para: saude.srp.ms@gmail.com

24 de junho de 2020 16:01

Boa tarde

Segue anexo orçamento do modelo que temos hoje em estoque.

Grata

Jucélia Regina

Centro Oeste Medical CNPJ 15.714.275/0001-64

67 3042-8900 Assistencia

www.medicalms.com.br

FIs 88

De: "Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP" <saude.srp.ms@gmail.com>
Enviada: 2020/06/24 14:46:06
Para: assistancia@madicalms.com.br.

Para: assistencia@medicalms.com.br Assunto: Cotação Termômetro

Boa Tarde,

1 - DO OBJETO

COTAÇÃO DE PREÇOS para futura aquisição de 10 - TERMOMÊTRO DIGITAL, com a finalidade de atender a secretaria de saúde do município de Santa Rita do Pardo – MS.

10 unidades de **TERMÔMETRO DIGITAL**, Tipo: Infravermelho; Aplicação: para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo Homologado em adultos e crianças; Característica(s): distância de aferição entre 5 a 15 cm, com gatilho acionador e bip indicativo (aproximadamente 1 segundo), display para mensuração da temperatura LCD retro iluminado, alarme sonoro na detecção de febre e apresentação de diferentes cores conforme a temperatura, tempo máximo p ara med i ção 1segundo, desligamento automático da bateria após uso, com faixa de medição de 32,0 a 43,0 °C (Pele) e 0 a 100°C (Superfície ou objetos); Alimentação: 2 pilhas AAA inclusas; Garantia: 1 ano.

OBS: conter foto do termômetro e especificação.

Atenciosamente,

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA Secretária Municipal de Saúde Pública Santa Rita do Pardo - MS Tel. (67) 3591-1621 / (67) 9 9906-0299

www.santaritadopardo.ms.gov.br

Orct n 125V 2020 PREF DE SANTA RITA DO PARDO termometro.doc 715K

July 1



FIS 85
Rubrica

ORÇT.125V/2020

Campo Grande, MS 24 de junho de 2020.

A PREF MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO - MS SECRETARIA DE SAUDE

Ref.: MATERIAIS DE COMBATE A COVID19 - TERMOMETROS

Prezado Senhor,

Conforme solicitação, estamos encaminhando nosso orçamento globalizado de material, abaixo descrito, sendo:

ITEM 01

TERMOMETRO INFRAVERMELHO - REGISTRO NA ANVISA 80393919002

Faixa de Temperatura;

32-42,9°C

Erro maximo permitido:

Na faixa de 35 - 42 °C

Erro permitido ± 0,2 °C

Na faixa de menos de 35°C e mais de 42°C

Emp maximo permitta ± 0,3°C

Resolução:

0.140

Posição de medição:

Dentro de 2,5 cm do objeto de medição

Gerenciamento de energia:

Desligamento automatico após espera longa

Bateria:

DCBV (2 pilhas AAA)

Valor Unitário: R\$ 500,00 Quant.: 10 unidades

Valor total: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Condições gerais:

Validade desta proposta: 10 DIAS

Frete: por conta do cliente, a retirar aqui na empresa.

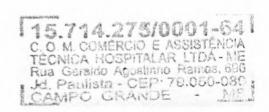
Condições de pagamento: à vista.

Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência: 2936 - X / Conta: 139384-7

Atenciosamente

\Jucélia Regina /







ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Comércio Atacadista de Medicamentos e materiais médico cirúrgico e hospitalares.

Fis 90 Rubrica

ORÇAMENTO

FORNECEDOR: ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda.

CNPJ: 12.014.370/0001-67 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90521263-01 FONE: (46) 3225-5767

EMAIL: vendas@abcdistribuidora.far.br

ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro, 177 / 85507-520 / Cristo Rei / Pato Branco - PR

Banco Sicredi ag: 0737 c/c 39989-2

ITEM	PRODUTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
		14.60		
A Section of the sect	Termômetro Infravermelho de Testa. Sem contato. Características mínimas do produto: possuir visor em LCD, tempo de resposta da	10	290,00	2.900,00
The second secon	aferição de 1 a 3 segundos, distância de 5 a 15 cm, precisão de +- 0,2°C/+- 0.4°F, capacidade de medir temperatura no intervalo			
	de 34,9°C a 42,2°C e indicadores luminosos e sonoros. Alimentação: 02 pilhas AAA.			
2	Registro na ANVISA. MARCA CHONGQING TERMOMETRO INFRAVERMELHO YRK 002A			

OBS: Cotação valida por 5 dias após a data do repasse da mesma.

Frete: CIF

Pato Branco, 30 de Junho de 2020.

Jonesa Castillos Vanessa de Castilhos.

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA RUA MARECHAL DEODORO, 177 CRISTO REI - CEP 85507-520

PATO BRANCO

PR

CNPJ 12.014.370/0001-67 / Inscrição Estadual: 90521263-01 Fone: (46) 3225-5767 / Email: vendas@abcdistribuidora.far.br Rua Marechal Deodoro, 177 / 85507-520 / Cristo Rei / Pato Branco - PR

ABC DISTRIBUIDORA

Detalhes do Produto

Nome da Empresa

H7 IMPORT EIRELI - ME

CNPJ

14.209.847/0001-95

Autorização

8.19.951-6

Produto

ZHOUPAI TERMOMETRO INFRAVERMELHO YRK 002A

Modelo Produto Médico

TERMOMETRO INFRAVERMELHO YRK 002A

Tipo de Arquivo

Arquivos

Expediente, data e hora de inclusão

Nenhum Arquivo Encontrado(a)

Nome Técnico

TERMOMETRO DIGITAL POR INFRAVERMELHO

Registro

81995169004

Processo

25351.517831/2020-19

Fabricante Legal

 FABRICANTE: CHONGQING GUIGUZI MEDICAL DEVICE TECHNOLOGY CO., LTD - CHINA, REPÚBLICA POPULAR

Classificação de

Risco

II - MEDIO RISCO

Vencimento do

Registro

VIGENTE

Voltar



ORÇAMENTO - TERMOMETRO DIGITAL

Paulo Roberto - Mundi Representações <vendas2@mundirepresentacoes.com.br> Para: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP <saude.srp.ms@gmail.com> ${\tt Cc: administrativo@mundirepresentacoes.com.br, diretoria@mundirepresentacoes.com.br, vendas1@mundirepresentacoes.com.br} \\$ 25 de junho de 2020 13:01

Rubrica

Boa tarde , Gabriela!!!

segue proposta solicitada ok

att-



De: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP [mailto:saude.srp.ms@gmail.com]

Enviada em: quinta-feira, 25 de junho de 2020 09:04 Para: Paulo Roberto - Mundi Representações

Assunto: Re: ORÇAMENTO - TERMOMETRO DIGITAL

Bom Dia, por favor preciso que conste o CNPJ DA EMPRESA e assinatura na proposta.

Em qua., 24 de jun. de 2020 às 17:27, Paulo Roberto - Mundi Representações <vendas2@mundirepresentacoes.com.br> escreveu:

Prezada Gabriela , boa tarde !!!

Conforme contato telefônico, segue proposta com dados atualizados.

Aguardo o seu retorno o mais breve possível com a ordem de fornecimento para darmos andamento a entrega dos materíais.

Saliento que nossos estoques se esgotarão em breve devido à demanda emergencial do mercado para controle do COVID-19.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Att



June 1

De: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESP [mailto:saude.srp.ms@gmail.com] Enviada em: quarta-feira, 24 de junho de 2020 14:27
Para: vendas2@mundirepresentacoes.com.br

Assunto: Cotação De Termômetro



MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI - ME

CNPJ: 20.371.330/0001-09 - INSC. ESTADUAL: 797.056.768.113

RUA: FRANÇA, № 1950 – BAIRRO: VILA ELISA

CEP 14075-490 - RIBEIRÃO PRETO - SP

FONE: (16) 3325-2928

E-mail: suporte.licita@mundirepresentacoes.com.br

AO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

CNPJ: 12.022.274/0001-60 A/C SETOR DE COMPRAS

CONTATO: GABRIELA – (67)3591-1621 – e-mail: saude.srp.ms@gmail.com

Fig. 93

A Empresa MUNDI EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELLI - ME, inscrita no CNPJ n°. 20.371.330/0001-09 e na Inscrição Estadual nº 797.056.768.113, por intermédio de seu representante legal a Sra. Aline Gomes de Almeida, portadora da Carteira de Identidade nº. 29.621.564-8 e Do CPF nº. 280.178.008-19, vem através deste documento apresentar a nossa proposta dos produtos solicitados:

PROPOSTA COMERCIAL

ltem	Descrição do Produto	Quant	Marca	Modelo	Valo Ur	r Venda nitário	Val	or Venda Total
1	TERMOMETRO DIGITAL	10	PENRUI	JRT-200	R\$	439,00	R\$	4.390,00
				то	TAL DA	PROPOSTA:	R\$	4.390,00

TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO (QUATRO MIL E TREZENTOS E NOVENTA REAIS).

• Validade da Proposta: 10 DIAS

• Condição de pagamento: À COMBINAR

Entrega: EM ESTOQUE / FRETE GRATIS

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL

AG 3235-2

C/C 38591-3

"VALORES PASSÍVEIS DE REAJUSTE A QUALQUER MOMENTO DEVIDO A PANDEMIA DO COVID-19"
OBS: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL COMBATE COVID-19 CONFORME RDC № 356 - 23 DE MARÇO DE 2020

DECLARO, sob as penas da lei, que os preços cotados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Por ser verdade assina o presente.

Ribeirão Preto, 25 de Junho de 2020.

20.371.330/0001-09 teleplote control c

Viin (2/5) | 1.47 (4/4) (5-49) RIBEIR 15 (4/4) (5 (7) (7) Telerano (16) (3) 25-29/3

MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS ODON POLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI - ME

CNPJ: 20.371.330/0001-09 - INSC. EXTADUAL: 797.056.768.113



Departamento de Licitações e Contratos ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PRECOS DE MÉDIA

Objeto:

001728 Código/No

01/07/2020

R\$ 3.598,00 Valor Total

AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA) ODONTOLOGICOS E

EQUIPAMENTOS

MUNDI

440,00

500,000

130,00

290,00

10,000

3

TERMOMETRO DIGITAL TIPO : INFRAVERMELHO; APLICAÇÃO PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPÓREO HOMOLOGADO EM

51943

01

0001

соріво ро

ITEM

LOTE

3.598,00

359,80

JATOT

NÉDIO PREÇO

11111111111

111111111111

11111111111

MATERIAL HOSPITALAR EIRELI

MEDICAMENTOS E
MEDICAMENTOS E

C O M COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA -

BANCO DE PREÇOS

AGTJ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ABC

BOADITNAUD

DAIDND

ESPECIFICAÇÃO

ANEXO

R\$ 3.598,00 **VALOR TOTAL DO ANEXO:**

MÉDIA DE PREÇOS Nº .: 001728

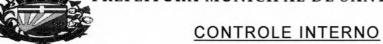
Rua Marechal Floriano Peixoto, 910 - Centro - Cep 79.690-000 - Santa Rita do Pardo/MS Fone: (67) 3591-1123 - CNPJ: 01.561.372/0001-50

Folha 1 de 1

94

Rubrica

FIS



FIS 95

Parecer Controle Interno Nº 126/2020 ANALISE DOCUMENTAL FASE PREPARATÓRIA

Tratam os autos quanto da análise das peças preparatórias iniciais para posterior realização do processo Licitatório de acordo com a Lei 8.666/93 para "Contratação de Empresa para Fornecimento de 10 Unidades de Termômetros Digitais Laser Infravermelho de testa para medir a temperatura corporal com a finalidade de atender a demanda da Secretária de Saúde Municipal, em razão do momento de Calamidade Pública (Pandemia Covid 19), conforme Decreto nº061/2020 e especificações constantes do Termo de Referência".

INTRODUÇÃO:

É através do procedimento administrativo denominado licitação que a Administração Pública objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bens e serviços, denominados objeto da licitação, mediante contratação de seu interesse. Ao final deste procedimento, também denominado certame licitatório, estabelecer-se-á o vínculo negocial entre os interessados em contratar com o Ente Público, os quais disputarão de forma igualitária tal mister.

O procedimento licitatório, como processo administrativo que é, compõe-se de fases, ou como afirma MEIRELLES (1999, p. 246), "desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes".

DA FINALIDADE / OBJETO:

O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, adquire contorno especial neste a "Contratação de Empresa para Fornecimento de 10 Unidades de Termômetros Digitais Laser Infravermelho de testa para medir a temperatura corporal com a finalidade de atender a demanda da Secretária de Saúde Municipal, em razão do momento de Calamidade Pública (Pandemia Covid 19), conforme Decreto nº061/2020 e especificações constantes do Termo de Referência".

"Uma vez exigir especificação de forma clara, objetiva, convenientemente definida em edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo do Poder Público, buscando exonerar as partes contratantes de descontentamentos e insatisfações, impedindo incertezas quanto à ideal formatação do objeto a ser contratado, devendo ser realizado para isso Estudo Técnico Preliminar e ainda Termo de Referência.

4



CONTROLE INTERNO

FIS 99	
	2
Ru	brica

DO REQUERIMENTO:

Com origem na Secretária Municipal de Saúde foi formalizado o documento Memorando nº 605/2020 SESP, DE 25 DE JUNHO DE 2020, sendo ainda encaminhados os documentos de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, para fins de instruir na realização do devido processo licitatório sendo o objeto a "Contratação de Empresa para Fornecimento de 10 Unidades de Termômetros Digitais Laser Infravermelho de testa para medir a temperatura corporal com a finalidade de atender a demanda da Secretária de Saúde Municipal, em razão do momento de Calamidade Pública (Pandemia Covid 19), conforme Decreto nº061/2020 e especificações constantes do Termo de Referência".

<u>Do Estudo Técnico Preliminare - ETP e do</u> Termo de Referência:

Conforme estabelece <u>a Lei nº 8.666 Art. 6º, IX</u> e ainda a Instrução Normativa nº 05/2017, publicada pelo antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MPDG, atual Ministério da Economia-ME, onde <u>verificamos</u> que "Constam do processo os documentos:

1) - ETP - Estudo Técnico Preliminares

A elaboração do estudo técnico preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem por objetivo:

- a) Assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto.
- b) Embasar o termo de referência ou projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2) -Termo de Referência

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o Objeto ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado



CONTROLE INTERNO

Rubrica

FIS 93

com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conforme estabelece a Lei Complementar 101 Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar brasileira que visa impor o controle dos gastos da União, estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos, verificamos neste sentido o atendimento ao Art. 16 incisos I e II e ainda do Art.14 da lei de licitações 8.666 quanto da respectiva Previsão Orçamentária, sendo:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA: As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) seguintes dotações:

03. Fundo Municipal de Saúde 03.13 Secretária de Saúde Pública 10.122.0007 - Administração Geral 2.082 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID 19 0.30.00.00.00.00.00.01.0014 Material de Consumo

CONSIDERAÇÕES:

Constatada a existência dos elementos mínimos obrigatórios para o inicio do processo licitatório proposto, onde verificamos da presente análise que foram devidamente apresentadas as justificativas Técnicas, bem como o Objetivo Geral ; Específicos, através de documento Estudo Técnico Preliminar e ainda as demais informações necessárias, constantes do Termo de Referência acerca da viabilidade da referida, contratação.

Neste sentido sendo o nosso parecer favorável, verificadas a existência dos elementos básicos necessários / peças mínimas obrigatórias, para fins de instruir o posterior processo licitatório sendo: 1) Estudo Técnico Preliminar e 2) Termo de Referência

Recomendamos a devida apreciação do presente requerimento a assessoria jurídica desta municipalidade, bem como ainda, da necessidade de haver a aprovação do chefe do Executivo Municipal, para a devida autorização de abertura de processo licitatório, conforme estabelece a Lei 8.666.

Santa Rita do Pardo, 01 de julho de 2020

Diretor de controle internation Matricula n 62.561



Fis 98

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos

PEDIDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA

DO: Departamento de Compras e Licitações PARA: Secretario Municipal de Finanças

Senhor Secretário,

Considerando as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, solicitamos a autorização e reserva orçamentária para abertura e processo administrativo, a fim de atender a realização de licitação, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA)

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
10.122.0007-2.082 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
00.01.0014 00.01.0014

R\$ 3.598,00 (três mil e quinhentos e noventa e oito reais)

Ficha: 095

Santa Rita do pardo/MS, 29 de Junho de 2020.

Fernando Luiz Minatti Diretor de Compras

D 5512020



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos

FIS QQ Q

RESERVA ORÇAMENTÁRIA

DO: Secretario Municipal de Finanças

PARA: Departamento de Compras e Licitações

Conforme solicitação, informamos que nesta data procedemos a Reserva Orçamentária para cobrir as despesas previstas, conforme abaixo discriminado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA)

Dotação: 2 - 03.03.13-10.122.0007-2.082-3.3.90.30.00-00.01.0014

Ficha: 095

R\$ 3.598,00 (três mil e quinhentos e noventa e oito reais)

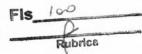
Santa Rita do Pardo/MS, 29 de Junho de 2020.

Emerson Peralta Figueiredo

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos



À Sua Excelência o Senhor CACILDO DAGNO PEREIRA Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção às solicitações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, cujo objeto é aquisição de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo homologado em adultos e crianças. (situação de emergência em saúde pública), cumpre-nos solicitar à Vossa Excelência a tramitação do Processo para a contratação solicitada.

Sem mais para o momento.

Santa Rita do Pardo/MS, 30 de Junho de 2020.

Fernando Luiz Minatti Diretor de Compras



D 55/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL **Departamento de Licitações e Contratos**

FIS 101

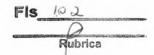
DESPACHO

Conforme solicitação do Núcleo de Compras e Licitações, juntamente com as solicitações realizadas pelas Secretarias Municipais, e estando devidamente cumpridas as formalidades do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, AUTORIZO a abertura do procedimento licitatório para Aquisição de termômetro digital laser infravermelho de testa para medir a temperatura corporal sem contato corpóreo homologado em adultos e crianças. (situação de emergência em saúde pública) e encaminho o presente processo para as providências decorrentes.

Santa Rita do Pardo/MS, 30 de Junho de 2020.

Cacildo Dagno Pereira Prefeito Municipal







MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.014.370/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

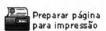
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:27:59 do dia 03/03/2020 <hora e data de Brasília>. Válida até 30/08/2020.

Código de controle da certidão: 18A8.88B8.8BC3.7C2A Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta





FIS 103

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.0

12.014.370/0001-67

Razão Social: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Endereço:

R MARECHAL DEODORO 177 / CRISTO REI / PATO BRANCO / PR / 85507-

520

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032202314489908764

Informação obtida em 02/04/2020 10:54:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br







FIS 104
Rubfica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.014.370/0001-67 Certidão n°: 15128376/2020

Expedição: 01/07/2020, as 10:21:45

Validade: 27/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **12.014.370/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - PARANÁ Secretaria de Finanças Divisão de Tributos

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOME.....: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF..: 12.014.370/0001-67

ENDEREÇO..: MARECHAL DEODORO , 177 - CRISTO REI

MUNICIPIO.: PATO BRANCO UF: PR

FINALIDADE: Cadastro

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura no cadastro Imobiliário ou Mobiliário do sujeito passivo acima identificado, é CERTIFICADO que CONSTAM DÉBITOS NÃO VENCIDOS OU CUJA EXIGIBILIDADE ENCONTRA-SE SUSPENSA, INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA.

A Fazenda Municipal reserva-se o direito de cobrar Dívidas posteriormente constatadas, mesmo referente a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.patobranco.pr.gov.br/.

Certidão emitida com base na Lei Municipal. Emitida em 25/05/2020. Válida até 90 dias após a data de emissão desta. Código/Ano da certidão.....: 0019748/2020 Código de autenticidade da certidão: 269856480269856

Certidão emitida gratuitamente. --

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

A Report



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Fis 106
Rubrica

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 021858023-11

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 12.014.370/0001-67
Nome: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 01/09/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

ATA DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº: 0123/2020

DISP. Nº 0055/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 01/07/2020

HORÁRIO: 14:30

Reuniu-se nesta data, em sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação, para apreciar, analisar e julgar a licitação acima descriminada.

Manifestou interesse na participação a(s) seguinte(s) empresa(s):

ME/EPP	CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE	OBSERVAÇÕES
	12.014.370/0001-67	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		Apenas enviou os envelopes.
	15.714.275/0001-64	C O M COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA - ME		Apenas enviou os envelopes.
	16.917.181/0001-55	CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI		Apenas enviou os envelopes.
	20.371.330/0001-09	MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI		Apenas enviou os envelopes.

Após a análise da(s) documentação(ões) a Comissão decidiu, por unanimidade de seus membros, classificar a(s) empresa(s) conforme se segue:

HABILITAÇÃO									
RAZÃO SOCIAL	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES							
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	HABILITADO								
C O M COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA HOSPITALAR LTDA - ME	HABILITADO								
CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI	HABILITADO								
MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS EIRELI	HABILITADO								

Após o respectivo exame, tiveram os seus valores anunciados, resultando nas seguintes propostas escritas:

IEXO	LOTE	ITEM	VALOR	ANEXO	ПЕМ	VALOR	ANEXO	ПЕМ	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
Ι	001	1	290,00												
										VALO	R TOTAL	DO FORNE	CEDOR:	R\$ 2.	900,00
			Marian Calcar		COM	COMERCIO	ASSIST	ENCIA I	ECNICA HO	SPITALAR	LTDA -	ME			
ANEXO	LOTE	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
I	001	1	500,00												
										VALO	R TOTAL	DO FORNE	CEDOR:	R\$ 5.	000,00
					CCAF CC	MERCIO DE	MEDICA	MENTOS	SE MATERIA	AL HOSPIT	ALAR EI	RELI			
			VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR

ATA DA SESSÃO - PROCESSO Nº.: 0123/2020

Folha 1 de 2



FIS 109
Rubrica

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL **Departamento de Licitações e Contratos**

				MU	NDI EQ	UIPAMENTO	S MEDICO	S, ODO	NTOLOGICO	S E VETER	INARIO	SEIRELI			
ANEXO	LOTE 001	ITEM 1	valor 439,00	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
										VALO	R TOTA	L DO FORNE	CEDOR:	R\$ 4.	390,00

Após o recebimento e julgamento da(s) proposta(s), a Comissão deliberou por unanimidade de seus membros CLASSIFICAR o objeto do presente certame conforme se segue:

					ABC DIS	TRIBUIC	ORA I	DE MEDICA	MENTOS	LTDA				
ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR	ANEXO	ITEM	VALOR
I	1	290,00												
									VALOR TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 2.900,00	

Valor Total: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

ROBERTO GOMES DA SILVA MEMBRO / EQUIPE DE APOIO CRISTIANA DOS SANTOS SILVA MEMBRO / EQUIPE DE APOIO MAIANY SANTOS DA SILVA PRESIDENTE

ATA DA SESSÃO - PROCESSO Nº.:

0123/2020



Rubrica

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos

																~	
D	F	C	11	т	Λ	D	0	D	F	т	C	т	т	Δ	C	Δ	0
-	_	•	•		_		•		_	 -	•	-			~		•

No Processo Modalidade/No Data DISP. Nº 0055/2020 0123/2020 08/07/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
I	0001	01	51943	TERMOMETRO DIGITAL TIPO : INFRAVERMELHO; APLICAÇÃO PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPÓREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS; CARACTERISTICAS : DISTANCIA DE AFERIÇÃO ENTRE 5 A 15 CM , COM GATILHO ACIONADOR E BIP INDICATIVO (APROXIMADAMENTE 1 SEGUNDO) DISPLAY PARA MENSURAÇÃO DA TEMPERATURA LCD RETRO ILUMINADO, ALARME SONORO NA DETECÇÃO DE FEBRE E APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES CORES CONFORME A TEMPERATURA TEMPO MAXIMO PARA MEDICAO 1 SEGUNDO DESLIGAMENTO AUTOMATICO DA BATERIA APÓS USO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 32,0 A 43,0 °C (PELE) E 0 A 100°C 2 PILHAS AAA INCLUSAS; GARANTIA : 1 ANO.	UN	10,000	CHONGQING	290,00	2.900,0

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR:

R\$ 2.900,00

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº.: 0123/2020

Folha 1 de 1



FIS AND Rubrica

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos

Pedido de Empenho/RESULTADO

Nº Processo — Modalidade/Nº — Data Homologação — O123/2020 DISP. Nº 0055/2020 01/07/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO

CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

— Dados do Fornecedor/Contrato

Razão Social: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 12.014.370/0001-67

End.: R MARECHAL DEODORO N: 177

Telefone/Fax:

Bairro:

Cep:

PATO BRANCO/PR

(46)3225-5767

CRISTO REI

85507-520

Data da assinatura: **01/07/2020**

Vigência: 01/07/2020 A 01/10/2020

Nº Contrato: *****

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.13 SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

10.122.0007-2.082 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

00.01.0014 00.01.0014

Ficha: **095**

CNPJ: 00.000.000/0000-00

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
I	0001	01	51943	TERMOMETRO DIGITAL TIPO : INFRAVERMELHO; APLICAÇÃO PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPÓREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS; CARACTERISTICAS : DISTANCIA DE AFERIÇÃO ENTRE 5 A 15 CM , COM GATILHO ACIONADOR E BIP INDICATIVO (APROXIMADAMENTE 1 SEGUNDO) DISPLAY PARA MENSURAÇÃO DA TEMPERATURA LCD RETRO ILUMINADO, ALARME SONORO NA DETECÇÃO DE FEBRE E APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES CORES CONFORME A TEMPERATURA TEMPO MAXIMO PARA MEDICAO 1 SEGUNDO DESLIGAMENTO AUTOMATICO DA BATERIA APÓS USO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 32,0 A 43,0 °C (PELE) E 0 A 100°C 2 PILHAS AAA INCLUSAS;GARANTIA : 1 ANO.		10,000	CHONGQING	290,00	2.900,00

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR

R\$ 2.900,00

PEDIDO DE EMPENHO - CONTRATO Nº .: *****

Folha 1 de 1

Rua Marechal Floriano Peixoto, 910 - Centro - Cep 79.690-000 - Santa Rita do Pardo/MS Fone: (67) 3591-1123 - CNPJ: 01.561.372/0001-50



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FIS 111

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

ASSESSORIA JURÍDICA - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS

Parecer Jurídico

ASSUNTO: Contratação de empresa para fornecimento de termômetros para enfrentamento pelo serviço de saúde da pandemia do covid-19.

EMENTA: Administrativo. Licitação. Compra comum. Contratação Direta. Valor. Aquisição direta, em caráter emergencial, por dispensa de licitação, em razão da urgência configurada pela de COVID19, causada pelo novo Coronavírus. Autorização para dispensa de licitação visando à aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde, com arrimo no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020); situação emergencial e anormal através DECRETO do NORMATIVO DECRETO ESTADUAL Nº 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020; Situação de Emergência em Saúde Pública declarada pelo DECRETO MUNICIPAL nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19; Possibilidade. Viabilidade. Dispensa de Licitação. Arrimo Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 123/2020 PROCESSO DISPENSA N.º 055/2020

RELATÓRIO E PARECER

A proposição tem por objetivo a contratação para as finalidades descritas no preâmbulo deste opinativo.

A lei de licitações e contratos, no art. 24, inciso IV¹, fornece previsão legal para a possibilidade da contratação emergencial.

O arrimo legal, todavia, não se estabelece com base na lei de licitações e contratos administrativos 8.666/93.

¹ Art. 24. Omissis

IV - nos casos de <u>emergência</u> ou de calamidade pública, quando caracterizada <u>urgência de atendimento de situação</u> que possa ocasionar <u>prejuízo</u> ou <u>comprometer</u> a <u>segurança</u> de <u>pessoas</u>, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (sem grifos no original)



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FIS 112

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Considerando a situação de extrema urgência e emergência, a lei procurou abarcar uma hipótese de contratação direta específica e temporária, em que pese guardar inspiração em algumas das disposições regulares das contratações emergenciais disciplinadas pela Lei n. 8.666/93.

Note-se que as contratações diretas a serem entabuladas no âmbito da Lei n. 13.979/2020, porém, não se confundem em absoluto com as contratações emergenciais típicas, seja pelo procedimento diferenciado tratado pela norma geral de licitações e contratos administrativos, especificamente pela aplicação direcionada e temporária.

Assim, ainda que hajam eventualmente similaridades, as hipóteses de dispensa são material e faticamente distintas, devendo ser tratadas de forma independente.

Por conseguinte, vem a doutrina entendendo que não há que se falar em arrastamento dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais relativos ao artigo 24, IV, da Lei n. 8.666/93, para as contratações destinadas ao atendimento da presente situação de emergência em saúde pública, tendo sempre em mente que o caráter singular da contratação direta disciplinada inclusive foi por legislação específica, qual seja, pela Lei Federal nº 13.979/2020.

A Lei nº 13.979/2020 criou uma nova hipótese de dispensa de licitação, de caráter temporário (art. 4º, § 1º) e específica "para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

Por conseguinte, essa norma se insere na competência privativa da União para legislar sobre as normas gerais de licitações e contratos e <u>pode ser aplicada</u> por <u>qualquer ente da federação</u>.

Além do referido instrumento legal, a condição de estarmos vivendo uma Pandemia, e a Situação de Emergência em Saúde Pública, emergem induvidosamente, além da pública e notória situação, da própria Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020), pela Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), também pela Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, bem como pelos DECRETOS Nº 15.391, DE 16 DE MARÇO DE 2020, e 15.393, DE 17 DE MARÇO DE 2020, do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como pelo Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus, emergindo, portanto, inequívoca a condição de emergência em saúde pública.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL FIS AND

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Assim, visando atender de forma célere e eficiente às necessidades administrativas oriundas da pandemia, o legislador federal dispensou a exigência de licitação para a "aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente coronavírus" (Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020).

A amplitude da lei, por conseguinte, é ampla, abrangendo bens, serviços e quaisquer insumos de saúde, desde que sejam empregados no enfrentamento da emergência causada pelo coronavírus.

Portanto, entende-se aplicável para a aquisição pretendida as disposições da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

A Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, assim estabelece no art. 4º:

- Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.
- § 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
- § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Trata-se de hipótese de contratação direta contemplada em lei específica, exclusivamente relacionada à pandemia causada pelo coronavírus.

Assim sendo, a dispensa de licitação disciplinada pela Lei n. 13.979/2020, inaugura uma hipótese específica de contratação direta com uma finalidade precisa: o necessário enfrentamento da situação decorrente da ameaça representada pela COVID-19.

A dispensa tratada pela novel legislação, além de possuir destinação específica, <u>é do tipo temporária</u>, quer dizer, <u>somente pode ser invocada enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.</u>



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL FIS A 4 4

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000 -

SANTA RITA DO PARDO - MS

Rubrica

Considerando a situação de extrema urgência e emergência, a lei procurou abarcar uma hipótese de contratação direta específica e temporária, em que pese guardar inspiração em algumas das disposições regulares das contratações emergenciais disciplinadas pela Lei n. 8.666/93. Note-se que as contratações diretas a serem entabuladas no âmbito da Lei n. 13.979/2020 não se confundem em absoluto com as contratações emergenciais típicas, seja pelo procedimento diferenciado tratado pela norma, seja pela aplicação direcionada e temporária.

Deste modo, ainda que existam eventuais similaridades, as hipóteses de dispensa são <u>material</u> e <u>faticamente</u> <u>distintas</u>, devendo ser tratadas de <u>forma independente</u>.

A doutrina se manifesta no sentido de que não há que se falar em arrastamento dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais relativos ao artigo 24, IV, da Lei n. 8.666/93 para as contratações destinadas ao atendimento da presente situação de emergência em saúde pública, tendo sempre em consideração o caráter singular da contratação direta disciplinada pela Lei n. 13.979/2020.

De se registrar, por oportuno, que a contratação direta ora examinada está adstrita ao prazo em que ocorrer a emergência em saúde pública internacional ou nacional, sem, contudo, incidirem, segundo o entendimento da doutrina e dos operadores do direito, das limitações quanto ao prazo máximo de duração da emergência, e, não obstante se assemelhem à dispensa emergencial do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, as contratações emergenciais lastreadas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, não se adstringem ao período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do fato emergencial, como estabelece a norma geral de licitações e contratos — lei federal nº 8.666/93.

A Lei nº 13.979/2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória n. 926/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus, em seu artigo 4º-C estabelece:

Art. 4°-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, <u>não será exigida</u> a <u>elaboração</u> de <u>estudos preliminares</u> quando se tratar de <u>bens</u> e <u>serviços</u> <u>comuns</u>. (grifei)

Nos impende observar que a celeridade da situação de emergência em saúde pública mitigou, portanto, o passo-a-passo da fase de planejamento, disciplinando-o de forma objetiva e simplificada. Logo, acerca dos Estudos Preliminares da Contratação, a novel lei dispensa sua elaboração para "as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei", quando se tratar de bens e serviços comuns.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL FIS

Rubrica

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Veja-se que a lei estabelece uma faculdade, de forma que se o órgão entender que é necessária a realização dos mesmos, poderá fazê-lo, não havendo vedação para dando, mas a faculdade de dispensá-lo.

No que respeita à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Lei 13.979/2020, fixou procedimento mais célere com Básico. especificação de principais requisitos para elaboração referido documento, objetivando uma contratação iluminada pelas boas práticas, porém, destituída da 'exagerada burocratização' que se tem nos certames licitatórios.

Nesse sentido, o artigo 4º-E:

- Art. 4°-E: Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.
- § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:
- I declaração do objeto;
- II fundamentação simplificada da contratação;
- III descrição resumida da solução apresentada;
- IV requisitos da contratação;
- V critérios de medição e pagamento;
- VI estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:
- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

- § 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.
- § 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Portanto, nos casos em que a autoridade competente julgar necessária, a fase de planejamento da contratação poderá ser simplificada, nos termos da Lei n. 13.979/2020, de forma que haja o enfrentamento da situação de emergência com a maior celeridade possível.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL FIS ON G

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A FONE (067) 3591-1123 Rubrica

CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Quando à aplicação ou inaplicabilidade do artigo 26 da Lei 8.666 - inclusive no que toca à necessidade de publicação da contratação na imprensa

A disciplina diferenciada estabelecida pela Lei n. 13.979/2020, em cujo procedimento se lastreia as contratações dessa natureza, nada diz a respeito.

oficial e ratificação do reconhecimento da dispensa, divergem os doutrinadores.

Trata-se de lei especial, que, portanto, segundo as normas de interpretação do direito, derroga lei geral.

O art. 26 da lei de licitações e contratos, é claro ao dispor a sua aplicabilidade às dispensas previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, de modo nos filiamos ao entendimento de que não é razoável exigir que incida diretamente sobre a dispensa do art. 4º da Lei nº 13.979. O que seria possível afirmar é que poderia haver uma eventual aplicação analógica da regra prevista no art. 26 às contratações regidas pela Lei nº 13.979/2020. A analogia se aplica quando há lacunas no texto normativo e quando se tratar das mesmas circunstâncias e da mesma previsão. Essa última ressalva é importante, porque inobstante o art. 4º possa eventualmente ser inspirado no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93, as circunstâncias que envolvem um e outro são bastante peculiares e absolutamente distintas (um está em uma norma permanente e o outro em uma lei temporária para tratar de uma emergência internacional sem precedentes), de modo que nos filiamos à tese de que não é razoável simplesmente presumir que o que seria aplicável a um o seria também a outro.

Por tais motivos, chegamos à conclusão de que não há aplicação analógica do art. 26 supracitado para as contratações diretas arrimadas na Lei nº 13.979/2020. A necessidade de justificativa da escolha do fornecedor se dá em razão do princípio da impessoalidade c/c os princípios republicanos e da motivação dos atos administrativos, trazidos no texto constitucional, e não propriamente por uma necessidade de aplicação analógica do art. 26 da lei 8.666/93.

O fato emergencial é, por sua vez, reconhecido nas normas supra mencionadas, sendo, assim, possível realizar contratações diretas durante a vigência da pandemia desde que haja compatibilidade entre a necessidade administrativa e os acontecimentos decorrentes da emergência em saúde pública causada pelo coronavírus, e para aquisição de bens, serviços ou obras destinadas ao enfrentamento da pandemia.

Quanto à publicação, esta deve ocorrer em sítio eletrônico específico da Municipalidade.

O artigo 37 da Constituição Federal, estabelece o princípio da publicação ou publicidade como norte para a atuação administrativa, fixando a obrigatoriedade da disponibilização dos atos administrativos e instrumentos jurídicos celebrados pelos órgãos públicos com o intuito de possibilitar o pleno conhecimento da sociedade.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

A Lei n. 8.666 de 1993 em seu parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666, de 1993 fixa "a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial", que se consubstancia em condição indispensável para sua eficácia.

Por sua vez, a Lei n° 13.979, de 2020, em seu artigo 4°, notadamente, parágrafo segundo, <u>fixou como meio de consagração prática</u> do princípio da publicidade a publicação em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet) nas situações abrangidas pela norma, adiante invocada:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

- § 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
- § 2º <u>Todas as contratações</u> ou <u>aquisições</u> realizadas <u>com fulcro</u> nesta Lei <u>serão imediatamente disponibilizadas em sítio</u> <u>oficial específico na rede mundial de computadores</u> (<u>internet</u>), <u>contendo</u>, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o <u>nome</u> do <u>contratado</u>, o <u>número</u> de sua <u>inscrição</u> na Receita Federal do Brasil, o <u>prazo</u> contratual, o <u>valor</u> e o respectivo <u>processo</u> de <u>contratação</u> ou <u>aquisição</u>. (grifamos e destacamos)

Ainda que possam haver questionamentos acerca da técnica utilizada no instrumento normativo, entende-se que a dicção "Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei" emerge cristalina, induvidosa, ao estabelecer a sua abrangência de forma mais ampla possível, de modo que tanto contratos decorrentes de contratações diretas, quanto de licitações, se fundamentados na Lei nº 13.979/20, podem ter suas publicações instrumentalizadas na forma do art. 4º, §2º, não havendo vedação que se faça da forma tradicional ou estabelecida pela lei federal nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FIS 118

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 – BLOCO A FONE (067) 3591-1123

Rubrica

CEP 79.690-000

SANTA RITA DO PARDO - MS

Diante de todo o exposto, concluímos que:

- 1) existe possibilidade jurídica para dispensa de licitação pelo valor, nos termos do artigo 4°, da lei nº 13.979/20, sendo possível do ponto de vista jurídico;
- 2) ao Chefe do Executivo competirá avaliar os critérios de conveniência e oportunidade, e especialmente da necessidade da contratação para a Administração, e, no caso de autorização, determinar sejam observados os preceitos legais da e demais disposições da Lei nº 13.979/20.

É o parecer, o qual submetemos à apreciação superior.

Santa Rita do Pardo (MS), 01 de junho de 2020.

Everton Faleiro de Pádua

Assessoria Jurídica Município OAB/PR 36.866 OAB/MS 10.757-A

Matrícula nº 541



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0123/2020

MODALIDADE/Nº: DISP. Nº 0055/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E

CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

Vencedor(es): ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);

Santa Rita do Pardo/MS, 1 de julho de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra-relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 1 de julho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

Profesiure Hamicipal de Sanie Rita de Parde IRI

Attracta so mural da Prefattura Municipal nos

do mes 07 de 2020

Secretaria do Galainete de Profesio

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

www.portaljornaldacidade.com.br

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 147/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 080/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS.

CONTRATADA: B & G Construtora Eireli - ME.

OBJETO: Cláusula Primeira - Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo, a vigência contratual, estabelecido na Cláusula Primeira do Terceiro Termo Aditivo do Instrumento Original, sobretudo elevando o vencimento previsto de 26 de Junho de 2020 para 26 de Julho de 2020).

Clausula Segunda - Em função da adequação na execução da de Reforma do Prédio da Escola Municipal de Educação Infantil "Antonio Arcanjo dos Santos Junior" de Santa Rita do Pardo/MS, fica suprimido em 3,55% ou seja um valor de RS 25.897,38 (vinte cinco oitocentos noventa sete reais e trinta oito centavos). alterando o valor contratado R\$ 729.961,66 (setecentos vinte nove mil novecentos sessenta um reais e sessenta seis centavos), para o valor de R\$ 704.064,28 (setecentos quatro mil sessenia quatro reais e vinte oito centavos)

Cláusula Terceira - Em função da adequação na Cláusula Anterior fica Alterar o valor contratato, acrescentando mais 3,49% o valor contratado, aumentando assim o valor em mais R\$ 25.454.04 (vinte cinco mil quatrocentos cinquenta quatro reais e quatro centavos), alterando assim o montante com a Supressão de R\$ 704.064,28 (setecentos quatro mil sessenta quatro reais e vinte oito centavos), para o valor de R\$ 729.518,32 (setecentos vinte nove mil quinhentos dezoito reais e trinta dois centavos)

DATA: 25/06/2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS.

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante

Sra. Kátia Cristina da Silva pela Contratante

Sr. Paulo Cesar Gonçalves pela Contratante.

EXTRATO DA PRIMEIRA APOSTILA DO TERMO DE CONCESSÃO Nº. 001/2013

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº. 102/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo - MS ONTRATADAS: Alessandro Marques da Silva - ME

"BJETO: Alteração do Contrato Social de acordo com a 01", 02" e 03" alteração Contratual, estabelecidos no instrumento do Termo de Concessão nº. 001/213, sob forma de compensação, conforme segue

a) - Alterar a Ração Social e dos Sócios da empresa Alessandro Marques da Silva - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.392.293/0001-41 e inscrição Estadual sob o nº. 28.367.104-1, com sede a Rua Rui Barbosa nº. 948. Centro, em Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Sr. Alessandro Marques da Silva, para a nova Razão Social da empresa Frigorífico Santa Rita do Pardo Ltda., com sede a na Rodovia MS-338, S/N. Prolongamento da Avenida Reni Campos de Araujo. Peritérico. CEP: 79.690-000, em Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Sr. Alessandro Marques da Silva e a Sra. Jackeline Gomes dos Santos Youg.

 b) - Alteração do Sócio da empresa Frigorífico Santa Rita do Pardo Ltda., com sede a na Rodovia MS-338, S/N, Prolongamento da Avenida Reni Campos de Araujo, Periférico, CEP: 79.690-000, em Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, retirando da Sociedade Sr. Alessandro Marques da Silva e a Sra. Jackeline Gomes dos Santos Youg, e integrando a nova sociedade o Sr. Marco Paulo Constantino e o Sr. Hamilton José Sentinello.

e) - Alterar a Ração Social da empresa Frigorífico Santa Rita do Pardo Ltda., com sede a na Rodovia MS-338, S/N. Prolongamento da Avenida Reni Campos de Aranjo, Periférico, CEP: 79.690-000, em Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Sr. Marco Paulo Constantino e pelo Sr. Hamilton José Sentinello, para a nova Razão Social da empresa Frigolon Fricorifico Ltda., com sede a na Rodovia MS-338, S/N, Prolongamento da Avenida Reni Campos de Araujo, Periférico, CEP: 79.690-000, em Santa Ria do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Sr. Marco Paulo Constantino e pelo Sr. Hamilton José Sentinello

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato

DATA: 18 de Junho de 2020

FORO: Comarca de Bataguassu - MS

SIGNATÁRIOS: Sr. Cacildo Dagno Pereira pela Contratante

ECRETO Nº 147/2020, DE 01 DE JULHO DE 2.020

Dispõe, no âmbito da administração pública municipal e da comunidade acerca de medidas complementares e ações em virtude da Situação de Emergência em Saúde Pública de importancia internacional decorrente do coronavirus responsável pelo surto de 2019/2020, no Município de SANTA RITA DO PARDO, destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavirus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelos artigos 23, inciso II, 30, inciso I, e artigo 37 e seguintes da Constituição Federal, bem como Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos lega

Considerando especialmente a Deciaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeide 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (CO-VID-19):

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Entergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19); Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavirus (CO-

Considerando a declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020;

Considerando a decretação de Emergência em Saúde Pública de Importância Na cional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavirus (CO-VID-19), pelo do Ministério da Saúde;

Considerando o quanto disposto no Decreto Municipal nº 061/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2.020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Municipio de Santa Rita do Pardo/MS, em razão de epidemia de doença infec ciosa viral respiratória - COVID-19, causada pelo agente novo coronavirus (CO-VID-19);

Considerando a declaração de pandemia pelo novo Coronavirus (2019-nCOV) pela Organização Mundial da Saúde; Considerando o dever de o Municipio zelar pela saúde pública e promover a de-

fesa sanitária, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei Orgânica Municipal; Considerando as disposições do inciso VI, artigo 121, da Lei Orgânica Municipal: Considerando as disposições do inciso XXXIII. artigo 9º, da Lei Orgânica Municipal:

Considerando as disposições do inciso IX, do artigo 56, da Lei Orgânica Municipal:

Considerando as disposições dos artigos 79-A, 80, incisos I, II, VIII e IX, e 81 a

83, todos da Lei Complementar nº 013/2007;

Considerando, nos termos do artigo 10, incisos I e II, e artigos 171, 172, inciso I, e 173, todos da Lei Orgânica do Município, o dever deste executar as ações de vigilância sanităria e epidemiológica, sendo necessário o controle e medidas preventivas quando alcançam riscos alarmantes ou potencialmente prejudiciais; Considerando que as ações preventivas e de acompanhamento também devem ser entendidas como de emergência:

Considerando a confirmação científica de que o vírus coronavirus (COVID-19) transita livremente no território brasileiro

Considerando a necessidade de serem tomadas decisões e adotadas ações urgentes, no sentido de se prevenir e tratar oportunamente tal enfermidade no âmbito da Municipalidade:

Considerando a imperiosa necessidade de integrar recursos humanos, técnicos

financeiros com os governos Estaduais e Federais; Considerando que a promoção da saúde e a prevenção dos riscos são inegavelnente as melhores formas de combate ao virus da coronavirus (COVID-19);

Considerando a necessidade de reforço de ações de prevenção, diagnóstico e trata mento visando à não propagação do COVID-19 (novo Coronavírus):

Considerando que o presente Decreto não implica o preenchimento de vagas de cargos efetivos, mas o atendimento a situação emergencial de interesse público; Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, ao qual cabe garantir, mediante adoção de políticas sociais e econômicas, a redução dos riscos de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e reparação, conforme determina o art. 196 da Constituição Federal;

Considerando as disposições do Guia Básico da covid-19, implementado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, versão 1, de Maio de 2020

 Contratações Emergenciais - Guia Básico, especificamente no seu item 4.6;
 Considerando que é dever do gestor do SUS, diante de situação transitória de excepcional interesse público, implementar ações com o fim de reduzir riscos de dano à vida e à saúde da população, como garantia de continuidade de serviços públicos essenciais; e

Considerando a existência de cadastro de reserva da Seleção Pública Simplificada realizada através do Processo Seletivo Simplificado SESP nº 004/2.019, da Secretaria Municipal de Saúde Pública, cujo resultado foi publicado pelo Edital nº 006/2.019 - Resultado Final, publicado DOM de 03 de Dezembro de 2019, Edição nº 1.637, e homologada pelo Decreto nº 198/2019, de 04 de dezembro de 2019, para as funções de Enfermeiro(a) 36 (trinta e seis) horas semanais, DECRETA: DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a contratação por prazo determinado de profissionais na área de saúde, como médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) e auxiliares de enfermagem, psicólogos(as), biomédicos(as), farmacêuticos(as), e demais funções de saúde, destinados a atuar no combate do COVID-19 (novo Coronavírus).

Art. 2º Os contratos temporários decorrentes da presente contratação temporária serão regidos pela Lei Complementar Municipal nº 013/2007, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 005/2020, que regulamentou a contratação temporária de nessoal, e terão vigência máxima de 12 meses, prorrogavel por igual período, nos termos da citada legislação, em eventual necessidade

§ 1º Eventual prorrogação, devidamente fundamentada nos termos da legislação em vigor e com fundamento em autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, somente deverá ser realizada dentro do prazo de validade da contratação vigente e que se pretende prorrogar.

§ 2º Finda a necessidade temporária que justificou a contratação ou presente qualquer das hipóteses elencadas pela lei, os contratos serão rescindidos de imediato. independente de indenizações.

Art. 3º A contratação prevista no Art. 1º dar-se-á através dos candidatos aprovados na Seleção Pública Simplificada desde que haja processos vigentes e observada a ordem de classificação, e também na forma estabelecida pelo artigo 81, incisos I a III. da Lei Complementar Municipal nº 013/2007.

Art. 4º As atribuições, remuneração mensal, carga horária e os requisitos de contratação para os profissionais contratados constam dos Anexos da Lei Complementar Municipal nº 013/2007

Art.5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Rita do Pardo, Mato Grosso do Sul, aos 01 de julho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

GABRIELA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Secretária Municipal de Saúde Pública - SESP

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Perma nente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado: PROCESSO Nº: 0123/2020

MODALIDADE'N°: DISP. N° 0055/2020 OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVER-MELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

Vencedor(es): ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. no Anexo I/Lote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); Santa Rita do Pardo/MS, 1 de julho de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) veneral -relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 1 de julho de 2020 CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado: PROCESSO Nº: 0122/2020

MODALIDADE/N°: DISP. Nº 0054/2020

OBJETO: Equipamentos de proteção para ser usado nos casos de óbitos causa nelo virus COVID-19

Vencedor(es): MC PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES - EIRELI ME, no Anexo I/Lote 0001 - itens: 1,2,3.4, totalizando R\$ 2.491,20 (dois mil e quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos);

Santa Rita do Pardo/MS, 30 de junho de 2020. MAIANY SANTOS DA SILVA

120 Presidente da Comissão Permanente de Licitação Rubrica

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) suprarelacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 30 de junho de 2020,

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0121/2020

MODALIDADE/N°: DISP. N° 0053/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES (LUVAS E LEN-CÓIS) PARA ATENDER A SECRETÁRIA DA SAÚDE NO ENFRENTAMEN-TO DO COVID-19.

Vencedor(es): MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Anexo I/Lote 0001 - itens: 1,2,3,4, totalizando R\$ 13.679,20 (treze mil e seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos); Santa Rita do Pardo/MS, 30 de junho de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente certame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) vencedora(s) supra--relacionada(s).

Santa Rita do Pardo/MS, 30 de junho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados o seguinte resultado: PROCESSO Nº: 0124/2020

MODALIDADE/Nº DISP Nº 0056/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTE RAPIDO CORONA VIRUS (COVID-19) IGGAGM COM A FINALIDADE DE ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS.

Vencedor(es): MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA no Anexo [/] ote 0001 - item: 1, totalizando R\$ 190,480,00 (cento e noventa mil e quatrocentos e oitenta reais);

Santa Rita do Pardo/MS. I de julho de 2020.

MAIANY SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo retro epigrafado, e diante do resultado classificatórios apresentado pela CPL, HOMOLOGO o presente cer-tame, adjudicando o objeto desta licitação a(s) empresa(s) venecdora(s) supra--relacionada(s). Santa Rita do Pardo/MS, 1 de julho de 2020.

CACILDO DAGNO PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA Nº017/2020.

O Prefeito de Município de Santa Rita do Pardo, Estado de Matos Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais. CONVOCA as pessoas relacionadas no Anexo Único deste Edital, para que no prazo de 10 (DEZ) dias da data da publicação, apresentem os documentos para que tomem posse nos respectivos cargos tendo em vista a aprovação em Processo Seletivo Simplificado SESP nº004/2019. da Secretaria Municipal de Saúde Pública de Santa Rita do Pardo-MS. Edital do Resultado Final nº006/2019 de 02 de Dezembro de 2019, e Homologado pelo Prefeite Municipal através do Decreto n°198/2019 em 04 de Dezembro de 2019. para designação e contratação temporária de Enfermeiro (a) para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Os convocados deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º- 910, centro, em Santa Rita do Pardo- MS, munidos dos seguintes documentos:

a) Fotocópia da Cédula de Identidade;

b) Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física- C.P.F.;

c) Certidão de Casamento;

d) Certidão de Nascimento dos dependentes (se possuir):

e) Fotocópia de Título de Eleitor, com prova de quitação perante a Justiça Eleitoral: f) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (se for

do sexo masculino); g) Laudo Médico;

h) Fotocópia de comprovação de escolaridade exigida para o cargo;

i) Declaração de não acumulação de cargos;

i) Declaração de bens;

k) Fotocópia de inscrição de PIS/PASEP (se já for inscrito); Fotocópia da carteira de registro de órgão de Classe (quando for o caso);

m) Comprovante de endereço;

n) 01 fotografias 3x4, recente, tirada de frente;

o) Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais, expedida pela Justiça Estadual

e Federal do domicílio do convocado:

p) Fotocópia- Carteira de trabalho -CTPS q) Conta Bancária Banco do Brasil (se possuir).

As fotocópias deverão ser apresentadas juntamente com as originais que, depois de conferidas serão devolvidas

Os convocados que não se apresentarem no prazo estabelecido para tomarem posse ou não requererem a prorrogação no prazo de 10 (DEZ) dias, terão as respectivas convocações e nomeações tornadas sem efeito e serão considerados desistentes.

Gabinete do Prefeito, 02 de Julho de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Nivel Superio Enfermeira(o)

CLASSIFICAÇÃO NOME RG

64 Isabela Mussopapo Carvalho 60.928.972-X SSP/MS Santa Rita do Pardo-MS, 02 de Julho de 2020. CACILDO DAGNO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL



Fis 121

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DE DISPENSA Cispensa nº 055/2020 Processo nº 0123/2020

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS e a empresa ABC

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE TERMONETRO DIGITAL LASER INFRAVERMELHO DE TESTA PARA MEDIR A TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO CORPOREO HOMOLOGADO EM ADULTOS E CRIANÇAS. (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA EM SAUDE PUBLICA).

Dotação Orçamentária: 2 - 03.03.13-10.122.0007-2.082-3.3.90.30.00-00.01.0014 - Ficha:

095

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)

Vigência: 01/07/2020 à 01/10/2020 Data da Assinatura: 01/07/2020

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e 123/2006.

Assinam: CACILDO DAGNO PEREIRA e ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Prefettura issunicipal de Sania filta de Parde Iti

Affixada ao mural da Prefettura Municipal nos

Carding Street, Street

NO MES

Recretarie do Galeinste de Prafekt





Conexão Direta com a Notícia

Buscar no portal

Bataguassu, 01 de Julho de 2020

buscar

Capa

Editorias ~

Cidades ~

Noticias

Esportes

Entretenimento

Fotos & Eventos

Videos

Fale Contato



Bataquassu na luta contra a Covid-19

01/07/2020 - 10h00

Santa Rita do Pardo chega a 17 casos confirmados de Coronavírus e 27 aquardam exames

Mais de

Empresas

A UM CLIQUE!



PUBLICIDADE



Redação

Da Hora Bataguassu

Imprimir | Compartilhar



Ligamix

Cadastro Grátis!

Anuncie! 98135-4365

Dirceu Martins

Foto: Arquivo/Da Hora Bataguassu

município. PUBLICIDADE

A Secretária de Saúde de Santa Rita do Pardo divulgou o boletim de Covid-19 no município e os números de casos confirmados já chegam a 17 infectados.

Além dos 17 casos confirmados outras 27 pacientes seguem em investigação e aguardam o resultado de exames.

Os 17 casos deixam a cidade em alerta e a prefeitura trabalha medidas preventivas, a fim de evitar a proliferação do vírus no

www.ligamix.com









DaHoraBataguassu.com.br Bataguassu - MS Telefone: (67) 8135-1068 ou 9637-9190 E-mail: contato@dahorabataguassu.com.br

> Desenvolvido por: Ribero Design (67) 9979-5354

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DO PARDO

RELATÓRIO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

C.N.P.J.: 12.022.274/0001-60 Município: Santa Rita do Pardo

Órgão:

03

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade:

03.13

- SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA SESP

Funcional:

10.122.0007

- Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.082

- ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA "COVID-19"

Elemento:

0.30.00.00.00.00.00.01.0014 (0014) - Material de Consumo

Código reduzido: 000095

CRISTIANO VIEIRA DE FREITAS

CRC MS 007899/"O" 1

TERMÔMETROS - COVID